Nº 19

GETULIO

Ano 4 janeiro/fevereiro de 2010 R$ 8,00



ISSN 1980-5780

FGV

OS 10 ANOS DO PROJETO DA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FGV

10 ANOS DO PROJETO DIREITO GV, UMA MISSÃO EM MARCHA

O final dos anos 1980 e o início dos 1990 marcaram um difícil período para a Fundação Getulio Vargas. Como consequência da diminuição dos investimentos governamentais de que dependia para a manutenção de suas atividades, passou por séria crise, tendo de recriar o paradigma de suas fontes de financiamento. Além disso, enfrentou certa indefinição de rumos, após quase cinco décadas sob a direção do fundador, Luiz Simões Lopes (que a presidiu de 1946 a 1992). Foi um período de mudança de foco que quase extinguiu os cursos de graduação, quando se decidiu concentrar esforços na pós-graduação e na pesquisa. De fato, a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) fechou suas turmas de graduação, o que por pouco não ocorreu com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). A reviravolta ocorreu com a chegada de Carlos Ivan Simonsen Leal à presidência, em 2000 (ele já ocupara a vice-presidência entre 1997 e 2000). Foi a partir dessa retomada que a FGV voltou fortemente sua atenção para o ensino e para a pesquisa no campo do Direito, algo que estivera em gestação ainda nos anos 1970, além de criar um bem-sucedido curso de Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Para falar sobre a implantação da Escola de Direito de São Paulo, Carlos Ivan Simonsen Leal recebeu a reportagem de *Getulio* para a conversa que inicia o núcleo temático deste número: justamente a comemoração dos dez anos do projeto da Direito GV. "Os objetivos desenhados no início foram atingidos", declara o presidente da FGV, no depoimento que pode ser lido a partir da página 14. "Queremos agora é aumentar os desafios e partir para novas empreitadas", emenda, deixando no ar a possibilidade de gestação de novos projetos na área das ciências sociais (quem sabe um curso de ciência política), na capital paulista.

Historiador entre aspas, como ele próprio se define, o professor Antonio Angarita abre um pouco dos tesouros que recolheu e reviveu ao coordenar a edição do livro *Construção de um Sonho – Direito GV, inovação, métodos, pesquisa, docência*, escrito por ele em parceria com Diego Rafael Ambrosini e Natasha Schmitt Caccia Salinas, um resgate de como se deu a criação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Paralelamente ao depoimento de Angarita, publicamos os relatos de alguns dos personagens que fizeram parte dessa história. Estão ali as visões e versões de Oscar Vilhena Vieira, Carlos Ari Sundfeld, Ronaldo Porto Macedo, Paulo Todescan Lessa Mattos. O depoimento de Angarita é precedido de um breve comentário de grandes figuras do mercado, como Guilherme Leite (escritório Pinheiro Neto), da academia, como Celso Campilongo (PUC-SP e USP) e José Eduardo Faria (USP) e do Judiciário: o desembargador Antonio Rulli Jr, presidente da associação das escolas nacionais da magistratura. Segue uma visita a quase todas as coordenadorias da Direito GV, desde o GV*law*, braço de sustentação do projeto, à Coordenadoria Executiva (Emerson Ribeiro Fabiani) com seus coordenadores adjuntos José Rodrigo Rodriguez (publicações), editor da revista acadêmica *Direito GV*, que hoje participa do seleto time da plataforma SciELO, Rafael Mafei Rabelo Queiroz (pesquisa) e José Garcez Ghirardi (metodologia e Casoteca) – e passando pelas coordenadoria de graduação (Adriana Ancona de Faria), do mestrado (Oscar Vilhena) e prática jurídica (Camila Duran Ferreira).

O bloco se encerra com as palavras e visão de futuro do diretor Ary Oswaldo Mattos Filho, o construtor maior do projeto da Direito GV, "um homem do qual a Fundação tem que ter profundo orgulho", segundo palavras do presidente Carlos Ivan Simonsen Leal. E Ary Oswaldo acena com trabalho: "A escola tem de ser um processo contínuo", garante. Como um *work in progress*, "não pode nunca achar que cumpriu seu papel e atingiu um grau ótimo de atuação".

Há ainda muito para ler neste número. A entrevista sobre direito ambiental que a repórter Luísa Pécora realizou com o professor visitante Paolo Galizzi, a conversa de João de Freitas com o emérito jurista Tercio Sampaio Ferraz Junior; a reportagem do crítico Fábio Fujita sobre o cinema coreano; as proezas do documentarista Alfredo Alves vistas pela ótica do videomaker José Geraldo de Oliveira, que também elaborou o perfil do capista e ilustrador Weberson Santiago. E tem ainda as boas indicações de leitura do advogado e escritor Nelson Eizirik. Até março, quando estaremos de volta

Leandro Silveira Pereira

FGV

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 3799-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-7780
revistagetulio@fgv.br

Expediente
Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Editor de arte: Marcos Ribeiro
Editor assistente: João de Freitas
Design gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Coordenação editorial: Vanessa Chiaramonti
Ilustração da capa: Weberson Santiago
Colaboraram neste número: José Batista de Carvalho (revisão), Weberson Santiago (ilustrações), Gustavo Scatena, Ivone Perez, Tiana Chinelli, Piti Reali, Luiz Paulin (fotografia), Adriana Ancona de Faria, Aline Magalhães, Antonio Rulli Jr., Camila Duran Ferreira, Carlos Ari Sundfeld, Celso Campilongo, Emerson Ribeiro Fabiani, Fábio Fujita, Gabriella de Lucca, Guilherme Leite, Hugo Passarelli, José Eduardo Faria, José Garcez Ghirardi, José Geraldo de Oliveira, José Rodrigo Rodriguez, Juliana Schumann, Luísa Pécora, Nelson Eizirik, Oscar Vilhena Vieira, Paulo Todescan Lessa Mattos, Rafael Mafei Rabelo Queiroz, Ronaldo Porto Macedo, Sidnei Gonzalez.

Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Publicidade – Representantes
São Paulo – Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Mônica Carboni (11) 8104-1632
Rio de Janeiro – Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931
Brasília – Charles Marar Filho (61) 3321-0305
Minas Gerais – Álvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
Porto Alegre – Roberto Gianoni (51) 3388-7712
Norte e Nordeste – Luciano Moura (81) 3466-1308

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIREITOGV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

FGV GVlaw

GVlaw
Diretor Executivo: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3799-3330
www.fgv.br/direitogv/gv*law*

Impressão e Acabamento:
Log & Print Gráfica e Logística S.A.

SUMÁRIO

03 Os 10 anos do Projeto Direito GV: missão em marcha
Por Leandro Silveira Pereira
06 Notas curtas: notícias do mundo do Direito
07 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos
10 A hora do advogado verde – entrevista com Paolo Galizzi
Por Luísa Pécora
14 A Fundação está feliz com a Escola de Direito de São Paulo
Depoimento Carlos Ivan Simonsen Leal
18 A Escola vista pelo Judiciário, Mercado e Academia
Por Antonio Rulli Jr., Celso Campilongo, Guilherme Leite e José Eduardo Faria
22 ...E o sonho se fez realidade
Por Antonio Angarita

25 Uma escola encantada
Por Carlos Ari Sundfeld
26 A busca da casa própria
Por Paulo Goldschmidt
26 O embrião da escola
Por Leandro Silveira Pereira
27 Uma escola bossa nova
Por Oscar Vilhena Vieira
28 Um exercício de memória
Por Paulo Todescan Lessa Mattos
28 A aposta em um sonho
Por Ronaldo Porto Macedo

30 A Direito GV de portas abertas

32 GV*law*: os cursos de formação continuada
Por Leandro Silveira Pereira
33 A busca de sinergia entre coordenadorias
Por Emerson Ribeiro Fabiani
34 Um processo em aperfeiçoamento contínuo
Por Adriana Ancona de Faria
35 A construção do mestrado
Por Oscar Vilhena Vieira
36 A prática comprova a teoria
Por Camila Duran Ferreira
37 Metodologias para um novo ensino
Por José Garcez Ghirardi
38 Em sintonia com a inovação
Por José Rodrigo Rodriguez
39 Pesquisas feitas para valer
Por Rafael Mafei Rabelo Queiroz
39 Convênios e intercambios
Por Maria Lúcia Pádua de Lima

40 Trabalho em construção
Entrevista com Ary Oswaldo Mattos Filho
44 Para ler... livros
Por Nelson Eizirik
46 Sem educação o Brasil jamais chegará a maquinista
Entrevista com Tercio Sampaio Ferraz Junior
52 Muito além do photoshop
Por Weberson Santiago
56 O homem que deu voz às Noivas do Cordeiro
Entrevista com Alfredo Alves
62 Cinema coreano: violência gráfica e leveza etérea
Por Fábio Fujita
66 Todo mundo quer ser pai de filho bonito
Por Carlos Costa



Capa: Dez anos do projeto da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas no traço do ilustrador Weberson Santiago.

NOTAS CURTAS

Direito GV promove workshop do Núcleo de Estudos Fiscais

O III Workshop do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Direito GV foi realizado em 21 de dezembro, das 9h às 13h. O objetivo do evento foi a divulgação e o debate público e transparente dos resultados finais do Projeto de Pesquisa para Reforma do Processo Administrativo Fiscal Federal (PAF) e do atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A pesquisa, intitulada "Processo Administrativo Fiscal: excelência, celeridade e eficiência", executada pelo NEF durante o segundo semestre de 2009, teve como proposta elaborar um projeto de lei que orientasse o redesenho institucional do PAF e do CARF, visando o fortalecimento da esfera pública do debate e das instituições democráticas.

Na primeira fase da pesquisa foram analisados cerca de 400 acórdãos proferidos pelo Conselho de Contribuintes nos anos de 2007 e 2008, identificando os gargalos legislativos geradores de conflitos no âmbito do PAF. Na segunda e na terceira fases foram analisados outros 91 acórdãos relativos ao tema do Planejamento Tributário, proferidos pelo Conselho de Contribuintes entre os anos de 2002 e 2008. Essas duas últimas fases da pesquisa também englobaram entrevistas com 31 profissionais que atuam no PAF, como conselheiros, ex-conselheiros, auditores fiscais, advogados, pesquisadores, professores e procuradores. Todos os dados produzidos a partir da análise desses acórdãos e das entrevistas foram apresentados no workshop e estão disponíveis no site do NEF www.nucleodeestudosfiscais.com.br/

Sispenas: Direito GV mais um projeto Pensando o Direito

A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) lançou em dezembro a série Pensando o Direito, com os primeiros 20 volumes referentes às pesquisas dos editais de 2007 e 2008 do projeto que leva o mesmo nome. Como um dos projetos aprovados, a Direito GV desenvolveu um sistema para o Ministério da Justiça chamado Sispenas, que auxilia na consulta sobre crimes, penas e alternativas à prisão existentes na legislação brasileira, atendendo ao edital publicado em 2007, cujo tema era "penas alternativas".

Esse projeto foi concebido para sistematizar as informações sobre o direito penal brasileiro a fim de tornar as relações entre esses dois conjuntos – tipos penais e benefícios – mais claras e acessíveis. "O Ministério da Justiça tinha projetos de lei que mudavam as regras das penas alternativas, mas não sabia qual era o impacto geral da alteração, porque os conjuntos de normas não se comunicam", explica a professora Marta Machado, coordenadora do Sispenas. O objetivo do sistema é tornar possível visualizar como se comportariam as relações entre crimes, penas, alternativas e benefícios diante de uma proposta de alteração legislativa em um tipo penal, como o aumento de pena, ou na regra constitutiva de uma alternativa (por exemplo, aumento do limite máximo de pena para concessão de suspensão condicional do processo).

A equipe que desenvolveu o sistema levou dois anos para realizar o cadastramento das informações e criar o banco de dados com todos os crimes previstos na legislação brasileira. "O Sispenas acabou mais sofisticado do que pedia o edital porque é possível pesquisar tipos penais pela busca por palavras", afirma Marta. Em outubro de 2009 o software foi implantado no site do Ministério da Justiça e está disponível também para consulta pública em www.mj.gov.br/sispenas.

A formatura da primeira turma de graduação da Direito GV

Em 19 de dezembro a Direito GV promoveu uma cerimônia na Fundação Maria Luísa e Oscar Americano, em São Paulo, para marcar a formatura da primeira turma da escola, dirigida pelo professor Ary Oswaldo Mattos Filho. Dos 50 alunos que iniciaram a graduação, 48 se formaram. Houve apenas uma desistência e uma ausência – a aluna participa atualmente de um programa de intercâmbio com a Universidade de Illinois (EUA). Do total de formandos, 71% já realizam estágio ou foram efetivados em grandes escritórios. Alguns seguiram na carreira acadêmica e dois deles assessoram a vereadora Mara Gabrilli, que realiza um trabalho de inclusão de portadores de deficiência física na capital paulista.

A criação da escola (núcleo temático desta edição de Getulio) é resultado de uma proposta inovadora de ensino de Direito: a primeira turma começará agora uma caminhada mostrando os acertos desse desafio de formar profissionais aptos a interpretar o mundo em que vivemos e criar soluções que contribuam para o desenvolvimento do país. A prioridade da escola na formação de qualidade se traduz em turmas anuais de apenas 50 alunos.



Foto/Piti Reali

19 de dezembro de 2009, formatura da primeira turma da Direito GV: missão em marcha

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

O PREÇO DA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

Por Gabriella de Lucca

Para saber quanto custa ao poder público arrecadar tributos, Aldo Vicenzo Bertolucci elaborou a tese "O Custo de Administração dos Tributos Federais no Brasil: Comparações Internacionais e Propostas para Aperfeiçoamento". Orientado pelo professor Diogo Toledo do Nascimento, o autor buscou identificar o valor do custo que a União tem para arrecadar os tributos federais. A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e arguida pelos professores Eliseu Martins, Juarez Vicari e Marcos Cintra, além do orientador. No trabalho Aldo fez um levantamento dos principais aspectos a serem considerados na administração tributária de vários países. A seguir, evidenciou custos de administração tributária da maioria deles e dificuldades apresentadas pelos pesquisadores para apurá-los. Depois, focalizando o problema em nível nacional, mostrou o resultado de levantamentos que buscam refletir os custos relativos à tributação dos órgãos da União que têm responsabilidades e atividades relacionadas à arrecadação desses tributos.

A pesquisa de campo demonstrou que o Poder Público tem grandes dificuldades com o controle adequado de suas contas. O autor constatou falta de uniformidade de conceitos e de transparência nas contas. Outro aspecto verificado é o fato de ser o Poder Público parte em mais de 90% dos processos em andamento nos tribunais federais, sendo, portanto, o grande causador da lentidão da Justiça Federal. Os custos de arrecadação apurados por ele correspondem a 1,35% da receita e a 0,36% do PIB e, somados aos custos de conformidade, alcançam 1,07% do PIB, equivalente a R$ 16,2 bilhões. No período 1994-2003, a Secretaria da Receita Federal aumentou sua eficiência em cerca de 30%, arrecadando 84% mais tributos com um acréscimo de seu quadro de auditores de 40% no mesmo período.

Para complementar a pesquisa, fez um levantamento do custo de administração tributária de dois municípios: um de grande porte (São Bernardo do Campo, SP) e outro com população inferior a 30.000 habitantes (Cerquilho, interior do Estado). Ao final, apresenta propostas para aperfeiçoar o sistema e reduzir custos. "O custo dos tributos nesses municípios era muito superior ao do governo federal", explica. Ele afirma que sem sistemas confiáveis não será possível exercer o controle da aplicação de recursos por parte do Poder Público nem realizar projetos que aumentem a eficiência da administração.

Esse trabalho foi uma continuação da dissertação de mestrado, que tratava dos custos que os contribuintes têm para cumprir com suas obrigações tributárias, como o pagamento de contadores e advogados. A pesquisa deu origem ao livro *Quanto Custa Pagar Tributos?,* publicado pela Atlas. "No doutorado, resolvi dar a volta da mesa e sentar junto à administração tributária, para saber quanto custa ao poder público arrecadar esses tributos", diz.

Direito e políticas públicas industriais

Em sua dissertação de mestrado "A Política Pública de Incentivo ao Setor de Informática no Brasil a Partir da Década de 90: uma Análise Jurídica", Daniel Colombo analisa sob a perspectiva jurídica as políticas informáticas adotadas no país nos últimos anos. Ele utiliza a Lei de Informática (Lei 8.248/91 e modificações posteriores), seus dispositivos e incentivos, tanto como objeto de análise quanto como centro de referência para compreender o setor e a política adotada. A pesquisa foi desenvolvida no programa de Direito Econômico da USP e defendida perante uma banca formada por Jean Paul Cabral Veiga da Rocha e Renato Garcia, além do orientador, Diogo Coutinho.

Primeiro Daniel revisa a literatura econômica sobre política industrial e intervenção do Estado na economia, estabelecendo marcos teóricos. Nos capítulos seguintes, reconstrói a política de informática dos anos 1970 e 1980 e do novo conjunto de incentivos instituídos nos anos 1990 com a Lei de Informática. O autor tenta entender por que uma política que deveria durar até 1997 já foi renovada por duas vezes.

Daniel também estuda as três principais ferramentas jurídicas adotadas na nova política (o Plano Produtivo Básico, as exigências de pesquisa e desenvolvimento e o fundo setorial CT-Info), abordando a racionalidade escolhida para atacar os problemas identificados e como o direito se encaixa e é utilizado nela. "Nessa etapa não foi possível contar com uma literatura consolidada: utilizei artigos em revistas e entrevistas que me permitiram reconstruir essa política pública até seu momento atual".

Na conclusão, tentou identificar três dimensões do papel do direito enquanto integrante de uma política industrial: a sua influência na evolução da política, o seu papel instrumental como ferramenta jurídica para as estratégias de ações adotadas e relevância na promoção e desenvolvimento do mercado. Para ele, essas parecem ser as formas através das quais as normas se fizeram presentes na política de informática brasileira ao longo dos anos, e a resposta para como pode ser descrito o papel do direito no âmbito dessa política setorial. "Tratando-se de um estudo empírico de uma política pública, é preciso saber que não pretendi chegar a conclusões no âmbito teórico ou abstrato, embora considere que meu estudo seja apropriado para ilustrar ideias e teorias".

Diogo Coutinho, o orientador do trabalho, acredita que Daniel tem dois grandes méritos. "Além de realizar um cuidadoso (e incomum) estudo de política pública, não se furtou de identificar e analisar os papéis do direito. Foi capaz de fugir às análises abstratas e principiológicas, arraigadas no campo jurídico", elogia. Segundo ele, a pesquisa dá margem a diagnósticos e análises e tem potencial transformativo, elementos que considera essenciais à produção acadêmica.



A HORA DO ADVOGADO "VERDE"

Professor visitante na Direito GV, Paolo Galizzi fala sobre os desafios e as oportunidades do Direito Ambiental Internacional e o que esperar da reunião de Copenhague

Por Luísa Pécora

Desde o início de sua carreira como advogado, o italiano Paolo Galizzi sentia grande interesse pelo Direito Internacional. Formado pela Universidade de Milão, ao continuar os estudos em Londres ele foi fisgado por outra paixão: o meio ambiente. O responsável pela descoberta, segundo Galizzi, foi Philippe Sands, professor da Imperial College London, que inspirou o aluno italiano a se dedicar ao Direito Ambiental.

Foi uma escolha certeira. Nos últimos vinte anos Galizzi viu o debate sobre a proteção do meio ambiente ganhar força e se posicionar como uma questão central do Direito Internacional. Em um dos eventos mais importantes do ano, no último mês de dezembro líderes de cerca de 190 países se reuniram em Copenhague, na Dinamarca, para buscar um acordo sobre redução de emissões de gases estufa que permita o combate à mudança climática, problema ambiental que domina as discussões – embora não seja o único.

Atualmente professor da Universidade de Direito de Fordham, em Nova York, Galizzi é diretor da Iniciativa Legal pelo Desenvolvimento Sustentável, programa que promove o uso da lei como forma de impulsionar o combate à pobreza aliado à proteção ambiental. Um desafio complexo, mas possível, de acordo com Galizzi, que em novembro ministrou um curso de Direito Ambiental Internacional aos alunos da Direito GV. Durante sua passagem pela escola, ele conversou com *Getúlio* sobre a importância da conferência de Copenhague, afirmou que o Brasil é um líder respeitado na discussão climática e previu um futuro de muitas oportunidades para advogados "verdes".

O primeiro item do seu curso na Direito GV foi intitulado "Direito Internacional e proteção ambiental: por que precisamos disso?". Afinal, por que precisamos disso?

Paolo Galizzi A resposta é intuitiva: temos muitos problemas ambientais que são globais. As leis de cada país não são suficientes para lidar com o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a diminuição da biodiversidade e a extinção de espécies, por exemplo. É preciso que exista uma cooperação entre os diferentes Estados e um sistema legal capaz de garantir que os países estejam aptos a trabalhar juntos para combater esses problemas ambientais de forma eficaz.

Como alcançar essa meta se cada país tem suas características, sua cultura e sua própria legislação?

Paolo Galizzi Esse é justamente o papel do Direito Internacional: garantir a existência de algumas regras que todos os países precisam cumprir. Um país não pode usar força contra outro, não pode entrar em uma guerra só porque existe uma disputa ou um desacordo. A regra diz que um país deve solucionar essa disputa por meio de mecanismos pacíficos. Os governos precisam aprender a negociar, ir a um tribunal e não simplesmente atacar um país oponente porque não gostou do que ele fez ou deixou de fazer. No Direito ambiental também existem regras que todos os países devem seguir. Os Estados negociam os tratados internacionais, concordam com determinadas regras e as implementam nacionalmente. Por exemplo, existem acordos sobre a destruição da camada de ozônio que banem certas substâncias. Os países ratificaram esse tratado global e depois implementaram a regra acordada em suas legislações nacionais para garantir que as substâncias não sejam usadas.

E se um país não cumprir com o que foi acordado, o que acontece?

Paolo Galizzi Existem alguns mecanismos para fazer o Direito Internacional ser cumprido. Às vezes eles não são tão fortes como os que se podem encontrar no sistema legal doméstico, e também depende muito do próprio tratado estabelecido: alguns têm mecanismos mais fortes que outros. Mas, em geral, se o Estado não cumpre com as regras que ele próprio ratificou e está obrigado a seguir, existe uma violação. O tratado sobre a destruição da camada de ozônio prevê que um país pode reclamar da violação de outro, por exemplo, essa queixa pode chegar até a um tribunal internacional. Em circunstâncias extremas, o Conselho de Segurança da ONU pode impor sanções e até usar a força, mas isso nunca foi usado para violações ambientais. Na realidade, a maioria dos países costuma cumprir os tratados, principalmente porque eles não são obrigados a ratificá-los se não quiserem.

Na busca por um acordo climático, países desenvolvidos e em desenvolvimento disputam quem irá assumir a responsabilidade pelas emissões de carbono que agravam o aquecimento global. Como essa disputa se reflete no Direito Ambiental Internacional?

Paolo Galizzi Essa é uma disputa do Direito Ambiental Internacional. Na conferência de Copenhague se tentará estabelecer um tratado sobre mudança climática que entrará em vigor em 2013, quando expira a vigência do Protocolo de Kyoto. Por isso, no Direito Ambiental Internacional há uma grande tensão so-

bre quem deve fazer o trabalho. Há muitas perguntas a serem respondidas: quem deve reduzir a poluição? Em quanto? Se um país poluiu mais ele deve pagar mais? Quanto a mais? Quem vai pagar pelo prejuízo que já estamos presenciando? E para quem irão pagar? Qual é o papel dos países em desenvolvimento? Todos os países em desenvolvimento devem ter tratamentos iguais? O Brasil deve ser tratado da mesma forma que o Burundi? A China, que atualmente é um dos maiores poluidores, deve ser tratada da mesma forma que o Haiti? São todas perguntas difíceis para as quais esperamos obter respostas em Copenhague.

Se um acordo não sair de Copenhague, pode-se falar em fracasso na luta contra a mudança climática?

Paolo Galizzi A conferência de Copenhague é muito importante, mas essa importância não pode ser superestimada nem subestimada. Espero que nessa reunião os países levem a questão da mudança climática a sério e tomem a decisão que precisa ser tomada. Estou otimista e espero que eles cheguem a um acordo. Mas, se isso não acontecer, não será o fim da estrada. Se em Copenhague eles não chegarem a um acordo que nos agrade, então haverá mais negociação até que se chegue a esse acordo. É claro que não temos muito tempo a perder, mas prefiro que levem mais seis meses para encontrar uma solução realmente eficaz do que apenas criar qualquer coisa por obrigação. No momento há sinais divergentes. Um dia você lê que existe consenso, no outro dia você lê que não há consenso. Então acho que vamos ter que esperar para ver, mas estou esperançoso. Espero que eles percebam que chegou a hora de levar esse problema a sério e tomar ações eficazes para solucionar a situação perigosa que vivemos.

Qual o efeito prático desse tipo de reunião?

Paolo Galizzi Vamos pensar na reunião que aconteceu aqui no Brasil, em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92. Aquela reunião produziu diversos documentos internacionais, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que contém princípios legais fundamentais para reconciliar



Foto: Luiz Paulin

a proteção ambiental com políticas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. São princípios concretos, que guiam a ação internacional em proteção ambiental. Outros dois documentos adotados em 1992, no Rio, foram a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Estamos discutindo o aquecimento global hoje porque em 1992 foi criado um tratado legal que colocou em andamento um processo que esperamos que culmine agora em Copenhague, em um acordo que irá pedir aos Estados que reduzam suas emissões em determinada quantia. Essa redução de emissões vai implicar em ações que eu e você teremos de tomar. O governo brasileiro vai voltar para casa e dizer: agora que concordamos em fazer isso, tais medidas precisam ser tomadas. Reduzir as emissões no Brasil significa utilizar mais energia renovável ou tentar reduzir o consumo. Essas medidas concretas começam em nível internacional e vão descendo até fazer diferença no cotidiano das pessoas.

O Brasil busca uma posição de liderança na negociação sobre o meio ambiente, tendo anunciado sua meta de redução de emissões, além de investir muito em biocombustíveis. Qual a importância do Brasil nesse cenário?

Paolo Galizzi Nos últimos dez anos o Brasil vem desempenhando um papel cada vez mais crucial nas relações internacionais como um todo. O Brasil é um dos atores-chaves em todas as áreas e particularmente na área ambiental. O presidente Lula está viajando por todo o mundo para tentar promover suas próprias políticas de proteção ambiental, particularmente sobre mudança climática. E o Brasil ganhou muito poder político pelo fato de grande parte da floresta Amazônica estar localizada no Brasil. A Amazônia é crucial para lidar eficazmente com o aquecimento global, e se você quer ter certeza de que a floresta Amazônica será protegida, você precisa ter o Brasil na mesa de negociações. Então o país tem um papel fundamental. O Brasil é um líder na parte sul do mundo e um líder muito respeitado.

Com a crise financeira, ficou mais difícil argumentar a favor de mudanças na economia para que se chegue ao desenvolvimento sustentável?

Paolo Galizzi Acho que a recessão global pode ser uma oportunidade para de fato mudarmos o modo como nosso sistema econômico funciona. Podemos criar uma nova economia, que dependa menos de combustíveis fósseis e mais de energia renovável. Podemos criar a chamada economia verde e oferecer empregos que ainda produzem crescimento econômico, mas que são "amigos" do meio ambiente. Podemos pensar em maneiras de reinventar a indústria de transportes, para que os ônibus, carros e aviões ainda existam, mas não causem tantos danos ambientais. Essa terrível recessão pode ser uma oportunidade para pensarmos sobe o que estamos fazendo certo, o que estamos fazendo errado, e tentarmos mudar algumas coisas para sermos mais conscientes ambientalmente.

Mas os países estão dispostos a fazer essas mudanças?

Paolo Galizzi Sim. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Barack Obama fala constantemente sobre a economia e os empregos verdes. No Reino Unido, na Alemanha e na Europa em geral há um grande debate sobre como criar uma economia neutra em carbono, ou seja, uma economia que não necessariamente destrua o meio ambiente. No fim das contas, esse é o único planeta que temos, e não há sistema econômico que possa funcionar em outro planeta que não seja esse. Então talvez nós devêssemos pensar em modos diferentes de fazer as coisas. Durante muito tempo não pensamos sobre as consequências ambientais dos nossos atos. Respiramos o ar, bebemos a água e pensamos que o ar e a água simplesmente estão aí. Acho que precisamos pensar um pouco mais sobre como minimizar o impacto que exercemos sobre o meio ambiente.

Você usou a palavra "minimizar". Seria correto dizer que o desenvolvimento necessariamente traz ao menos um pouco de devastação?

Paolo Galizzi Sim e não. É claro que o desenvolvimento provoca algum tipo de consequência ambiental, mas ela não precisa ser negativa. Você pode achar um jeito – e essa é a ideia por trás do conceito de desenvolvimento sustentável – de reconciliar desenvolvimento e crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Por exemplo, você pode garantir que comunidades ganhem dinheiro com a proteção ambiental. Em Ruanda há um caso muito bem-sucedido. Foi criado um parque no qual os gorilas da montanha são protegidos por moradores locais. Ou seja, essas pessoas trabalham no parque e garantem que os gorilas vão ser bem cuidados e não mortos. É uma solução boa para todos, porque as pessoas estão ganhando dinheiro com a proteção ambiental. É possível fazer o que é certo para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, criar uma fonte de renda. Na verdade, todos podem achar maneiras melhores de viver em harmonia com o ambiente. É claro que existem custos: se você vai construir uma estrada, essa estrada vai ter que ser construída em algum lugar, então algum impacto sempre irá existir. Mas isso acontece porque os seres humanos são parte do planeta. Os animais também têm impacto, tudo tem impacto no ambiente em que vivemos. A questão é: que tipo de impacto? Se estamos destruindo e devastando o planeta, isso é totalmente inaceitável. Mas se estamos tentando achar um jeito de equilibrar as coisas, garantir a nossa existência e a existência do planeta, acho que vale a pena. Não vejo nenhuma outra forma de continuarmos com nossas atividades na Terra.

Se em Copenhague não chegarem a um acordo, haverá mais negociação. Não temos tempo a perder, mas é melhor discutir mais seis meses e encontrar a solução eficaz

Ainda há quem duvide da necessidade de combater a mudança climática?

Paolo Galizzi Algumas pessoas ainda acreditam que a mudança climática não é um problema ou não é um problema que os seres humanos criaram e por isso não deveríamos lidar com ele. Mas acho que eles são um grupo minoritário, que está diminuindo. E o meu ponto de vista é que, estejam eles certos ou não, não faz sentido apostar. Não faz sentido arriscar com seu próprio planeta. Se existe dúvida científica, vamos lidar com ela, mas vamos tentar fazer tudo o que podemos para solucionar o problema e garantir a proteção do meio ambiente. Até porque faz sentido lidar com o aquecimento global por muitos outros motivos. Faz muito sentido para os Estados Unidos buscar uma menor dependência do petróleo de países do Oriente Médio, que às vezes não são muito amigos dos americanos. Se existe dúvida científica – que, repito, agora está restrita a um grupo pequeno de pessoas –, para mim não é motivo suficiente para não agirmos. O custo da não-ação é enorme e as evidências de que a mudança climática é um problema estão crescendo diariamente. Então eu diria aos céticos: vamos fazer o melhor que pudermos. Se trabalharmos duro e depois o problema não for tão grave quanto pensávamos, que bom! Ao menos mudamos nosso modo de viver e o planeta está melhor. Não vejo problema nenhum nisso.

Além da mudança climática, que outros problemas ambientais são urgentes?

Paolo Galizzi Atualmente a mudança climática é o problema ambiental dominante, mas não é o único. Outra questão grave é a perda de diversidade biológica. Espécies estão desaparecendo em um ritmo sem precedentes, e uma vez que acabarem, acabaram, não haverá modo de recuperar. Outros grandes problemas são o desmatamento, a desertificação, a escassez de água, o desperdício nuclear... A lista é grande.

Esses problemas estão sendo combatidos?

Paolo Galizzi Há leis internacionais para cada um deles. Algumas são mais eficazes e bem-sucedidas, como os tratados sobre o buraco da camada de ozônio. Outros nem tanto, porque não há consenso político sobre o problema. A ação depende muito de como os países se sentem em relação a uma questão particular e de quantos recursos eles colocam para garantir que os acordos a que chegaram funcionem na prática.

Nos últimos anos, a discussão sobre meio ambiente ganhou força no âmbito internacional. Essa força também se refletiu no Direito Ambiental? Há mais interesse pela área?

Paolo Galizzi De fato, nos últimos 20 ou 30 anos a atenção social e política dada ao meio ambiente cresceu muito. Mais pessoas estão interessadas em questões ambientais, provavelmente porque há cada vez mais evidências de que o planeta está se deteriorando. Isso levou a um aumento da regulação e da elaboração de políticas ambientais, e com o passar dos anos o Direito Ambiental Internacional cresceu. Agora temos muitas regras, tratados, declarações e resoluções. Como consequência, o interesse dos estudantes também aumentou. No Brasil, por exemplo, a proteção da floresta Amazônica está constantemente no noticiário.

Que conselho o senhor daria aos jovens advogados que querem seguir no Direito Ambiental?

Paolo Galizzi A área é muito excitante, está constantemente mudando e ganhando importância. Acredito que, no futuro, haverá muitos empregos para advogados verdes, profissionais que lidam com questões ambientais, particularmente no campo da mudança climática. O meio ambiente é um bom negócio para se investir, então eu recomendaria aos estudantes que levem os estudos a sério, procurem saber quais as últimas decisões dos tribunais, conheçam as legislações mais recentes e se atualizem sempre. Haverá cada vez mais oportunidades.



A FUNDAÇÃO ESTÁ FELIZ COM A ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

“Todos os objetivos desenhados no início foram atingidos”, declara o presidente da FGV. “Numa visão de futuro, queremos agora é aumentar os desafios e partir para novas empreitadas”

Por Carlos Ivan Simonsen Leal
Foto Ivone Perez

Tudo o que faço como presidente da Fundação Getúlio Vargas tem de estar ligado à missão da instituição, conforme definida por seus fundadores e continuamente explicada por seu primeiro presidente, Luiz Simões Lopes, e também pelo segundo presidente, Jorge Oscar de Mello Flôres, e pelos participantes do conselho diretor e assembléias gerais. Vou resumir o que é algo muito grande em uma única frase: “A missão da Fundação Getulio Vargas é estimular o desenvolvimento nacional”. Na boca de outras instituições, isso pode até parecer uma platitude. No caso da FGV, ela já deu inúmeras vezes prova de que consegue fazer isso. Por outro lado, falar que a missão da Fundação é estimular o desenvolvimento nacional é coisa vaga. Por quê? Porque posso estimular o desenvolvimento nacional de “ene” formas diferentes. Mas a Fundação tem um foco muito bem definido para realizar isso. Qual é? É ser uma grande geradora e difusora de informações e de ideias, formadora de uma elite intelectual com uma visão brasileira, ou seja, nacional, focada nos interesses nacionais. Uma elite que tem de estar preparada para interagir com o mundo todo, podendo levar o país adiante. Por uma série de razões, a Fundação fez primeiro vários movimentos, ao longo de sua história, na direção de ensino de graduação, e depois recuou. O que fora criado na década de 1950 foi depois abandonado na década de 1980. Foi o caso, por exemplo, do curso de graduação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), no Rio de Janeiro, com um maior apoio e cuidado com o curso de graduação aqui em São Paulo. O que fiz foi de certa forma recuperar essas iniciativas e incentivar a criação de novos cursos.

Mas fazer isso de novo, repetir a mesma experiência bem-sucedida do passado não me pareceu ser o adequado. Tínhamos que fazer isso, sim, recuperar o que fora descuidado, mas complementar e buscar um passo adiante. Tínhamos várias pós-graduações de excelente qualidade, material humano de primeiríssima e estávamos patinando numa posição de semente que produz semente que produz semente, mas sem nunca fazer a grande colheita. Por isso pensei, e consegui convencer o nosso conselho diretor, de que, com a melhoria da condição financeira da instituição, deveríamos assumir uma postura mais arrojada e recuperar esse movimento, no sentido de ter graduações de excelência e formadores de uma elite nacional. Ser uma matriz formadora de ideias e difusora de conhecimento. Esse foi o ponto de partida.

Por que digo tomar uma posição mais arrojada? Quando a Fundação nasceu e até meados da década de 1970 e início de 1980, seu sustento vinha de verbas governamentais. Mas, com a crise fiscal do Brasil naquele período, essas verbas minguaram e depois praticamente acabaram. Em um determinado período, aqui em São Paulo, a EAESP teve de passar a cobrar mensalidades por seus cursos de graduação, subir o valor da mensalidade e se dedicar a uma série de outras atividades para se sustentar. Não estou falando que essas outras atividades fossem ruins, pois não eram. E lutar pelo pão de cada dia também não é ruim. O que aconteceu foi uma mudança de paradigma. E essa mudança começou um pouco mais cedo em São Paulo e depois se alastrou para o Rio de Janeiro, num processo que levou mais ou menos uns quinze anos. E em um determinado momento já se haviam ampliadas as fontes de recursos com a prestação de serviços, tanto na área educacional como na área de assessoria técnica. Mas tínhamos uma necessidade imperiosa, que era continuar cumprindo cada vez melhor nossa missão e subir nosso padrão de qualidade. Para esse segundo aspecto, e só estou mencionando isso agora, era necessário começar uma atividade que fosse realmente inovadora.

Criar um novo patamar de inovação

As nossas escolas já existentes – fossem elas a de graduação em São Paulo ou de pós-graduação no Rio e em São Paulo – tinham cristalizado dentro de si uma série de costumes e hábitos que vinham do passado, até refletiam uma história de grande sucesso, mas que não eram,

necessariamente, o modelo do futuro. Então à conveniência de assumir uma postura arrojada, de se voltar mais para a graduação, se somava também outra conveniência, que era, partindo do zero, criar um novo standard de qualidade. Um novo paradigma dentro de uma área não dominada, porém estatutariamente incluída nos objetivos da Fundação, dentro da macro área descrita em seus estatutos, que é o de atuar basicamente na área das ciências sociais aplicadas. E nisso o Direito e a Economia se incluíam perfeitamente. E eu tinha, aqui em São Paulo, a pessoa adequada, que me parecia correta, para montar um time para tocar essa nova empreitada. Porém tinha de convencer essa pessoa a aceitar o desafio de implantar esse projeto.

Não digo que foi fácil ou difícil essa tarefa: o professor Ary Oswaldo Mattos Filho é um dos mais firmes e mais dedicados professores brasileiros que conheço. É um homem do qual a Fundação Getulio Vargas tem que ter profundo orgulho. Toda a sua carreira de professor na EAESP e sua passagem pelo serviço público são de deixar qualquer presidente da Fundação orgulhoso. Muito bem-sucedido no campo profissional, sócio em um dos escritórios de maior sucesso no Brasil. Mas eu tinha de pedir a ele uma coisa a mais. Que deixasse tudo aquilo para aceitar o desafio de criar uma inovadora escola de direito para a Fundação Getulio Vargas. Confesso que tinha o profundo desejo de que ele aceitasse, mas não tinha certeza de que iria conseguir, pois era mesmo pedir demais.

Bom, o projeto foi se desenvolvendo e fascinando todos nós de tal forma que, somada às suas qualidades pessoais, houve a atração pelo projeto que ele imaginara. Apenas dei a ideia. "Vamos fazer uma escola de direito?" Ele me perguntou como iria fazer isso. "Olha, me parece que em São Paulo ela deve ser voltada para o direito empresarial, ainda mais que essa é a sua área... Agora, o resto você imagina, pois eu sou analfabeto em direito." Frente a isso, aceito o desafio, começamos a montagem. A primeira decisão foi trazer alguns MBAs de direito que existiam no Rio de Janeiro. Ele queria ver como funcionaria, foi a semente do GV*law*. Ary Oswaldo já tinha essa visão na época, levava anos como professor na EAESP, ensinando o direito, mas agora estávamos falando de algo diferente. Não de ensinar direito para administradores, mas de ensinar direito para futuros advogados, juízes. A proposta era aquele novo patamar inovador, de um novo paradigma que eu intuíra para a Fundação.

O esforço para o avião decolar

Em nossas conversas, descobrimos um ponto e uma perspectiva em comum – e acho que não cometo nenhuma inconfidência se contar. Achávamos que havia algo que deveria ser mudado. O excesso de escolástica, de dialética, de falta de objetividade no ensino do direito deveria dar margem a que aulas expositivas fossem substituídas por um estudo científico, resultado de boa prática de pesquisa – o ensino deveria ser resultado de pesquisa. Que antes de começar o curso era preciso reunir meia dúzia de professores e preparar com eles uma nova metodologia. Não se tratava de dizer: "Entra aí e dá uma aula de direito civil". Deveríamos construir um material e uma visão do curso. E foi assim que de fato começamos. Alguns anos antes de abrir o curso de graduação, investiu-se na criação do padrão e da metodologia do curso. Primeiro na seleção do corpo docente – com padrões até então não empregados, com exigência de dedicação em tempo integral, de formação específica. Selecionamos um grupo excelente, de primeiríssima qualidade, e o projeto foi andando. Nos primeiros dois ou três anos o que se fazia era criar material, fazer pesquisa, participar de workshop. Essas coisas são lentas para decolar. Quando a gente vê o avião voando lá em cima, pensa que é tudo fácil. Não é! Isso custou esforço e sobretudo muita condução do professor Ary Oswaldo. Acho que ele gostaria que eu dissesse, e acho justo dizer, que ele foi acompanhado nessa tarefa por duas pessoas excepcionais. Uma é o professor Paulo Goldschmidt, fazendo a amarração orçamentária, econômica e burocrática. Homem também egresso da EAESP, tem muito senso prático. O outro é o homem da Fundação Getulio Vargas, um homem raro, o professor Antonio Angarita dispensa qualquer apresentação para quem conhece a história da EAESP e a história da vida política de São Paulo nos últimos 30 anos. Ele entrou como uma figura do *consigliere*, com o seu bom senso e prática de vida e sua experiência de deixar os assuntos decantarem antes de tomar decisões precipitadas. Isso ajudou muito nas conversas com os novos professores. E conversar significa ir doutrinando, preparando, ir fazendo. E esse time embrionário foi crescendo, o projeto se definindo e hoje acabamos de formar a primeira turma.

Sou acusado na Fundação de ser um eterno insatisfeito, mas no caso da Escola de Direito de São Paulo posso dizer que estou muito satisfeito

Sou acusado na Fundação de ser um eterno insatisfeito, mas no caso da Escola de Direito de São Paulo posso dizer que estou muito satisfeito. É óbvio que estamos em um processo de criação e o processo é dinâmico, mas diria que está muito bem implantado. Há no horizonte um curso de doutorado, isso é parte de um processo que amadurece. Uma escola não se cria em cinco minutos nem em cinco anos. É algo demorado, tem que decantar, há a necessidade de criar um espírito, uma visão partilhada pelos professores. Eles entraram jovens, alguns já têm anos de escola, tem que deixar a pessoa ir amadurecendo. A escola precisa ser uma espécie de segunda casa para eles. Isso é um movimento natural e leva tempo, e no Brasil não existe essa tradição, mais restrita a poucas áreas das ciências exatas, de a pesquisa de ponta ser transformada em ensino e ir decantando para a graduação. O normal é adotar alguns livros importados, ou livros produzidos às pressas, colocar um sujeito duas horas dando aula e, quando termina a última frase que escreve no quadro, o giz cai e ele sai correndo para não ter de responder a nenhuma dúvida. Na escola é diferente, os professores estão lá, o aluno tem acesso e é estimulado a perguntar e a pensar.

Estou certo de que todos os objetivos que desenhamos no início foram mais do que atingidos. Aperfeiçoamos esses objetivos que foram atingidos e criamos novos objetivos – e os estamos perseguindo. Estou extremamente satisfeito e o Conselho Diretor da Fundação também. Numa visão de futuro, queremos é aumentar os desafios e a busca. Se pensarmos que o melhor para o Brasil é ser um país democrático, exercitando sua capacidade plena de desenvolvimento, então precisamos de boas escolas de direito, que estudem os problemas nacionais a fundo. Problemas que existem hoje e aqui. Não quero saber dos que existiram na Roma da Antiguidade ou na França de 1789. Sem esquecer essas experiências, é preciso entender as questões que existem hoje aqui. E não interessa saber disso na base do achômetro, mas da realidade traduzida em números, das leis adequadas para encaminhar soluções, suas implicações e conseqüências. Temos de pensar tudo isso, com propostas eficazes. Sou engenheiro treinado, tenho doutorado em economia, e às vezes leio discussões nos jornais e vejo debates na TV em que as pessoas supõem que com apenas uma decisão ministerial tudo se resolverá. Não resolve. É uma cultura que precisa ser mudada, um mecanismo de interação que precisa ser redesenhado.

A vocação da Escola de Direito de São Paulo

Não restringimos nenhuma de nossas escolas a pensar em uma direção. É óbvio que a Escola de Direito de Rio tem a sua vocação e a de São Paulo tem outra, até por estarem em cidades diferentemente vocacionadas acabam se desenvolvendo de diferentes formas. Cada lugar tem um tipo de demanda. Existem também diferentes matizes entre os professores. Não digo que a escola de São Paulo é apenas voltada para o direito empresarial. Basta olhar as lista de suas pesquisas e a gente constata que não é. O excelente ICJ-Índice de Confiança na Justiça é bom exemplo do que digo. Um investimento da fundação numa pesquisa que não tem parceiros e talvez nem deva ter, pois aprendemos a gerar recursos. Nossos cursos de graduação, parte deles é deficitária e temos de nos virar para criar outras fontes de sustentação. A Fundação tem de cuidar de sua sustentação, mas não é instituição com fins lucrativos, não paga dividendos.

Quanto ao projeto de novos cursos, espero que novas sementes vicejem. O Rio tem uma experiência estimulante que é o curso de ciências sociais. Em São Paulo pode caber bem um curso de ciência política. Seria uma ampliação do modo como a Fundação cumpre a sua missão, a de criar uma elite, e isso não quer dizer só gente formada em administração, economia e direito. Quer dizer mais. É preciso gente boa em cada uma dessas áreas, mas há mais áreas que são afins e em que teremos de atuar, se os bons ventos continuarem a nos favorecer... Não é que tenhamos a "estrela dos bons ventos", digamos que a gente assopra na direção correta *[risos]*. Se os bons ventos continuarem, se nos dedicarmos e tivermos energia e se encontrarmos pessoas no matiz correto. É difícil formar um docente, leva anos, mas por outro, agora mesmo irei entregar uma medalha a um professor emérito que completa cinquenta anos de casa, o Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Fiquei parado, olhando aquilo tudo e pensei: "O homem que manda nesse negócio todo deve ser muito poderoso!" Hoje sei que me enganei!

Presidir é estar a serviço

Para fechar quero contar uma história. Eu frequentei a Fundação ainda pequeno, com 2, 3 anos de idade, pois tinha familiares relacionados com a fundação. Depois, quando jovem, quase não tive nenhum contato, embora o Eugênio Gudin, o grande cérebro por trás da Fundação, fosse primo-irmão do meu avô, tivesse sido vice-presidente, e meu tio, Mario Henrique Simonsen, fosse professor. Mas lembro-me de um dia, eu tinha 18 anos e acabara de sair do Colégio Santo Inácio, havia ingressado no curso de engenharia da Ilha do Fundão (UFRJ) e um grande amigo do colégio fazia administração na Getulio Vargas. E ele disse: "Quero passar lá e ver minhas notas". Fui com ele ao prédio da FGV, aquele edifício enorme em Botafogo. Entrei e quando saímos do elevador... eram uns corredores muito compridos. E as notas estavam fixadas numa parede junto a uma sala. Fiquei parado, olhando aquilo tudo e pensei: "O homem que manda nesse negócio todo deve ser muito poderoso!" Entrei como professor em 1986, cheguei à presidência e descobri, ao longo do tempo, que o homem que manda na Fundação não é nada poderoso *[risos]*. É um sofredor que fica procurando estar a serviço dos outros o tempo inteiro. Se quiser ser um bom presidente vai se afligir, não com as coisas que dão errado, mas para as coisas não darem errado. Como dizia o Churchill, terminada a Segunda Guerra Mundial, as coisas que mais o tinham afligido eram as que não tinham acontecido *[risos]*. Então nesse negócio do desenvolvimento de nossas escolas, devo dizer, aqui, para terminar, sobre a minha gratidão ao professor Ary Oswaldo Mattos Filho. A criação da escola foi um processo em que quase não tive problemas. Estive diversas vezes para participar de discussão sobre o tema, sobre o foco, mas os problemas foram sendo resolvidos devido ao bom planejamento que ele imprimiu ao processo. Gostaria de enfatizar esse ponto.

Carlos Ivan Simonsen Leal é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) e em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1982). Cursou o Doutorado da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas (1980-2) e obteve o título de doutor em economia pela Universidade de Princeton (EUA), em 1986, ano em que ingressou na Fundação Getulio Vargas. Este depoimento é um condensado da entrevista concedida a Carlos Costa.

COMO A DIREITO GV É VISTA

Dois professores, um diretor de escritório e um desembargador falam como a academia, o mercado e o Judiciário percebem a atuação da escola

Por Carlos Costa



No início de dezembro passado participei da banca de defesa da dissertação de mestrado do juiz de direito Alexandre Miguel, de Rondônia. Foi uma bela pesquisa orientada pelo professor Guilherme Leite Gonçalves, do programa do Mestrado Profissional em Poder Judiciário da Escola de Direito da FGV no Rio. O trabalho do juiz era uma reflexão sobre sua própria rotina no Tribunal de Justiça de Rondônia, e apresentava um manual de processo administrativo disciplinar. Questionei alguns pontos do trabalho e percebi experiência para fazer a pesquisa e da segurança para expor suas visões. Ele demonstrou leitura extensa e ter sido orientado com segurança. Tenho percebido, em diversas bancas de que participo, que quem lê muito cita pouco e quem pouco lê muito cita. Quando pego uma tese de doutorado com 230 páginas e 320 três citações, percebo que não houve maturação no trabalho. E este aluno do mestrado profissionalizante da Direito da FGV do Rio, tendo realizado cursos no sistema de professores que vão até Porto Velho ministrar aulas, leu muito, refletiu e chegou a uma boa proposta sobre a questão da punição do funcionário na administração pública de modo geral, em especial no caso do Judiciário. Com base nos meus 37 anos de magistratura vi ali um dos bons resultados dessa entrada da FGV na área do Direito. Tenho acompanhado esse trabalho, que no caso específico de São Paulo mostra uma orientação mais marcada com a administração e negócios, mais voltada para o direito empresarial – menos preocupado com o lado contencioso e de disputa, olhando mais o resultado de bons acordos e contratos de negócios bem conduzidos. Outra virtude que vejo na Direito GV é a proposta de internacionalização da escola, com os convênios com instituições de ensino do exterior, algo importante e muito pouco explorado na área de direito. As boas escolas da Europa praticam isso há anos – e essa possibilidade de que o aluno estude um semestre em outro ambiente é experiência enriquecedora. Tivemos um estudante do quarto ano de Direito da Universidade de Constança, da Alemanha, estagiando um semestre na Escola Paulista da Magistratura, levantando dados para sua pesquisa, assistindo a sessões do Tribunal, visitando escritórios de advocacia, acompanhando a rotina processual brasileira. Ele estudou português enquanto se preparava para a visita e conversando com ele percebi o quanto seu horizonte se ampliara e enriquecera com esse intercâmbio, saindo da visão acanhada, provinciana, que se tem na cidade em que se vive, seja ela metrópole ou não, para o contraste de outra cultura, outros modos de ver. Essa saída para o exterior amadurece o aluno interessado no direito, que terá capacidade de reflexão maior, de resolver coisas mais rapidamente. E a FGV percebeu isso ao investir nessa internacionalização, trazendo professores visitantes, incentivando essa abertura e desbloqueio de mente em seus alunos. A Direito GV também dá importância ao uso da mediação, da arbitragem e outros meios alternativos para a solução de conflitos e isso é importante. Tanto que uma juíza do Tribunal de Justiça participou há pouco de um debate promovido pela revista do GV*law*. Mas é preciso lembrar que essa prática tem mais a ver com o modelo do *common law* saxônico e menos com o Brasil, que tem uma jurisdição estatutária – e há uma diferença grande entre essas construções. No Brasil o sistema estatutário formou uma consciência histórica de jurisdição avançadíssima, "sete estrelas": em 1830 abolimos as penas cruéis. O código criminal do Império foi o maior monumento de direito penal de seu tempo. No final do século XIX abolimos pena de morte, a prisão perpétua. Os sistemas que utilizam as práticas alternativas de solução de litígios revelam jurisdições mais fragilizadas: continuam mantendo a pena capital, a prisão perpetua e aplicam penas cruéis. É bom não perder essa perspectiva de vista. Quando se critica a lentidão de algumas decisões, muitas vezes se esquece que o importante na jurisdição é a intensidade do direito. O que se definiu com aquele caso específica. Diria que na pressa há um viés talvez utilitarista demais.

Antonio Rulli Junior,
diretor da Escola Paulista da Magistratura e presidente do Copedem-Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura

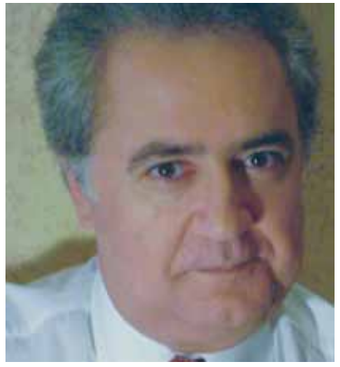


O projeto da Direito GV é visto com muito interesse aqui em nosso escritório Pinheiro Neto Advogados. Atuamos há quase 70 anos na advocacia empresarial, em quatro grandes áreas (empresarial, contenciosa, tributária e trabalhista) e a Direito GV tem representado nova fonte de jovens profissionais, focados na prática da moderna advocacia, em todas as áreas de interesse das empresas. Notamos também que a criação da escola tem, de certa forma, incentivado outras faculdades a modernizar sua grade curricular e seus métodos de ensino, sobretudo no que se refere ao direito empresarial.

De forma geral, o aluno da FGV apresenta grande potencial para se adaptar rapidamente às nossas necessidades. Como o curso é integral durante os três primeiros anos, quando o aluno inicia o estágio conosco, no começo do quarto ano, vem com excelente formação, ótimo nível de inglês e outros idiomas, essencial para bem atendermos à clientela estrangeira que investe no Brasil e a nossos clientes locais que investem no exterior. Por outro lado, como têm pouca experiência profissional prévia, em alguns casos podem encontrar alguma dificuldade para se adaptar rapidamente à nossa cultura e ritmo de trabalho. De qualquer forma, o resultado final vem sendo positivo, pois todo ano contratamos estagiários da Direito GV. Nesse janeiro já teremos uma nova turma começando conosco, não somente na área empresarial, com direito bancário e fusões e aquisições, mas também nas áreas contenciosa, concorrencial e tributária.

Falando não somente como membro da nossa Comissão de Recrutamento, mas também como um dos sócios em nossa área Empresarial, acredito que o modelo de ensino da escola da FGV, inspirado no modelo socrático e anglo-saxão de estudo de casos, leituras preparatórias para as aulas etc., tem contribuído muito para diminuir a distância entre o que vemos no dia-a-dia do direito empresarial de ponta e a formação acadêmica e técnica necessária para ser um profissional de destaque nesse mercado. A Direito GV tem ajudado a diminuir a distância entre a formação e a prática do direito empresarial e isso, aos poucos, está fazendo com que outras escolas tenham que se modernizar para não perder espaço na formação dos advogados do futuro. Esse é um fenômeno que, ano a ano, contribuirá para alavancar o desenvolvimento do direito empresarial no Brasil.

Guilherme Leite,
Comissão de Recrutamento-Pinheiro Neto Advogados



"Novos ares"! Vejo dessa forma, até agora, o curso de direito da FGV em São Paulo. São muitas as virtudes. A marcante jovialidade do corpo docente, por exemplo, é temperada pela experiência da direção da Faculdade. O núcleo original de professores, a proposta inicial da grade curricular, o esmero na preparação dos cursos e dos materiais didáticos, o conjunto de publicações e eventos, a inserção internacional, enfim, tudo justifica essa expressão: "novos ares".

Observo os cursos de direito de uma ótica institucional tradicional: USP e PUC-SP. Estudar e lecionar, por muitos anos, nessas duas escolas, sem dúvida, é um privilégio. Elas possuem atributos que apenas o longo amadurecimento oferece. Nesse quesito, são praticamente insuperáveis. Mas os muitos anos de vida também são fonte de problemas. Enrijecimento burocrático, enraizamento de linhas teóricas convencionais e a estabilização de grupos políticos antagônicos e correntes doutrinárias rivais, muitas vezes, desempenham papéis negativos. O peso da tradição retarda a recepção das novidades. Vantagens e desvantagens dos "velhos ares".

Acompanhei com atenção esses dez anos na Direito GV. De um lado, em razão dos fortes laços de amizade e admiração com muitos professores. De outro, por reconhecer a competência e o profissionalismo da FGV. Fui convidado, inúmeras vezes, na elaboração do projeto e, depois, com o curso em funcionamento, para participar de seminários, cursos, e aulas do GV*law*. Diferentemente do tom "acusatório" de algumas críticas – por exemplo: "o curso só se preocupa com o direito empresarial" – deparei-me com realidade bastante diversa. O foco no direito empresarial de modo algum aboliu ou limitou a densidade teórica, o enfoque sócio-político, a preocupação histórica e, especialmente, o constante atrelamento da pesquisa e ensino aos problemas do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Além da estrutura pedagógica deliberadamente voltada para a renovação do modo de ensinar o direito, vale destacar as instalações, a política salarial, os bancos de dados, a dedicação integral de professores e alunos, os serviços de suporte acadêmico e a agilidade da modernização do acervo da biblioteca como características interessantes do curso.

A base da inovadora proposta da Direito GV me parece assentada em três fundamentos: i) a reconstituição do direito empresarial à luz das recentes contribuições tanto das teorias jurídicas quanto de suas ligações com as mais modernas teorias econômicas e sociais; ii) a seleção criteriosa, pluralista e planejada de docentes; iii) o recurso a estratégias pedagógicas e o suporte acadêmico modernos.

As primeiras turmas estão às vésperas da formatura, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Os "novos ares" sempre se expõem às turbulências. Porém, pelo que vi ao longo dos últimos dez anos, a Direito GV decolou com êxito nos "novos ares". Parabéns e bons vôos.

Celso Fernandes Campilongo
professor das Faculdades de Direito da USP e da PUC-SP



Foto: Tiana Chinelli

“INSTITUIÇÃO” – É NISSO QUE A DIREITO GV SE TRANSFORMOU EM APENAS DEZ ANOS

Por José Eduardo Faria

Bastaram apenas dez anos para que o projeto da Fundação Getúlio Vargas para a área de direito, em São Paulo, se convertesse em realidade. Da ideia à realização, foram vários os protagonistas – de juristas maduros e conceituados, como Carlos Ari Sundefeld, José Reinaldo de Lima Lopes, Oscar Vilhena e Ronaldo Porto Macedo, a jovens doutores recém-chegados do exterior com o diploma de PhD na bagagem e o sentimento do mundo na alma.

O sucesso dessa experiência pode ser auferido por seus resultados. Em audiências públicas no âmbito do Legislativo, bem como nas grandes discussões políticas, a Direito GV participa ativamente como “escola”, enquanto os demais atores acadêmicos intervenientes ali estão presentes, em sua maioria, mais em função de seu êxito pessoal do que de sua vinculação universitária. Na área editorial, são inequívocas as características de suas publicações, valorizando a atualidade dos temas, a abordagem interdisciplinar e o rigor analítico. Nas agências de fomento à pesquisa, os projetos da Direito GV já se converteram em referência qualitativa. “Instituição” – é nisso que ela se transformou no período de apenas dez anos. E, em centimetragem, tem hoje na mídia presença duas ou três vezes maior do que cursos jurídicos mais tradicionais.

A meu ver, são vários os fatores responsáveis pelo sucesso do projeto da Direito GV – da concepção à concretização e à consolidação. Destaco três: a) a definição do foco; b) a ênfase no princípio da meritocracia; e c) a qualidade dos recursos humanos recrutados.

Na concepção do curso de graduação, a opção foi por uma “advocacia de negócios” – o que, de saída, levou a severas críticas de setores acadêmicos, entidades corporativas e instituições judiciais apegadas à tradição coimbrã e a um privatismo afrancesado de final de século. Em nome do “humanismo”, independentemente do que isso queira dizer, a graduação da Direito GV foi classificada como “tecnocrática”. Maniqueísmos e embotamentos à parte, o que os críticos não compreenderam é que a definição do curso foi feita a partir das transformações sociais, econômicas e políticas contemporâneas, dentre as quais se destacam o desenvolvimento científico-tecnológico, a integração dos mercados em escala mundial, a concentração do poder econômico, a redefinição dos papéis do Estado-nação e o advento de organismos multilaterais como fontes formais e materiais de direito.

Dito de outro modo, era óbvio que a internacionalização das decisões econômicas e a progressiva abertura dos serviços legais, na esteira dos processos de abertura comercial, liberalização da conta de capital e desregulamentação administrativa, entre as décadas de 1990 e 2000, vinham exigindo operadores jurídicos com formação interdisciplinar, preparados para lidar com institutos forjados sob influência tanto do direito franco-românico quanto do direito anglo-saxônico. Ora, se o mantra dos órgãos oficiais de avaliação do ensino superior, das entidades de classe e dos cursos tradicionais era ênfase na qualidade do ensino, como poderia a FGV criar um curso de ponta desprezando, justamente, as metamorfoses do mundo contemporâneo?

Se o curso de graduação foi voltado para as especificidades de um mercado de trabalho em transformação, que hoje vem crescendo mais no âmbito dos escritórios de advocacia que souberam se preparar para a internacionalização das decisões econômicas do que no âmbito das chamadas “carreiras jurídicas do Estado”, a pós-graduação *stricto sensu* da Direito GV foi concebida com objetivo diametralmente inverso. Acompanhando as mudanças ocorridas no âmbito do poder público, cuja máquina administrativa foi se diferenciando funcionalmente para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo, a ideia que prevaleceu foi retomar a questão do desenvolvimento econômico e de suas implicações sociais. O tema, que esteve na agenda acadêmica das décadas de 1950 a 1980, havia sido relegado para segundo plano do final do século XX, cedendo lugar a discussões sobre revogação de monopólios públicos, privatização de serviços essenciais e empresas estatais, desregulamentação econômica e administrativa, responsabilidade fiscal, desconstitucionalização e flexibilização de direitos, autorregulação e arbitragem, reformas microeconômicas e eficiência macroeconômica. Ocorre que a internacionalização comercial, monetária e financeira não foi acompanhada paralelamente à globalização dos direitos. Da mesma forma que a mundialização da lógica econômica não foi acompanhada pela mundialização da lógica política, especialmente no que se refere às garantias de liberdades e à satisfação de necessidades básicas por parte dos setores sociais mais carentes. Por isso, era evidente que a mudança de agenda econômica acabaria exigindo, mais cedo ou mais tarde, um reexame da literatura sociológica, política e jurídica em matéria de Estado, de direito público, de programação econômica e de justiça distributiva.

No entanto, enquanto os poucos grupos acadêmicos que se lançaram a essa tarefa o fizeram basicamente com viés ideológico, a FGV se preocupou não apenas com a opção por abordagens analíticas críticas, mas também operacionais. Quando eclodiu a crise financeira de 2008 e no mundo inteiro falou-se na necessidade de aumentar os controles estatais sobre bancos comerciais e de investimento, fundos de pensão, bolsas de valores e mercados de capitais, na pós-graduação da FGV essa discussão já vinha sendo travada desde o ano anterior, tendo sido, inclusive, objeto da aula inaugural do curso. Igualmente, quando se falou entre 2008 e 2009 na necessidade de criar novos mecanismos de regulação econômica e financeira, o curso de pós-graduação *stricto sensu* da FGV já vinha formando operadores com a devida expertise para assumir essas funções.

O segundo fator a ser destacado, no exitoso projeto da Direito GV, está na estratégia adotada de recrutamento de recursos humanos. A ideia foi trabalhar com um número pequeno de professores e pesquisadores, atraídos pela qualidade do projeto e recebendo salários muito acima dos praticados pelo mercado acadêmico. A diretriz funcionou como um eficaz mecanismo de catalisação de vocações e competências – e esse foi, a meu ver, o momento em que a FGV tomou uma de suas decisões mais acertadas, optando por trabalhar, basicamente, com jovens doutores. Se por um lado ainda não tinham maior experiência pedagógica, por outro contavam com sólida formação teórica e com a vantagem de não estarem contaminados pelos vícios atávicos – como ecletismo vulgar, apego ao formalismo, retórica ruibarbosiana e inspiração humanista – que sempre impediram os cursos jurídicos tradicionais de se modernizarem. Sensíveis ao diálogo interdisciplinar, conscientes da necessidade de maior rigor analítico e com uma visão sistêmica do empreendimento que a FGV se propusera erguer, os jovens doutores então recrutados, trabalhando sob a supervisão de quatro a cinco docentes respeitados e inspiradores, puderam assim ajudar a construir uma nova escola a partir do marco zero. Ou seja, sem as amarras asfixiantes da “tradição”, que hoje travam a modernização dos cursos jurídicos das centenárias universidades públicas e confessionais. O paradoxal é que muitos desses jovens doutores foram preparados justamente por essas universidades, que não quiseram ou não souberam incorporá-los a seus quadros.

Quando eclodiu a crise financeira de 2008 e o mundo inteiro falou da necessidade de controlar os bancos, a discussão já havia sido travada na pós da Direito GV desde o ano anterior

Nesse sentido, foi decisivo para a concepção e implementação dos cursos de graduação e pós-graduação da Direito GV o envolvimento de jovens professores e jovens pesquisadores vindos do Programa de Educação Tutorial (PET) em Sociologia do Direito, vinculado ao Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo, que acaba de completar 30 anos. Criado por Cláudio Moura Castro no tempo em que dirigiu a Capes, o PET foi uma iniciativa destinada a formar uma elite capaz de liderar, acadêmica e organizacionalmente, a modernização das instituições brasileiras de ensino superior. Assumidamente meritocrática, a ideia era reunir os mais brilhantes alunos dos primeiros anos de graduação de um curso, dar-lhes uma bolsa de estudos até a se formarem, envolvê-los em atividades full time sob a orientação de um tutor, com total liberdade de trabalho, e assegurar as melhores condições de crescimento intelectual. Com isso poderiam dispor de um estimulante clima intelectual, preparando-se já na graduação para fazer uma pós-graduação nas mais conceituadas universidades no país ou no exterior. Além de evitar a deformação precoce de jovens talentosos, o PET era um enclave de qualidade e uma matriz de lideranças intelectuais.

No caso específico do PET, o primeiro instalado no país, ele contava, no momento em que o projeto da Direito GV foi lançado, com uma geração brilhante de orientandos meus que acabava de voltar de Wisconsin, Yale, Harvard, London School of Economics, Universitat de Barcelona e do Max Planck Institute. Embora o grupo tivesse a teoria do direito e a sociologia jurídica como denominador intelectual comum, cada um de seus integrantes pôde seguir a área de especialização que quis – do direito penal ao direito econômico, do direito internacional à filosofia política. Por essa razão, na prática atuavam como uma verdadeira “escola”, só faltando algo que os reunisse num projeto acadêmico comum – e o mérito do Ary Oswaldo Mattos Filho foi, justamente, o de ter compreendido isso em todo seu alcance. Quando formou a equipe encarregada de adensar e implementar o projeto, ela já estava suficientemente articulada para trabalhar de modo eficiente e solidário, o que permitiu à FGV poupar etapas e ganhar tempo. Também foram egressos do PET os dois primeiros executivos do projeto de criação do curso de graduação da instituição, Jean Paul Cabral Veiga da Rocha e Paulo Todescan Lessa Mattos, cujo desempenho administrativo e liderança acadêmica acabaram sendo decisivos. O resto é história.



...E O SONHO SE FEZ REALIDADE

A Direito GV formou a primeira turma, mas para seu vice-diretor acadêmico não há a sensação do "dever cumprido". O que há é o compromisso da crítica permanente ao ensino do direito

Por Antonio Angarita
Foto/Gustavo Scatena

Como sou um historiador meio entre aspas, meu compromisso é dizer como a escola foi concebida e quais foram as forças que a conduziram até a sua realização. Porque, sem uma boa contextualização, pode dar a impressão de que a escola foi trazida no bico de uma cegonha. Na verdade ela foi concebida após um longo processo de amadurecimento e de reflexão, na esteira de uma antiga preocupação da Fundação Getulio Vargas em aprimorar o ensino jurídico.

Essa visão crítica do ensino do direito não foi exclusividade da FGV. Se há alguma coisa que vinha sendo criticada há muito tempo no Brasil pelos profissionais e pelos intelectuais da área jurídica era o ensino e o exercício da profissão de advogado. Esses reparos se referiam sempre à mesmice das propostas dos cursos de direito, todos baseados numa matriz coimbrã comum, quase sempre desconectada da realidade concreta da sociedade em que estão inseridos. Essa percepção começou já no final do século XIX e passa ao longo do século XX. Essas críticas são quase atemporais, sempre houve e quem sabe sempre haverá. Para ficar em apenas um grande estudioso que sintetizou a crítica ao estudo de direito, lembro San Tiago Dantas, um jurista de alta qualidade, homem público respeitável, e que tem uma fala que se tornou clássica – a da aula inaugural que ministrou na Faculdade Nacional de Direito, em 1955, mostrando que essa inadequação vem de longa data.

A Fundação Getulio Vargas não é refratária a essa postura. Como uma entidade voltada para os estudos sociais, ela sempre percebeu tal inadequação. A par de um exercício crítico discreto, ela participou de algumas ações que traduziram empenho e vontade. O episódio do Ceped (Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito), com o qual a FGV colaborou por alguns anos, na passagem da década de 1960 para a seguinte, é conhecido. Esse centro foi como uma terapia de choque de visão empresarial e de negócios na advocacia do Rio de Janeiro e do Brasil, com aulas ministradas por professores americanos e grandes juristas brasileiros da época.

Essa experiência nos alcançou, ao diretor da escola, Ary Oswaldo Mattos Filho, e a mim mesmo, ainda bem jovens: ambos lecionávamos Direito na EAESP-Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, e tínhamos amigos e companheiros envolvidos com grande entusiasmo nessa proposta do Ceped. Houve até um momento em que se cogitou de tentar repetir aquela proposta aqui em São Paulo, mas na dinâmica dos processos – e também não saberia dizer quais foram as razões mais profundas –, a experiência do Ceped acabou sendo efêmera, não prosperou, mas deixou no Rio de Janeiro um bom número de excelentes advogados. Também por causa disso, há ilhas de excelência hoje na prática do direito, e a advocacia de São Paulo e do Rio de Janeiro é de pulso, de mão cheia, e mostra no exercício profissional um desempenho altíssimo.

Os cursos de advogados de empresas, promovidos pelo Ceped em vinculação com a FGV, funcionaram por seis anos (1967-1972) e formaram mais de duas centenas de advogados. Deixaram também uma semente que continuou um lento processo de germinação, de mais de duas décadas.

Nesse intervalo, a FGV passou por um período de mudança de paradigma nas fontes de captação de recursos para seus projetos e suas operações, redimensionando algumas delas – inclusive fechando alguns dos cursos de graduação, numa política de se concentrar nos altos estudos de pós-graduação. Essa busca de equilíbrio nas receitas encontrava-se em equacionamento quando chega à Presidência da fundação o prof. Carlos Ivan Simonsen Leal.

Quando chega à Presidência da FGV, no ano 2000, Carlos Ivan, um professor jovem, pessoa sem o peso de larga tradição profissional, resolveu retomar essa experiência e fazer um exercício de prática em vez de discurso, criando duas escolas – a Escola de Direito do Rio de Janeiro e a Escola de Direito de São Paulo, concomitantemente. Olhando de longe, qualquer pessoa tem razão de duvidar da conveniência dessa iniciativa da Fundação. O Rio de Janeiro já tem grandes escolas de direito que provêm a sociedade com certo tipo de profissional. E aqui em São Paulo nós temos, junto com Recife e Olinda, a mais provecta escola, que é a do Largo São Francisco, com seus méritos e sua grande história.

Quem olhar a distância essa decisão do presidente tem razão de, pelo me-

nos, ficar surpreendido. Por que mais uma escola de direito? E aí começamos uma história que diferencia esses dois cursos dos demais, já nas suas origens. Foi-se ao mercado, realizou-se uma pesquisa. Dessa pesquisa ficou claro que havia a necessidade de um novo profissional. Esse novo profissional deixava de ser apenas um letrado em leis, mas além de letrado em leis ele deveria ter expertise em outras áreas do conhecimento. Por exemplo, de economia, administração, de finanças públicas e privadas. E a noção de sua interação na relação com o Estado seria não de oposição, mas de desenvolver a capacidade propositiva de elaborar políticas públicas adequadas. Esse é um profissional cujo recorte e esboço foi realizado, mas esse é um processo que ainda não acabou. A Escola de Direito de São Paulo está agora, praticamente nesta semana em que temos essa conversa, formando sua primeira turma de advogados e colocando-os para iniciar essa interação propositiva com a sociedade de São Paulo. Esse esboço do novo profissional que visualizamos há dez anos está fortalecido e enriquecido com as experiências da escola, vitorioso até quanto possa ser vitorioso um grande ensaio. Nosso dever está cumprido.

Um projeto em construção

Essa nova turma que agora chega ao mercado irá dar um retorno, fornecendo pistas para os necessários ajustes de rota, aperfeiçoando o processo. Nesse sentido, não há um dever cumprido. Pois essa frase é medíocre. O que há é um compromisso para fazer o processo continuar. Na hora em que você diz "o dever está cumprido", parece que a criação está acabada. E o que acaba com a pessoa só é a morte. Enquanto não houver esse desenlace, a vida continua pulsando, tudo está mexendo. Isso é uma noção vaga e difusa para o leitor entender como a escola apareceu. Ela leva a semente de ser uma crítica permanente ao ensino do Direito no Brasil. A sua existência já comporta essa crítica. É uma escola pequena, uma escola, eu diria, atrevida do ponto de vista da sua presença no mercado. Nesse curto espaço de tempo conta com uma revista acadêmica de altíssima qualidade. Tem a experiência do GV*law*, espécie de laboratório de ensaio de novas propostas, com a sua revista e com suas centenas de cursos e já contabilizando uma dezena de milhares de alunos. Então, para uma entidade de 10 anos de existência, diria que é um resultado assustador. Não conheço igual. Isso não quer dizer que aqui dentro se façam milagres. Quer dizer que o resultado da pesquisa realizada em meados do ano 2000 pela empresa de consultoria A. Franceschini Análises de Mercado foi um bom indicador. Encomendada pela EAESP, essa pesquisa ouviu quase uma centena de advogados atuantes em escritórios e empresas, gerentes de recursos humanos de grandes corporações, e constatou certa percepção de que era necessária e oportuna a criação de curso de direito voltado para essa área específica do conhecimento jurídico,

Não há um "dever cumprido", essa frase é medíocre. O que há é um compromisso de fazer o processo continuar. Enquanto houver vida, tudo continua pulsando

o empresarial e de negócios. Faltava um exercício desse tipo no ensino do direito, o mercado precisava disso. E fomos ao encontro do que o mercado apontava naquela pesquisa.

À cabeça do projeto, o professor Ary Oswaldo, um cidadão vitorioso. Na época em que ele ingressou numa escola sofisticada e de ponta, que é a EAESP, eu já estava lá. Depois ele foi para o serviço público federal, como responsável pela reforma tributária, foi presidente da CVM-Comissão de Valores Mobiliários, e realizou um trabalho reconhecido por todos. Criou um grande escritório de advocacia, que está entre os mais considerados do país. E foi escolhido pelo Carlos Ivan Simonsen Leal para implantar a Escola de Direito de São Paulo da FGV. Projeto em pleno florescimento. Por isso é um vitorioso. Do ponto de vista do perfil, ele tem prestígio intelectual na escola, não é um simples gestor. Isso também é importante. Ele é um homem de tomada de risco, de tomada de decisões. É um homem de convívio agradável, não só com os seus velhos amigos, que é o meu caso, mas com os jovens professores. Todos os novos professores têm no Ary uma pessoa acessível com quem podem conversar e trocar ideias.

Um time com espírito de aventura

Essa pesquisa realizada pela consultoria A. Franceschini foi um trunfo na mão do Ary Oswaldo, pois suas conclusões vinham ao encontro de um antigo projeto alimentado por ele, o de criar um curso de direito na contramão dos modelos existentes. Ary usou muito essa pesquisa para empolgar uma nova geração de juristas. E ele foi atrás daqueles personagens que não eram "gatos gordos", eram pessoas com muito entusiasmo. Nesse sentido, o diretor ousou e seguiu o projeto esboçado. Houve alguma pressão de outros setores da Fundação em co-participar do projeto. E esse momento foi de crucial importância. Ali se estabeleceram divergências saudáveis. Uma instituição importante e antiga como a FGV se não tiver divergências seria uma entidade semimorta. A sociedade tem de viver em conflito, todo mundo sabe. Aquele momento foi importante. Era tentativa e erro. Era compreender que a indicação empírica dizia que devíamos criar uma escola para atender demandas represadas no mercado, que o exercício clássico da advocacia não satisfazia. O ensino do Direito dava as costas para questões da realidade prática. Houve longas reuniões no escritório do Ary Oswaldo. Ele convidou jovens professores já reconhecidos como tal, mas que ainda não eram "gatos gordos", tinham inquietações intelectuais no campo do Direito. Aí vieram o Carlos Ari Sundfeld, o Oscar Vilhena, o Ronaldo Porto Macedo, e depois se juntaram o José Reinaldo de Lima Lopes, o Theodomiro Dias. Logo no começo estavam acompanhados do Jean Paul Veiga da Rocha e do Paulo Mattos. Era um grupo de pessoas abaixo de 40 anos, alguns deles nos 30. O que uniu essa gente em torno dessa mesa? A liderança do Ary Oswaldo, que tinha um mandato difícil, o de trazer para São Paulo uma escola nova de direito, com o prestígio da Fundação, uma marca de mais de 60 anos.

O tempo todo houve uma discussão aberta e rica entre eles, e isso é estimulante para aflorar vocações. Lugar em que ninguém fala com ninguém é perda de tempo. Afinal, acho que houve o espírito de aventura, no bom sentido da palavra. No sentido de que você tem elementos para duvidar do que faz e assim buscar fazer coisas melhores. Isso é aventura para mim. Não é aventura no sentido de atrevido. Não sei se nossa vida permite essa licença, afinal, essa gente foi tocada pelo espírito de aventura. Como eu disse, com o prestígio da Fundação, esse time se colocou na busca das pistas apontadas pela pesquisa empírica, com a liberdade de discutir e inovar nas propostas. Essa equipe desenhou um projeto em que se trabalha com conforto, há a possibilidade de produzir e formar profissionais com outro perfil. Isso é um projeto muito benfeito.

Portanto, não é inesperado que nós colhamos todo esse sucesso. Nós estamos com a sensatez de quem colheu o que soube plantar. As nossas relações não se esgotam dentro de nossa casa, a escola se volta para fora, num diálogo com outros parceiros.

Dentro de casa temos, portanto, nosso curso de graduação, que está colocando no mercado a primeira turma de advogados; temos o programa de mestrado com alunos de diversos Estados brasileiros; e temos os cursos do GV*law*, cursos de especialização e de educação continuada, com muitos módulos oferecidos a instituições e empresas.

E fora de casa temos intensas relações com parceiros do exterior: instituições de ensino com foco semelhante ao nosso. Essas relações de intercâmbio se dão em diversas iniciativas, coordenadas pela professora Maria Lúcia Pádua Lima. Alguns desses convênios permitem que nossos alunos cursem algumas disciplinas em uma dessas escolas, numa operação de intercâmbio – essa atividade pode ser realizada durante o quarto ou quinto ano. Por causa desse intercâmbio, recebemos professores dessas escolas associadas que vêm ministrar



UMA ESCOLA ENCANTADA

A Direito GV é meio encantada, pois tem a mística das coisas desconcertantes, originais. Nos seus primeiros tempos, quando contávamos aos outros nossas ideias, diziam sempre: incrível, incrível! Como pôde surgir algo assim? Três coisas foram essenciais. Havia uma instituição consistente, a FGV, mas de algum modo alternativa, sem jeito de universidade. Além disso, houve liderança com coragem e visão, desde o presidente, Carlos Ivan, até os diretores da escola, Ary Oswaldo e Angarita. Inventar é arriscar: mais inovação, mais problemas. Nossos líderes calcularam os riscos, acho, mas não tiveram nenhum medo deles. Em terceiro lugar, havia um grupo de professores cuja amizade vinha de ambientes e projetos criativos, nada convencionais, como a Sociedade Brasileira de Direito Público. Essa mescla abriu caminho para a invenção, a ousadia. O encantamento fez o resto.

Lembro-me do almoço em que eu, Oscar Vilhena Vieira e Ronaldo Porto Macedo nos deixamos envolver. Falou-se muito de política, Ary e Angarita fingiram ceticismo quanto ao ensino jurídico, marcaram outro almoço, rachamos a conta e eles foram embora. Ficamos os três uma boa hora sob a garoa, na rua Itapeva, tentando entender. A chuva apertou e nos dispersou. Uma semana depois, apareci com o esboço de um projeto, que ninguém tinha pedido. Entreguei o envelope, falamos de outras coisas, dessa vez comemos bem, rimos, a conta foi rachada. Saímos outra vez confusos. Dias depois, alguém avisa que iam criar uma escola, partindo daquele envelope. Que loucura!

Começamos a trabalhar, vieram outros amigos, nos irritamos bastante uns com os outros. Estávamos tomados, cheios de eletricidade. Nossa obsessão era inventar uma estrutura contra a acomodação. Queríamos máxima liberdade para os alunos nos anos finais da graduação. Também fizeram parte da estratégia matérias novas (um curso de jurisprudência no 1.º semestre, artes e direito, crime e sociedade), inversões (Que tal direito global no 1.º ano? E prática antes de teoria?), reduções (menos direito processual) e junções (contratos privados e públicos em um só curso). Logo tínhamos um projeto fascinante. Veio nossa primeira sede, na rua Pamplona. Selecionamos pesquisadores para desenvolver os conteúdos, criar material didático e testar metodologias. Era gente jovem, compenetrada, atrás de novidade. O ambiente, de excitação; o sentimento, de urgência.

Enquanto isso, o GV*law* ia crescendo, tocado pelo Leandro Silveira Pereira. Funcionava na Bela Cintra quando iniciei ali um curso de direito administrativo econômico, com poucos alunos. Depois vieram as especializações. Ali, fizemos muitas experiências com casos, fomos melhorando.

Veio o desafio do primeiro vestibular. Não fomos nada modestos. Radicalizamos, rompemos, ousamos. E, assim, acabamos descobertos. Convocamos a primeira leva de aprovados para conhecer a escola com a família, todos desconfiados. Nesse dia, descrevemos coisas incríveis. Afinal, tudo era ainda um sonho!

Quando a graduação da Direito GV abriu as portas, em 2005, fiquei feliz que a sorte me desse a primeira aula da nova escola. Os alunos talvez não notassem, mas eu estava ardendo de ansiedade. Até roupa leve havia comprado na véspera, para não aparecer de gravata na rua Rocha. Dei algo para eles lerem, a sala ficou em silêncio, entretida. O momento foi se estendendo, todos tensos, fixados no trabalho, os olhos indo e vindo pelos enigmas do texto. Hesitei ainda um pouco e aí perguntei à classe sobre o que tinham lido. As respostas brotaram, mas não prendi atenção no que diziam: por muitos, muitos minutos, deixei a palavra girar, falar quem quisesse, como fosse. Fiquei só, perplexo, sentindo em torno a febre, a vibração, a força que explodia. Naqueles instantes mágicos, a escola começava a respirar. Relaxei, aliviado: ela tinha nascido, passava bem. Estava viva!

Incrível! Como juntamos tão rápido professores de talento? Como a burocracia aceitou nossos conceitos heterodoxos? Como convencemos os alunos a apostar numa escola que não existia? Como, antes de graduar a primeira turma, ganhamos prêmios, viramos referência, conseguimos respeito internacional e aprovamos o mestrado? Para quem participou de tudo desde o início, o caminho pareceu doce, fácil e natural. Sabíamos que iria ser assim. Nunca nos pareceu possível que não fosse. Por que seria diferente?

Carlos Ari Sundfeld,
professor da DireitoGV e presidente da SBDP



A BUSCA DA CASA PRÓPRIA

Ingressei há 40 anos na Fundação e minha carreira sempre foi na área da administração. Em 2004, convidado pelos professores Ary Oswaldo e Antonio Angarita, prestei consultoria aqui na Escola. Ao encerrar o trabalho, chegamos à conclusão de que seria necessária uma diretoria administrativa. Uma de minhas intervenções que gosto de lembrar foi a definição da sede da Direito GV, que segundo o projeto inicial seria construída em terreno integrado à sede da EAESP. O pouco tempo disponível para isso antes do início do curso de graduação levou a que procurássemos um prédio já construído. Os cursos do GV*law*, naquela altura, aconteciam em mais de um endereço da Fundação. Movido pela idéia de que a Escola deveria ter instalações próprias, saímos à procura de um imóvel. Certo dia, passando pela rua Rocha, encontramos esse edifício, com o anúncio de "aluga-se". Vimos que o prédio, apesar de seu mau estado, tinha potencial para nos alojar. Poucos dias depois, já estava negociando as condições do aluguel com o proprietário.

Paulo Goldschmidt,
vice-diretor administrativo da Direito GV

cursos rápidos, de uma ou duas semanas de duração. A escola leva muito a sério essa parceria internacional, que permite ao aluno dialogar com outras vertentes do direito que estão em discussão lá fora.

A necessidade do espírito crítico

Há crítica que se possa fazer ao nosso projeto? Sem dúvida, até porque a escola é produto natural de um exercício de crítica sobre o ensino do direito. Aqui não há um pensamento dominante e, independentemente de seu objetivo – que é o de entregar profissionais competentes ao mercado –, há uma busca de produção do conhecimento e a discussão é absolutamente livre. E não poderia ser diferente. É algo que todos prezamos e o professor Ary Oswaldo Mattos Filho cuida com muito cuidado.

Nesse clima de liberdade de pensamento e discussão, a escola chegou a estabelecer alguns eixos fundamentais, quatro ou cinco. Em algum momento esses eixos podem ter a pretensão equivocada de esgotar o foco do ensino da escola. E essa é uma crítica pessoal que faço. Nunca conversei com o diretor sobre isso. Estou refletindo sobre isso agora. Quando se paralisa o exercício achando que os eixos são esses, conspira-se a favor de uma inércia estática. Porque ou você se satisfaz com o que tem ou se proíbe de procurar o que não tem. E isso é paralisante. Nós estamos fazendo um bom trabalho como descrevi? Estamos. Esse trabalho é reconhecido pelo mercado? É. Esse trabalho é satisfatório e desafiador para os professores nele engajados? É. Então há uma lista de satisfações muito bem cumpridas, mas é preciso cuidado para que essa endogenia não interrompa o projeto inicial da escola, que é o de ser um processo. A autossatisfação pode ser paralisante. E assim como a sociedade não para em seus paradigmas, ela sempre está propondo questões novas, criando novas demandas, uma escola como a nossa não pode se satisfazer apenas com os paradigmas construídos.



O EMBRIÃO DA ESCOLA

Em 2000 comecei a acompanhar o Ary Oswaldo Mattos Filho em algumas iniciativas da Fundação ligadas à área do direito, como a especialização em Direito da Economia e da Empresa, coordenada pelo Flávio Maia e oferecida na EAESP. Acompanhamos o projeto, modificando a grade e o adequando mais à realidade paulistana. Esse programa introduziu, aqui em São Paulo, a Fundação na área de direito. O projeto começou como um programa de pós em direito, oferecido durante algum tempo dentro do Programa de Educação Continuada da EAESP. Em 2002 continuamos a oferecer esses cursos, mas de forma autônoma dentro do GV*law,* hoje o programa de pós-graduação em Direito. A marca GV*law* foi criada em 2002 pelo Roberto Duailibi, da DPZ.

Nesse período começamos as movimentações para criar a graduação. As duas primeiras tarefas: a discussão e redação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e, depois, os pedidos de credenciamento e autorização para o funcionamento da Escola perante a OAB e o MEC. Éramos o Ary Oswaldo, o Antonio Angarita e eu quando começamos as primeiras discussões sobre o que seria a graduação. Na época indiquei o Oscar Vilhena Vieira, que fora meu professor na graduação, para participar das conversas. Chegou então à nossa mão o currículo do Ronaldo Porto Macedo Junior. O Oscar agregou ao grupo o Carlos Ari Sundfeld, que indicou o Jean Paul Veiga da Rocha e o Paulo Mattos. Realizamos um conjunto de discussões para a montagem do PDI, base para a criação da escola. Foi importante na operacionalização do projeto a participação da Ligia Paula Pires Pinto, na época estagiária e hoje pesquisadora na Escola. O resultado foi um projeto inovador, criticado pela proposta de repensar a forma de ensinar direito e o currículo, por defender uma carreira docente em regime de dedicação integral.

Aprovado o curso junto à OAB e ao MEC, inovamos uma vez mais ao pedir prorrogação para o início das atividades, para dispor de mais tempo para a formação dos professores e a montagem do material didático. Esse trabalho foi correndo junto com o GV*law* até 2004, quando o Paulo Goldschmidt vem para a escola e assume as funções que eu desenvolvia de coordenação e começa a atuar como diretor administrativo. Posteriormente veio a Adriana Ancona Faria para coordenar a graduação. A escola finalmente estava pronta para receber a primeira turma. E a partir daí fiquei mais focado no desenvolvimento do GV*law.*

Leandro Silveira Pereira,
*diretor executivo do GV*law

Outras críticas. A Escola seria uma escola de elite? Seria. Mas quem disse que o Brasil não precisa de elite? Não me refiro a uma elite aristocrática, oligárquica. Estou me referindo a uma elite de pensamento. Quem disse que o Brasil não precisa disso? É certo que não pensamos apenas na área do direito, mas na área das engenharias, do planejamento econômico, da gestão de empresas. O Brasil se ressente de uma grande falta de qualidade. A escola se compromete, e esse é o compromisso da Fundação, a melhorar os quadros para o exercício jurídico nas empresas, nas instituições do estado, nas empresas públicas, no serviço à comunidade. Numa escola como a nossa não cabe exercício excludente. Por ser moderna, democrática, brasileira, ela não pode ser excludente.

Mais críticas. A escola poderia estender sua atuação para muito além de São Paulo? Não sei. Mas a ideia é que ela seja um elemento multiplicador. Quando se conversa com o professor Oscar Vilhena sobre o alcance da proposta do mestrado, ele tem prazer em mostrar que os pedidos e inscrições para o nosso curso vêm de quase todas as partes do Brasil. Há alunos de São Paulo, da Paraíba, de Alagoas, Estados distantes de São Paulo, mas com gente preocupada com a mesma questão que nos levou a criar a escola. Esses professores formados em nosso mestrado farão parte desse efeito multiplicador.

A escola precisaria crescer também do ponto de vista físico, ampliando significativamente o número de vagas? Acredito que não. Porque aí comprometeria o seu perfil, jogaria fora seu nariz. Não pode. O modo de a escola crescer é ampliando o seu magistério, multiplicando sua proposta ao formar professores que irão irradiar essa proposta de formação de qualidade em outros rincões do país.

O desdobramento futuro do mestrado num programa de doutorado parece uma etapa quase natural. Mas para isso é preciso tempo, deixar que as águas decantem melhor. Afinal, o mestrado ainda não teve a primeira avaliação da Capes, é um programa saindo das fraldas e dando os primeiros passos. Mas o doutorado será o caminho natural. Seria estranho se daqui para a frente a escola não ousasse em propor um doutorado com a mesma segurança e cuidado.



UMA ESCOLA BOSSA NOVA

Participar da construção da Direito GV tem sido enorme privilégio. Desde o primeiro encontro com Ary Oswaldo Mattos Filho, no final de 1999, senti enorme atração pela sua ideia de criar uma "escola" de direito num país que certamente não precisava de mais uma faculdade. A proposta era clara e ambiciosa: estabelecer um novo paradigma de ensino e pesquisa; criar uma escola que desse conta de um Brasil que vem passando por rápida e forte transformação, não necessariamente acompanhada pelo pensamento jurídico. Três elementos se demonstraram ainda mais sedutores: a ampla liberdade para pensar com ousadia, sem qualquer trava ou preconceito, vivenciada ao longo destes dez anos; a crença de que se havia um lugar onde esses sonhos poderiam ser concretizados era dentro de uma instituição como a FGV; e, por fim, o que se demonstrou mais saboroso, a possibilidade de se lançar nesta empreitada com um grupo de pessoas muito singular. Nos primeiros dois anos de trabalho, intensos, fizemos isso de forma totalmente voluntária. Se não desse em lugar nenhum teria valido pelo papo, em tom nem sempre moderado e invariavelmente discordante. E a escola foi tomando certo corpo. Passamos a ter reuniões teóricas, grupos de elaboração de material didático, e, sobretudo, alunos. Minha sensação ao longo do tempo tem sido a de participar de um movimento, e não há aqui nada de religioso, como a bossa nova, o modernismo, o desenvolvimentismo ou a nova arquitetura brasileira. E isso por diversos motivos. Em primeiro, por um profundo senso de pertencimento à realidade brasileira; o peso desse legado e os desafios reais colocados pela nossa posição no mundo. Por outro lado, a escola abre-se ao mundo numa relação cosmopolita, jamais subserviente, num exercício diário e contra-hegemônico de criar nossa própria tradição. Por fim, a escola é bastante bossa nova pela liberdade com que nos permitimos conceber de forma ao mesmo tempo ousada e rigorosa os nossos projetos. Não tem havido aqui espaço para complexo de vira-lata, como diria Nelson Rodrigues, ou de craque. Liberdade para pensar e muito suor para implementar.

Seria cabotino fazer um balanço positivo de conquistas, mas há momentos em que algum tipo de reflexão é oportuno. A primeira conquista foi fazer da escola de direito algo central na vida dos alunos. Não aceitamos que o curso de bacharelado seja um rito burocrático que os alunos cumprem, enquanto aprendem na vida. Em segundo lugar propusemos uma reviravolta tanto na pesquisa quanto no ensino. Do modelo doutrinal-lapidar-professoral passamos para certo realismo iconoclasta. Queremos saber como o direito se realiza no mundo real: seu impacto sobre a sociedade, a economia, a política e a vida das pessoas. A jurisprudência passou a ser central. A sua leitura, no entanto, não é apenas instrumental e estratégica, como recurso retórico, mas crítica e desconstrutiva. Queremos saber as razões, a consistência dos argumentos, as consequências. As aulas passaram a contar com uma participação às vezes perturbadora dos alunos. Não há espaço para argumentos de autoridade. Um terceiro ponto foi que a escola felizmente não se estabilizou nestes anos. A direção parece vocacionada a impulsionar uma constante destruição criativa. Os professores e coordenadores não parecem se incomodar com certa tensão que nos lança adiante, todos os dias.

Sim, há preocupações, e muitas. Como fazer que este projeto não seja uma ilha, sem um diálogo mais efetivo com outras experiências e setores da vida jurídica brasileira? Como levar a cabo, de forma sustentável, um projeto sofisticado e custoso como este, transformando-o num bem público, que impacte a vida dos brasileiros e não apenas daqueles que conseguem cursar a Direito GV? Como ampliar nossa diversidade, limitando o risco de que nos inscrevamos na tradição brasileira de uma modernização conservadora? Essas são algumas questões que se colocam a muitos que chegam à Rua Rocha, se encantam, mas não perdem a perspectiva de onde de fato estamos.

Oscar Vilhena Vieira,
professor da Direito GV e coordenador do mestrado



Arquivo pessoal

UM EXERCÍCIO DE MEMÓRIA

No final de 2001 recebi um telefonema do Carlos Ari Sundfeld. Em seguida me ligou Jean Paul Cabral Veiga da Rocha. Nos telefonemas, os dois me diziam que um movimento de transformação do ensino e pesquisa em Direito estava em curso. Ary Oswaldo Mattos Filho e Antonio Angarita formavam um grupo para desenvolver o projeto de criação de uma nova escola de Direito na FGV. Liguei para José Eduardo Faria, na época meu orientador no doutorado. Um dos principais catalisadores de ideias durante o trabalho que desenvolvemos na FGV, Faria nos pôs em contato com David Trubek (da Wisconsin Law School), importante interlocutor no processo de criação da escola durante o ano de 2003, quando estive na Yale Law School. Faria nos aproximou de Ronaldo Porto Macedo Jr., Jose Reinaldo Lima Lopes, Oscar Vilhena Vieira e de Carlos Ari Sundfeld, outro grande catalisador de ideias do projeto da Direito GV, desde o texto seminal que ele elaborou como contraponto a outro texto que fora produzido um pouco antes por Roberto Magabeira Unger.

Jean Paul e eu fomos alunos de Faria no curso Metodologia do Ensino Jurídico, na Pós-Graduação na Faculdade de Direito da USP. Tinha como o principal objeto a critica do ensino e da pesquisa jurídica diante dos fenômenos políticos, econômicos e sociais da realidade brasileira. Esse curso e a bibliografia nele utilizada foram importantes nos debates que Jean Paul e eu tivemos nos bastidores da concepção de um projeto inovador de ensino e pesquisa para a nova escola de direito.

Como coordenador de pesquisa e publicações da Direito GV (2002-2004), criei junto com Jean Paul dois conjuntos de iniciativas para a estruturação da área de pesquisas: a) os seminários de pesquisadores; e b) as linhas de pesquisas coletivas. Os seminários de pesquisadores eram inspirados nos Faculty Workshops de que participei na Yale Law School em 2003 e nos Seminários da Casa do Cebrap. Ambos partem da premissa de que o pesquisador deve se expor à crítica de seus pares, o que propicia o controle da produção acadêmica, institucionalizando o padrão de qualidade. No caso das linhas de pesquisas coletivas, a ideia central que perseguíamos era a de que um projeto de renovação do ensino jurídico teria maiores chances de sucesso se viesse acompanhado, desde o início, de uma estrutura de pesquisas e publicações de excelência. Essa estrutura seria, por assim dizer, a âncora acadêmica da escola e a garantia de continuidade do projeto. Pressupunha a contratação de um corpo inicial de pesquisadores em dedicação integral, com tempo para desenvolver pesquisas no contexto de desenvolvimento do projeto da escola.

Contratados esses pesquisadores (a partir de agosto de 2003), eles tiveram suas atividades focadas na produção de materiais didáticos (especialmente estudos de casos), não sendo possível direcionar esforços para a institucionalização de linhas de pesquisa coletivas. Projetos de pesquisa coletivos são, a meu ver, fundamentais para permitir que núcleos de pesquisa se formem para além da produção de materiais didáticos e metodologias de ensino. Dessa forma, seria possível inovar o conteúdo dos materiais didáticos e permitir que professores e pesquisadores se tornassem referência, a partir de suas pesquisas, nos debates sobre reformas institucionais, legislativas, regulatórias e na formulação de políticas públicas. Em outras palavras, novos materiais didáticos são úteis para melhorar a dinâmica de ensino, mas não têm como revolucionar a produção acadêmica jurídica no país. Assim, apesar de concordar com o pragmatismo necessário do momento de criação da Direito GV, uma escola acima de tudo, sempre fui mais entusiasta da criação de núcleos de pesquisa inovadora em Direito, especialmente com foco em pesquisa aplicada.

Um dos projetos de pesquisa coletiva que procurei fomentar foi uma linha de pesquisa em Direito e Economia, que Luis Schuartz me apresentou no final de 2003. Infelizmente o projeto não foi adiante, mas foi precursor de parceria que eu iria estabelecer em seguida com Schuartz na Escola de Direito da FGV no Rio de Janeiro.

Passados quase 10 anos do início do projeto da Direito GV, sinto que ele é um sucesso do ponto de vista dos objetivos de: a) criação de uma nova escola de Direito no Brasil; e b) criação de uma carreira bem gerida de professores em dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa em Direito.

Agradeço pela oportunidade que tive de participar da concepção e início da execução do projeto da Direito GV e dedico este breve exercício de memória ao amigo Luis Schuartz, também um precursor do projeto inovador de ensino e pesquisa em Direito na FGV e no Brasil. O trabalho que desenvolveu no Rio, na qualidade de vice-diretor acadêmico, teve o grande mérito de conciliar um novo projeto de ensino com maior ênfase em pesquisa. No final de 2008, Luis e eu criamos o Centro de Pesquisas em Direito e Economia-CPDE, que tem por objetivo desenvolver pesquisas coletivas, especialmente de natureza aplicada, entre as escolas de direito e economia da FGV. Infelizmente, o Brasil, a FGV e o projeto do CPDE sofreram grande perda com a morte recente e prematura de Luis.

Paulo Todescan Lessa Mattos
doutor em direito pela USP, é professor de direito econômico e coordenador do Centro de Pesquisas em Direito e Economia (CPDE) da FGV no Rio de Janeiro e pesquisador permanente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).



Foto / Gustavo Scatena

A APOSTA EM UM SONHO

Sou promotor de Justiça há vinte anos e trabalhei na área de direito ambiental, indo em 2009 para a promotoria do consumidor. Fiz mestrado e doutorado em filosofia do direito na USP, orientado pelo José Eduardo Faria, com doutorado-sanduíche em Harvard e pós-doc em Yale. Como minha esposa é docente na EAESP, numa conversa com o Ary Oswaldo Mattos Filho ele me contou sobre a ideia de criar a Direito GV. Na verdade, ele entrevistava pessoas que poderiam participar desse projeto. Em 2001 fui convidado para uma reunião em seu escritório e ali estavam o Leandro Silveira Pereira e o Oscar Vilhena. A proposta era iniciar uma série de cursos de pós em direito, como embrião de uma futura faculdade, ideia bem urdida. Enquanto os cursos de formação contínua iam sendo montados e tocados pelo Leandro, outras pessoas integravam esse grupo e discutiram o projeto, como a Paula Forgione, o Laércio Betiol, a Ligia Maura Costa. Inclusive professores americanos vieram ensinar a metodologia de estudo de casos. Ary Oswaldo participava desses seminários e workshops, pois queria montar uma escola com um modelo pedagógico e metodológico inovador. As coisas foram caminhando, até que veio a carta branca para criar efetivamente a Escola. Foi quando se somaram Carlos Ari Vieira Sundfeld e Oscar Vilhena, que tinham a experiência da criação da Sociedade Brasileira de Direito Público. A seguir, o José Garcez Ghirardi, o Cássio Scarpinella Bueno e o Eurico de Santi, o Maurício Portugal Ribeiro. Houve várias reuniões para definir como seria o curso, e o curioso é que ninguém, do Ary Oswaldo ao Leandro, do Vilhena ao Sundfeld, era da área do direito empresarial. Sou professor de filosofia, o Sundfeld era procurador do Estado e trabalhava com direito público e o Vilhena era procurador do Estado e militante na área de direitos humanos. Ary Oswaldo buscou cercar-se de quadros com formações múltiplas, creio que até por existir certa indeterminação sobre qual deveria ser a vocação da escola. Havia um estudo, encomendado pela EAESP à Franceschini Análises de Mercado, com o objetivo de avaliar a demanda dos escritórios e empresas paulistanos por profissionais formados em um curso que contemplasse temáticas afeitas simultaneamente ao Direito e à Economia. Nessa pesquisa ficava clara uma percepção do mercado: se fosse criado esse curso o nome adequado era o da FGV. E o desafio do Ary Oswaldo foi o de implantar esse curso. Muitas reuniões, workshops, troca de ideias e jantares depois, um dia bateu o martelo: a escola sairia do mundo das ideias para se tornar real. O Sundfeld e o Vilhena foram cuidar da parte acadêmica, Leandro Silveira Pereira tocava o lado gerencial. Partimos para a criação de ementas inovadoras, definindo como deveria o curso funcionar, contrastando com o que havia de novo no exterior. Foi um momento intenso e rico, e dois jovens combativos vieram ajudar na preparação de material didático e ementas, o Jean Paul Cabral Veiga da Rocha e Paulo Todescan Lessa Mattos. A partir daí algumas ideias centrais básicas ficaram muito mais amarradas. Por exemplo, a ideia de três ciclos, o princípio da interdisciplinaridade, o aprofundamento seletivo na matéria a ser estudada. Na época o Joaquim Falcão da Direito Rio, encomendou ao Roberto Mangabeira Unger um estudo de como seria uma escola de direito. Esse documento trouxe novas ideias para as ementas, além da série de reuniões sobre metodologia que buscavam outros diferenciais para o curso, produzindo material didático que traduzisse num processo toda essa visão. Tínhamos ideias e inspiração nas melhores escolas americanas, mas não tínhamos material, nossos "case books", e fomos produzindo esse material. Coordenei um projeto na área de filosofia do direito e o resultado foi o livro *Curso de Filosofia Política*. O Vilhena produziu o case book de direito administrativo, e assim por diante. Nesse momento se incorporam mais duas pessoas: o José Reinaldo Lima Lopes, da USP, e o Theodomiro Dias, o Theo.

Em 2003 começamos a experimentação de um método de ensino específico – o role-play [técnica pedagógica em que se simulam situações e funções, por exemplo, de juiz, de promotor e de advogado], embrião do material didático que viria a ser produzido. O Antonio Angarita participava desse processo desde que saíra do governo estadual e o Paulo Goldschmidt veio se juntar quando a escola saía do papel para funcionar. A Adriana Ancona, que trabalhara com o Antonio Carlos Ronca na reitoria da PUC, foi chamada e chegou com muito entusiasmo quando o projeto estava montado e a escola entrava no momento de enviar documentação para o MEC.

Durante algum tempo houve certa indefinição se seríamos um curso de ou com ênfase em direito empresarial. Sempre defendemos que não deveria ser conhecido como "escola de direito empresarial", assim como Harvard ou Yale não são, embora a maioria de seus egressos se encaminhe para o business. Deveria ser uma escola de direito com forte visão empresarial, com sinergia natural com a economia. Ela hoje é reconhecida como uma escola de direito inovador, não de direito empresarial. A criação do mestrado em Direito e Desenvolvimento foi uma ideia feliz: imprimiu um caráter mais aberto, social – o direito empresarial se transformando num dos focos para o desenvolvimento.

Estou certo de que em boa medida o projeto atingiu seus primeiros objetivos. Lógico que aqui e acolá todo mundo tem suas críticas. É como a escalação da seleção brasileira, cada um tem a sua e acha que é a melhor. Existem problemas e coisas que se poderia fazer melhor, e estamos fazendo. Esta tem sido a tônica: mal começou e já estávamos reformulando o processo. E isso é ótimo, demonstra vitalidade e a possibilidade de se manter atualizado.

Foi uma oportunidade única participar da criação de uma escola a partir do zero, sem heranças ou tradição a pesar. Uma instituição que cria uma faculdade não para ser mais uma opção, mas que entra disputando a liderança. Um dado revelador: em média cada ano metade da turma que entra aqui também passou pela USP. E quase sempre uns quatro ou cinco optam por ficar aqui. A maioria dos que são aprovados na PUC opta por ficar aqui. Outro dado: há candidatos de todo o Brasil apresentando-se para o vestibular. E nessas primeiras bancas de trabalho de conclusão de curso, com a vivência de quem trabalhou e conhece outras escolas, vejo que a escola fez diferença.

Houve na realidade algo importante para que a Direito GV tivesse esse carisma. O Ary Oswaldo desenhou um processo e criou uma escola no modelo em em que acreditava. Levou isso muito a sério e ao limite, certamente comprando muitas brigas. Teria sido fácil e cômodo trazer quadros de outros cursos da FGV, colegas de escritórios de advocacia, grandes nomes da academia. Ele não trouxe, por sentir que não estavam engajados com a visão que tinha. O que é incomum alguém fazer. É mais comum chamar os amigos e ficar tudo em casa. Acho que isso é o que deu de alguma forma essa mística à escola. Foi uma aposta e ele teve carta branca para fazer como achava que devia. E numa tacada ele acertou, e muito.

Ronaldo Porto Macedo Junior,
promotor de Justiça e professor da Direito GV

DE PORTAS ABERTAS

Sem adotar o regime de departamentos, a escola transita solta, com a mística de que as pessoas dialogam e se mantêm juntas na busca do mesmo ideal

Por Carlos Costa
Foto Gustavo Scatena

Diferentemente da maioria das instituições de ensino (incluindo IES da própria FGV), a Direito GV defende forte separação entre instâncias administrativa e acadêmica. Esse modelo de gestão, mais autônomo e concentrado, foi construído a partir da experiência do diretor, Ary Oswaldo Mattos Filho, que estabeleceu o princípio de que docência e gestão são instâncias segmentadas. "Em algumas áreas, o coordenador atua como regulador. Nesses casos, se ele desempenhar também atividade docente, poderemos ter confusão entre as figuras do regulador e de regulado", diz o coordenador executivo Emerson Fabiani. Tanto que uma das propostas de Ary Oswaldo foi não adotar o modelo institucional francês de departamentos e congregações, por gerar a criação de grupos e disputas. Na mística da escola, para empregar a expressão utilizada por Ronaldo Porto Macedo, as pessoas se unem e se mantêm juntas pelo mesmo ideal.

Com essa organização, a Direito GV tem uma diretoria, composta por Ary Oswaldo Mattos Filho, pelo vice-diretor acadêmico Antonio Angarita e o vice-diretor administrativo Paulo Goldschmidt. A administração é constituída de outros órgãos, previstos no regimento, que auxiliam a diretoria na administração da escola: as coordenadorias, a secretaria acadêmica e os conselhos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, responsáveis pela execução das políticas educacionais. Além disso, a escola possui cinco órgãos executivos: a Coordenadoria de Graduação; a Diretoria de Pós-Graduação *lato sensu*; a Coordenadoria de Pós-Graduação *stricto sensu*; a Coordenadoria Executiva; e a Coordenadoria de Relações Internacionais.

A Coordenadoria de Graduação (com Adriana Ancona de Faria à sua frente) tem vinculada a Coordenadoria Adjunta de Prática Jurídica e Atividades Complementares (sob responsabilidade de Camila Duran Ferreira). A Diretoria de Pós-Graduação *lato sensu* é administrada por Leandro Silveira Pereira. A Coordenadoria de Pós-Graduação *stricto sensu* é coordenada por Oscar Vilhena Vieira. A Coordenadoria Executiva (Emerson Ribeiro Fabiani) articula políticas de áreas acadêmicas transversais, que dão apoio a mais de um programa de ensino. Junto à Coordenadoria Executiva funcionam as Coordenadorias Adjuntas de Metodologia do Ensino e Casoteca (José Garcez Ghirardi), a de Pesquisa (Rafael Mafei Rabelo Queiroz) e a de Publicações (José Rodrigo Rodriguez). A Coordenadoria de Relações Internacionais (sob a batuta de Maria Lúcia Pádua Lima) é a responsável por promover o reconhecimento internacional da escola como centro de excelência, garantindo ainda a participação em redes internacionais de difusão de conhecimento e de trocas de experiências – como a vinda de professores visitantes e a participação de alunos em cursos conveniados no exterior. Nas próximas páginas, os coordenadores falam um pouco de suas rotinas.

Da esquerda para a direita, Rafael Mafei Rabelo Queiroz (pesquisa), Ronaldo Porto Macedo (professor), Leandro Silveira Pereira (diretor executivo do GV*law*, programa de pós-graduação *lato sensu*), José Rodrigo Rodriguez (publicações), Emerson Ribeiro Fabiani (coordenador executivo); José Garcez Ghirardi (metodologia do ensino e casoteca); Camila Duran Ferreira (prática jurídica); Adriana Ancona de Faria (graduação) e Maria Lúcia Pádua Lima (relações internacionais)





Foto / Gustavo Scatena

GV*LAW*: OS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O GV*law* tem duas funções importantes no projeto da Direito GV. A primeira e mais importante é a de oferecer especialização para profissionais do direito. Especializar para otimizar a atuação num mercado que passa por constantes modificações e que demanda cada vez mais novos conhecimentos, habilidades e atitudes. A segunda função é auxiliar na sustentabilidade financeira da escola. O projeto do curso de graduação da Direito GV tem como alguns de seus princípios básicos trabalhar com um número reduzido de alunos, contar com professores doutores em regime de dedicação integral, além do desenvolvimento de projetos de pesquisas e aprimoramento contínuo de seu quadro docente. São fatores que, somados, exigem um alto investimento, possível apenas com a atuação do GV*law* no oferecimento de seus diversos programas de especialização e de educação continuada.

Outro dado importante em sua trajetória de crescimento constante é que o GV*law* dialoga com profissionais do direito atuantes nos âmbitos público e privado. Nestes últimos anos de trabalho o GV*law* tem atuado na formação de especialistas em direito, quer sejam advogados de escritório, de departamentos jurídicos de grandes empresas, juízes, membros do Ministério Público, funcionários do Ministério da Justiça e profissionais de outros órgãos do governo, oferecendo cursos de especialização e programas curtos de formação e habilitação.

Realizamos pesquisas constantes para identificar as necessidades de formação nas diferentes áreas do direito. Elas são realizadas junto a advogados, principalmente em São Paulo, para buscar o que a comunidade jurídica demanda em termos de atualização para as suas práticas profissionais. É desta forma que mantemos nossos cursos atualizados e aptos a atender as exigências cada vez maiores do mercado. Além disso, escritórios de advocacia, departamentos jurídicos de grandes empresas e órgãos públicos nos demandam cursos customizados para atender as especificidades de seus profissionais.

O GV*law* desde a sua gênese tem como preocupação a inovação. Pensamos primeiramente na montagem de um programa que proporcionasse formação ampla para o advogado que atua junto às empresas. Depois, buscamos especializações focadas em aspectos mais contemporâneos do direito, como a legislação para o terceiro setor, para o setor energético e outras questões direcionadas a nichos específicos.

Mais uma vez, tendo como foco a inovação, pretendemos proporcionar ao advogado uma formação que vá além do direito, trabalhando as habilidades e competências necessárias para que ele possa desenvolver confortavelmente sua carreira. Então, além de aprimorar as competências tradicionais do direito, trabalhamos outras habilidades como técnicas de negociações, gestão de pessoas, liderança etc. A proposta é oferecer ao advogado uma formação que possibilite uma leitura mais sofisticada do mundo para que, a partir dessa leitura, ele se torne capaz de tomar decisões melhores, seja para si ou para os clientes que representa.

Nos cursos do GV*law*, já passaram mais de 10 mil alunos. Hoje são mais de 2.500 matriculados, distribuídos, em sua maioria, na sede em São Paulo. Temos também alunos no interior do Estado de São Paulo, através da rede de escolas conveniada, e em outros Estados, nos cursos oferecidos em parceria com a Federação Brasileira dos Bancos e com o Judiciário.

Esse projeto não teria acontecido sem a colaboração de toda a equipe que passou por aqui e dos que ainda hoje atuam para o brilho do programa. Vale mencionar a Roberta Sardenberg, assistente que tive no começo do projeto e que ficou conosco até 2004, o Fábio Durço e, em especial, o Emerson Ribeiro Fabiani, que continua na escola, atualmente na função de coordenador executivo da Direito GV. Emerson foi meu braço direito durante muito tempo, começou como monitor de cursos de especialização e, depois, veio a tornar-se meu assistente. Ajudou na estruturação do GV*law* quando começamos a crescer e hoje atua junto à direção na coordenação de diversos projetos. Atualmente a equipe do GV*law* é composta pela Fábia Veçoso, Juliana Schumann,Vanessa Silva, Karina Brazil, Mônica Pinhanez e Marina Feferbaum.

Para terminar de um modo que aparentemente não tem nada a ver com esse relato, diria que, se em seus inícios o GV*law* teve uma necessidade premente de buscar um local, creio que chegamos a um belo termo. No começo, o prédio da Fundação não tinha mais espaço, daí buscamos imóveis na região da Nove de Julho onde fica a sede. Ocupamos num período um prédio na Bela Cintra, que apresentava problemas logísticos por não ser destinado a cursos. Depois operamos na Rua Pamplona. E tivemos finalmente a felicidade de encontrar esse imóvel numa região do bairro Bexiga até então degradada, que é a Rua Rocha. Há uns quatro anos mudamos para cá e desde então estamos operando uma revolução no bairro, que vem se transformando, a rua aumentou a segurança, a comunidade se preocupa mais com esses aspectos. Se queríamos criar uma escola de direito que mudasse a história do ensino jurídico no país, como consequência estamos mudando a história dessa ruazinha simpática da Bela Vista.

Leandro Silveira Pereira,
diretor executivo do GVlaw



Foto / Gustavo Scatena

A BUSCA DE SINERGIA ENTRE COORDENADORIAS

Associo a minha entrada na GV ao Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Direito da USP, coordenado pelo professor José Eduardo Faria. Foi nesse programa que conheci o Jean Paul Veiga da Rocha e o Paulo Todescan Lessa Mattos, dois ex-petianos que, seguindo a tradição, voltaram para o PET depois de formados para ministrar cursos para os novos participantes do programa ou coordenar pesquisas. Lá, tomei contato com uma forma diferente de fazer pesquisa no campo jurídico, com coleta e interpretação de dados, que não se resume à mera revisão bibliográfica. Numa dessas pesquisas mapeamos as formas de regulação do setor farmacêutico em vários países e, a partir desse mapeamento, apresentamos para o governo federal um conjunto de iniciativas que poderiam colaborar na definição de nosso marco regulatório para a área de medicamentos. Essa forma de pesquisa influenciou decisivamente minha tese de doutorado e também a minha atuação aqui na GV. Depois disso, Jean Paul e Paulo Mattos me convidaram para ser o monitor do curso Regulação Concorrencial dos Serviços Públicos, um sofisticado curso de educação continuada que seria oferecido pelo GV*law*. Trabalhei como monitor desse curso e de outros que foram desdobrados dele: Direito das Telecomunicações Aplicado e Regulação Bancária.

Em 2002, quando já acumulávamos a convivência no PET, nas monitorias em cursos do GV*law* e também da USP, o Paulo Mattos me chamou para auxiliá-lo na estruturação das recém-criadas áreas de pesquisa e de publicações da Direito GV.

Logo que me graduei, fui trabalhar com o Leandro Silveira Pereira na área administrativa do GV*law*. Na medida em que a Direito GV crescia, o Leandro passou a ser cada vez mais demandado nas atividades de gestão da Escola como um todo e eu passei a me envolver em inúmeras atividades do GV*law* delegadas por ele. Foi um aprendizado e tanto! Quando me dei conta, eu havia tomado gosto pela gestão acadêmica e estava totalmente envolvido num projeto desafiador: construir a reputação da Fundação na área do direito em São Paulo e ao mesmo tempo ter capacidade de geração de caixa. Foi quando montamos o programa de especialização modular, com dez cursos diferentes com currículos integrados, que acabou por alterar o *core business* do GV*law*, antes centrado em cursos de educação continuada, de curta duração; foi quando passamos a oferecer cursos corporativos, cursos ministrados fora da praça e, em São Paulo, cursos em três diferentes prédios da Fundação Getulio Vargas. Era uma operação gigantesca.

Sob a batuta do Leandro, a empreitada teve tanto sucesso que a marca GV*law*, que designa a pós-graduação *lato sensu* da Escola, passou a ser percebida pelo público como sinônimo de Escola de Direito de São Paulo, e não como o nome de uma de suas áreas.

Em 2006, os diretores da Escola me chamaram para assumir a Coordenadoria Executiva da Direito GV. Uma vez mais, tinha a oportunidade de desenhar as tarefas de um cargo que não existia. A encomenda inicial era promover uma gestão integrada de áreas acadêmicas transversais da Escola. Até então, os esforços de pesquisa, de publicações e de metodologia de ensino realizados fora do âmbito do GV*law* estavam voltados basicamente para o curso de graduação. Lançado o curso de graduação e iniciada a concepção e a redação do projeto de um curso de mestrado, esses esforços precisariam ser compartilhados com outras áreas de cursos. Percebemos que tínhamos de garantir um canal de interface entre as áreas de curso e as chamadas áreas de sustentabilidade acadêmica.

O que eu faço concretamente nesta Coordenadoria Executiva? Minha função é pensar em incentivos para tornar a vida do professor menos difícil: como ensinar eficientemente, como pesquisar melhor, como publicar seus trabalhos nos mais bem avaliados periódicos. É isso que busco fazer com a minha excelente equipe nas áreas de ensino, pesquisa e publicações, encabeçadas respectivamente pelo José Garcez Ghirardi, Rafael Mafei e José Rodrigo Rodriguez. É com a ajuda deles também que gerencio os planos de trabalho dos professores em regime de dedicação integral. Nesses planos, os professores estabelecem suas metas de produção acadêmica. Como contrapartida do cumprimento dessas metas, eles recebem um adicional em remuneração. É uma forma que adotamos para incentivar o professor a realizar planejamento de médio prazo de suas atividades e também para institucionalizar a pesquisa como compromisso do professor profissional. Isso é um pouco do meu dia-a-dia, do meu trabalho.

E quanto ao futuro? A Escola já conta com um nome e com uma imagem. Há muita expectativa com relação a seu projeto e suas propostas, e o grande desafio será continuar nessa marcha de inovação, que é o diferencial da nossa Escola. A nossa aposta é que o diálogo com outras instituições possa contribuir decisivamente com isso. Daí, trazermos periodicamente avaliadores externos, que podem enxergar riscos e oportunidades que não conseguemos ver, bem como institucionalizar o período sabático para os professores.

Emerson Ribeiro Fabiani,
coordenador executivo da Direito GV



Foto / Arthur Fujii

UM PROCESSO EM APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO

A proposta central do projeto de nosso curso supõe trabalhar com novas metodologias de ensino na construção da autonomia intelectual do aluno, de modo a formá-lo para dialogar com um mundo em contínua mudança. Ensinar fórmulas não funciona no contexto de uma realidade dinâmica como a do mundo atual. Isso, que foi pensado lá no início, foi a nossa bússola. O que nos propusemos trabalhar, e creio que tivemos sucesso nisso, foi fundamentalmente essa inovação pedagógica na formação de um profissional que dialogasse de modo diferente com esse mundo em transformação.

E isso se traduz no ensino em sua prática cotidiana: nossos alunos têm o dia a dia de dedicação aos estudos, participando em uma dinâmica de aula distinta, com a busca do olhar diferente. O direito não é uma unidade em si, é espaço de organização de um instituto e regramento que dialoga com a sociedade e para isso precisa interagir com outras áreas do conhecimento. Assim, entendemos o ensino do direito muito além de aprender a aplicação técnica de regras específicas. Tivemos essa preocupação de olhar o direito, de reconstruir institutos e propor novas soluções para o mundo, respondendo de um jeito mais eficiente às demandas da sociedade. O que significa também analisar os resultados do direito, daí a ideia de uma pesquisa empírica que fortaleça essa interação.

Além de criar um curso com grade inovadora e nova dinâmica metodológica, com pesquisa empírica que não faz parte de nossa tradição jurídica, fomos crescendo nesse diálogo durante o processo de implantação ano a ano. Hoje temos a primeira turma saindo para o mercado. Quando decidimos um modelo em que os três primeiros anos são em tempo integral, pensamos como iríamos estruturar a inserção dos recém-formados no trabalho. A feira de estágio foi uma dessas iniciativas e deu muito certo: temos em média três vagas de estágio por aluno nos grandes escritórios, espaços reconhecidos que dialogam com nosso projeto.

Outro ponto diferenciado é a dupla graduação. Em direito e administração temos cinco vagas anuais, e agora fechamos mais cinco com economia. Mesmos os que não entram na dupla graduação saem para o mercado com o diferencial de terem dialogado com essas áreas, pois essa é uma das propostas interdisciplinares: no quarto ciclo o aluno faz disciplinas nas escolas de administração e de economia. Também nos quatro semestres finais ele tem a possibilidade do intercâmbio com alguns dos centros internacionais com que firmamos convênio. Alguns estiveram na França, Estados Unidos, Holanda e Espanha. Os alunos acham importante essa experiência, pois interagem com estudantes de outros lugares e diferentes referenciais de pensamento, enriquecendo seu olhar. Esta geração é internacionalizada desde sempre, já a partir da internet, e por ter visitado outros países, além de que muitos fizeram intercâmbio no segundo grau. Mas estar lá, numa escola de direito com proposta também inovadora, é diferente.

Nos quatro semestres finais, última fase de formação, ainda há propostas sendo implantadas e mais experimentações a introduzir. Existe espaço para inovações interdisciplinares e práticas didáticas, e isso vem sendo discutido entre os professores na busca de maior interação entre os saberes. Cada disciplina inovou nos métodos de aprendizagem nesses cinco anos, mas ainda com visão um tanto setorizada, ou seja, o currículo já é muito mais transversal do que as propostas tradicionais, mas há caminhos a trilhar, como implantar práticas disciplinares mais entrelaçadas. Isso corre paralelo com a troca de ideias sobre inovação tecnológica: a internet e as possibilidades abertas pela informatização deixam campo livre para essas tentativas. Sem dúvida há a tendência de explorar as novas tecnologias dentro da sala de aula para dialogar com o mundo e com os acontecimentos como processo de aprendizado, trazendo novas reflexões em tempo real, cruzando essas reflexões com pessoas que não precisam estar fisicamente no mesmo espaço.

Outra ideia muito rica e que irá impactar as próximas turmas de modo significativo é trazer professores das instituições de ensino de direito conveniadas para ministrar cursos de curta duração. Neste ano teremos oito professores visitantes ministrando cursos de uma semana. Isso se constitui num enriquecimento, pois trazemos para a sala de aula reflexões que estão sendo pautadas agora no mundo inteiro. Esses professores visitantes são acompanhados por um professor da casa, que o acolhe e faz a intermediação com os alunos. Esse docente, de área afim, organiza o curso (que é aberto para alunos do mestrado e do GV*law*), discute os conteúdos das aulas ministradas pelo convidado estrangeiro. Essa iniciativa coloca a dinâmica da produção do pensamento em outro patamar, pois ocasiona um rico diálogo que sem dúvida irá repercutir na promoção de novas pesquisas e publicações.

Para concluir, lembro que ainda na metade da implantação do curso começamos a inovar nas novas formas de solução de conflitos, com os alunos se destacando em certames internacionais, como a Competição sobre Mediação Comercial Internacional promovida pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) em Paris.

Adriana Ancona de Faria,
coordenadora da graduação



Foto / Gustavo Scatena

A CONSTRUÇÃO DO MESTRADO

Após um ano e meio de funcionamento, consolida-se a percepção de que acertamos ao escolher o tema do direito e desenvolvimento como área de concentração do mestrado da Direito GV. Não porque este campo de pesquisa tenha tornado nossa vida mais fácil. Ao contrário. Pensar o desenvolvimento, no contexto do direito, tem se demonstrado enorme desafio, tanto da perspectiva substantiva como da metodológica. Mas os desafios não param na escolha do tema. Nosso programa de mestrado também parece inovador quanto ao seu formato, que exige imersão e dedicação integral do aluno, integrado nos diversos núcleos e grupos de pesquisa da escola. Essa não é uma tarefa fácil num contexto acadêmico em que boa parte dos alunos de mestrado tem que dividir suas inquietações acadêmicas com obrigações profissionais.

Neste pequeno espaço de tempo foi possível, no entanto, dar passos relevantes rumo à criação de um centro de produção acadêmica de excelência no campo do direito e desenvolvimento. A primeira etapa do trabalho realizado por toda a comunidade acadêmica da Direito GV foi iniciar ampla discussão sobre direito e desenvolvimento, revisitando a literatura, realizando seminários, reorganizando grupos de pesquisa, recebendo pesquisadores visitantes e iniciando uma produção aderente à área de concentração. Não tem sido tarefa banal, posto que nosso quadro de professores e pesquisadores foi agrupado tendo em vista a configuração da grade disciplinar da graduação: são professores e pesquisadores de direito administrativo, civil, constitucional, empresarial, penal, tributário, que agora buscam compreender a relação entre suas áreas específicas e o desenvolvimento. Tarefa não tão fácil, mas altamente estimulante, sobretudo em função do momento em que vivemos.

A questão do desenvolvimento, sobre a qual decidimos nos debruçar, é marcada por uma vasta discussão, especialmente no campo da economia e da sociologia. Para a sociologia o desenvolvimento parece ligado à questão da modernização da sociedade, a quebra de padrões tradicionais. Para os economistas, discutir o desenvolvimento implica em planos e estratégias de crescimento, alteração dos padrões de produção, entre outros aspectos. Neste período seminal buscamos não decidir qual concepção de desenvolvimento nos deve embalar. Mas isso não significa que não tenhamos de aprofundar o debate e oferecer aos alunos ampla visão sobre as diversas concepções de desenvolvimento. Impossível negar, enquanto advogados que tradicionalmente operam no campo institucional, que estamos fadados a pensar o processo de desenvolvimento sobre esse viés. Esta, aliás, não é apenas a nossa porta de entrada para o debate, como certamente é onde podemos realizar uma contribuição mais efetiva.

Se para os advogados as instituições jamais foram um objeto distante, muitos economistas e sociólogos abandonaram essa dimensão do processo social, como elemento explicativo ou causal de processos de desenvolvimento, negligenciando o componente institucional como essencial na condução do desenvolvimento. Se tomarmos por instituições o conjunto de regras e agências concebidas para constranger ou incentivar condutas e relações na sociedade, tendo o direito um papel central na generalização e estabilização de expectativas, poderemos melhor compreender como favorecer os investimentos, a educação, a transparência ou qualquer elemento que julguemos importantes para o desenvolvimento.

Porém, mesmo que tenhamos intimidade prática com as instituições e estas tenham enorme relevância no processo de desenvolvimento, isso não significa que estejamos, *qua* advogados, aptos para analisá-las de modo funcional. Desta maneira é indispensável um enorme esforço, senão uma verdadeira viragem metodológica, para que nosso pensamento jurídico possa contribuir para o debate sobre o desenvolvimento. Esta viragem metodológica teve início na Direito GV muito antes da própria concepção do mestrado. Ao decidirmos, há dez anos, estudar o direito não apenas de uma perspectiva hermenêutica, em que se busca compreender o sentido das normas, mas nos debruçarmos sobre o comportamento das instituições e sobre os resultados da implementação do direito, deparamos com a necessidade de formular um método mais abrangente e interdisciplinar de estudo.

Essa fundação de um novo campo de conhecimento não poderia se realizar no vácuo institucional (afinal as instituições importam). Este o segundo passo trilhado: a Direito GV foi capaz de criar condições para o surgimento de um grupo de pesquisa que aprofunde um campo específico de conhecimento. Professores e alunos com dedicação integral; um objeto de pesquisa bem determinado; ambiente de total liberdade acadêmica e condições materiais para a realização de projetos temáticos são pressupostos básicos para avançar o conhecimento e contribuir para o desenvolvimento. Mais do que isso, é indispensável talento e dedicação. Alguns resultados já estão sendo apresentados à sociedade. Nosso mestrado foi concebido, sobretudo, como um bem público. Seu objetivo: oferecer ensino de excelência e favorecer a produção acadêmica de excelência. Não são tarefas fáceis, mas imensamente urgentes. Este é o começo.

Oscar Vilhena Vieira,
coordenador do mestrado



Foto / Tiana Chinelli

A PRÁTICA COMPROVA A TEORIA

Entrei na escola em 2003, como estagiária, para trabalhar com o Jean Paul Veiga da Rocha, que além da metodologia de ensino era também coordenador do grupo que produzia material didático de direito econômico. Trabalhei com ele quase um ano. Em 2005 fui para o GV*law* para atuar com pesquisadora e produzir material didático para a pós. Depois fiz uma parte do mestrado na USP, sobre direito e moeda, analisando os planos econômicos de estabilização monetária, na Universidade de Paris-Nanterre e na Fondation Nationale Des Sciences Politiques. O José Eduardo Faria foi meu orientador no mestrado e agora orienta meu doutorado sobre o desenho jurídico da atual política monetária. Trabalhara com ele no curso de Agenda Contemporânea do Direito, no GV*law*, aqui em São Paulo e em cursos no interior. Quando voltei da França fui trabalhar no Unibanco e um pouco depois da fusão com o Itaú vim fazer uma entrevista para o cargo de coordenadora de práticas jurídicas.

Assumi a coordenação logo depois do Frederico Noronha, que já construíra um pouco do que seria o escritório modelo, deixando uma ótima herança. Além das atividades de clínicas e oficinas, também supervisiono os estágios profissionais, mantendo contato com o mercado nas visitas a escritórios para acompanhar o desenvolvimento profissional de nossos alunos. Eles estão muito voltados para a inserção no mercado de trabalho.

O retorno que temos dos escritórios é muito bom e de fato eles percebem o diferencial na formação de nossos alunos: é um estagiário que costuma ser mais proativo, que tenta formular estratégias, e considero que isso reflete a proposta das clínicas, que incentivam os discentes a formular estratégias como se já fossem advogados.

As clínicas acontecem no quarto e no quinto anos, que são o núcleo do quarto ciclo. O aluno tem de escolher uma clínica por semestre, mas no quinto ano isso é optativo visto que então os estudantes voltam para uma das clínicas de prática jurídica real, como a desenvolvida pela professora Flávia Scabin, que presta assessoria jurídica para os catadores de material reciclável. Essa é uma experiência de responsabilidade social e de advocacia de interesse público. E agora em 2010 teremos a instalação de uma nova clínica de interesse público, voltada para a mediação comunitária na Bela Vista.

O trabalho dos alunos com os catadores de material reciclável é de orientação e o que vimos na atuação com essa comunidade é que eles têm uma consciência grande de seu papel na cadeia de reciclagem como uma atividade profissional – e conhecem as leis relacionadas com a reciclagem. O que buscamos fazer é o empoderamento, tentar de alguma forma ajudar os catadores nesse processo.

Uma de nossas atuações foi produzir um comentário acadêmico sobre um veto do prefeito Gilberto Kassab em relação a uma lei municipal que tratava da questão da reciclagem. Os alunos trabalhavam o comentário para uma audiência pública. Organizaram-se para construir uma argumentação isenta de posicionamento ideológico em relação à proposta da lei e ao veto.

Em realidade as clínicas têm um foco mais consultivo e, portanto, menos contencioso. O que temos de contencioso é a mediação comunitária enquanto interferência real a partir da experiência deste último ano. No último semestre de 2009 fizemos uma seleção dos conflitos a que atenderíamos dentro da Rede Social Bela Vista, que é muito bem organizada em torno de organizações não governamentais. Além de associações do bairro, conta com líderes comunitários como a Carminha da banca e o pastor Daniel, de uma igreja evangélica, que participa ativamente dos debates. A partir do diálogo com essa rede, que se reúne uma vez por mês, selecionamos os conflitos entre organizações. Não são conflitos individuais ou familiares, a proposta é mediar, facilitar o diálogo entre organizações. Um exemplo no diagnóstico dos conflitos da Bela Vista é o barulho provocado pela Escola de Samba Vai Vai, que incomoda a associação de moradores. A Vai Vai participa das reuniões da Rede, sediando inclusive algumas de suas reuniões.

Também organizamos atividades complementares de alunos e a preparação para competições internacionais que envolvam métodos alternativos na resolução de conflitos, como a Competição sobre Mediação Comercial Internacional promovida pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) em Paris.

Temos alguns programas de atividades complementares, exigência recente do MEC. E um programa muito interessante que é o projeto de construção de ementários para a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. A partir de uma decisão arbitral dessa Câmara, produzimos uma construção do que foi essa decisão, quais as questões de direito que ela trabalhou e quais as questões relacionadas à arbitragem. Passamos quase um ano desenvolvendo uma metodologia específica para a construção de ementários, numa iniciativa pioneira. O que conhecemos como trabalho de referência é o da Câmara de Arbitragem da CCI, que produz esses ementários. Mas aqui no Brasil não existe câmara produzindo esse tipo de material. Já temos 17 ementas prontas, aguardando autorizações das partes para preparar a publicação em 2010.

Camila Duran Ferreira,
coordenadora adjunta de Prática Jurídica



Foto / Jefferson Dias

METODOLOGIAS PARA UM NOVO ENSINO

Em 2004, um ano antes de a escola começar, fui convidado para criar o curso de Artes e Direito. O desenho do curso envolveu um processo de discussão e amadurecimento com a participação dos colegas da equipe: foram densos debates sobre programas, corte ou inclusão de disciplinas, um momento extremamente rico de criação. Esbocei também o que seria o curso de inglês jurídico. E comecei a dar aulas e, por estar muito envolvido com o projeto, me convidaram para coordenar metodologia e a casoteca.

Mas naquele início houve um momento de mergulho, quando fazíamos as perguntas básicas: O que se quer ensinar? Por que se quer ensinar? E como ensinar? Que recortes serão feitos? E como permitir que o aluno se aproprie de seu recorte? Eram perguntas formuladas e respondidas coletivamente. Essa foi a semente fértil para a boa reflexão sobre o curso. Houve desde o início o consenso de que a metodologia seria o cerne dessa proposta de inovação. Essa dinâmica havia sido estabelecida pelo trabalho brilhante de Jean Paul Veiga da Rocha, tarefa seguida depois por Conrado Hübner Mendes e que contou ainda com a participação de Rafael Vanzella. Essa busca levou à discussão do que seria o método do caso. No período do Conrado houve uma atuação forte em relação à criação e consolidação da "Casoteca", acervo de casos didáticos que articulam direito e política pública e que está colocado à disposição do público na construção de um repertório de casos adequados para instrumentalizar aulas participativas, que estimulem a formação de juízos críticos por parte dos alunos. Montar esse banco de casos foi uma iniciativa importante.

O coração do curso é essa perspectiva participativa que tem se concretizado muitas vezes no uso do método do caso, mas também no diálogo socrático, muito debate e os *role playing*. A diferença na nossa prática em termo de metodologia é fazer de fato e não da boca para fora: o aluno como sujeito do próprio processo de formação. Quando se fala que o aluno tem de ser participativo, não é interagir para dizer qualquer achismo, ele tem de se qualificar para essa participação. Nesse método participativo, a sala de aula é a ponta do iceberg, supõe grande preparação individual e anterior por parte do aluno. Por isso, no começo os meninos reclamam que a carga de leitura é muito forte, depois percebem que é importante, pelo impacto que isso tem na qualidade do debate. Aí reside boa parte de nossa diferença metodológica, mais do que esse ou aquele método, embora tenhamos uma pegada forte no método do caso.

É fácil preencher um curso passando conceitos estáticos, mas se a informação em si, a parte de aprofundamento, o aluno foi buscar em outro momento, o que acontece na sala de aula é a construção do pensamento, a criação de perspectivas diferentes, do contraste de visões. Mas para isso acontecer é preciso que o professor seja mais articulado, ele tem de dominar o assunto para dar conta do recado.

Quando começamos, o desafio era implantar um projeto que em sonho era bonito e fazer com que ele existisse na prática. Obviamente a prática iria ensinar e mostrar coisas que não percebíamos quando discutíamos sem a presença de alunos. E nessa busca pelo concreto os alunos nos ensinaram muito. E o que ficou mais claro foi paradoxalmente o acerto fundamental da proposta, de dar ao aluno condições de sujeito, fazer com que ele seja o protagonista. O que ficou marcado é que cada docente deve ter uma proposta clara, saber o que quer que aconteça com o aluno. Não é só o que o professor irá apresentar, mas o que o aluno irá fazer. Essa é a grande diferença. E os alunos captam e interagem rapidamente com essa dinâmica, tanto que têm fases diferentes e cada um tem um tempo diferente. No primeiro ano é comum receber alunos que se sentem perdidos, que não estão aprendendo ou não sabem o que estão aprendendo. Temos de lutar contra essa inércia que vem desde o ensino médio. O ensino médio tem coisas ótimas, mas quando afunila no vestibular cria uma tendência para a memorização e devolução. Ou seja, o bom aluno presta atenção em tudo e não reflete sobre o que está aprendendo. Quando chega aqui e depara com que não é nada disso, sente-se perdido. O período inicial gera desconforto. Depois acontece uma fase muito boa em que eles percebem com clareza que o modo de aprender é diferente. O que irão aprender é outra coisa – é a forma como irão aprender a construir conhecimento.

Temos que estar sempre atentos, a escola tem que ir recriando para não cristalizar o processo. Agora que formamos a primeira turma é que teremos noção mais clara do percurso como um todo. Creio que o quarto ciclo (os dois últimos anos) será a próxima meta de trabalho mais intenso, pois desafia com questões que só a prática permite apreender em todas as implicações: a questão do trabalho, do estágio, os cursos de intercâmbio no exterior, as clínicas (e seu lugar no curso), o desenvolvimento de pesquisas, a dupla graduação. De maneira geral funcionou e vejo que estamos no caminho certo. O desafio para os próximos anos é garantir que a gente não fique satisfeito nunca.

José Garcez Ghirardi,
coordenador adjunto de metodologia e Casoteca



Foto / Gustavo Scatena

EM SINTONIA COM A INOVAÇÃO

Entrei no projeto da Direito GV em 2004 para coordenar pesquisa e publicações. Terminara o mestrado e estava em processo de doutoramento pesquisando sobre teorias do Estado Social. No início do projeto pesquisa e publicações faziam parte de um único núcleo, mas com o crescimento da escola (quando comecei eram pouco mais de dez pessoas, hoje passa de cem) aumentou muito o trabalho e a partir de um certo momento pesquisa e publicações se desmembraram, tornando-se duas coordenadorias, agora sob o guarda-chuva da Coordenadoria Executiva, que tem o Emerson Ribeiro Fabiani no comando.

Cuido das diversas publicações acadêmicas e edito a *Revista Direito GV*. Além desse periódico, de que falarei adiante, o núcleo gera ainda a Coleção Direito, Desenvolvimento e Justiça, publicada em parceria com a Editora Saraiva.

Esta coleção comporta as publicações científicas internas, algumas teses, dissertações, monografias produzidas por nossos professores e pesquisadores. Agora com as dissertações dos alunos do mestrado selecionaremos e publicaremos uma parte dessa nova produção, ainda falta definir alguns critérios.

Mas já havíamos colocado no mercado mais de 20 títulos em parceria com outras editoras; agora, com a Saraiva, sairão mais 10 novos lançamentos. Além disso, publicamos os Cadernos do Direito GV, as brochuras com resultados de pesquisas. E também criamos o boletim mensal com notícias da escola.

Nosso foco editorial sempre foi produzir livros e publicações que de fato signifiquem uma intervenção no debate brasileiro. O primeiro título dessa coleção foi *Direito e Desenvolvimento com David Trubek*, que organizei e tem muito a ver com nossa linha de pesquisa. Agora em 2010 lançaremos um título sobre a relação de direito e economia, organizado pelo professor Bruno Meyerhof Salama. Atualmente se discute muito no Brasil a questão do *Law and Economics*, um dos temas do momento, mas ainda há poucas publicações de qualidade sobre esse assunto, embora algumas sejam muito boas. Então o Bruno Meyerhof Salama organizou um livro que traduz textos-chave dessa disciplina. Sairá ainda um livro do professor Dimitri Dimoulis sobre a lei da anistia, tema que voltou novamente com força na pauta das discussões.

O importante nesse movimento é que a escola propõe pautas a partir de sua própria produção de pesquisa, em vez de agir reativamente. Se no começo foi atrás do que os próprios professores tinham realizado como trabalho de formação, agora estamos na fase de transformar em bibliografia as pesquisas que estão saindo do forno, privilegiando linhas de discussão que traduzam as propostas do projeto da Direito GV e tenham algum impacto.

Outra atividade que temos desenvolvido é a criação de uma coleção de livros clássicos, traduzindo textos que tenham interesse e ligação com a proposta da escola. Estamos em negociação com a Saraiva para chegar a um novo modelo. O primeiro título a ser lançado nesse molde é *O Mercado de Capitais e os Incentivos Fiscais*, do David Trubek: recuperamos o trabalho que ele publicou em 1971, sobre os incentivos fiscais no mercado financeiro brasileiro, redigitalizando o texto e dando nova diagramação. Foi um livro inovador na época e estava esquecido, esgotado há muito tempo. O que se pretende com essa coleção é recuperar livros importantes esgotados ou traduzir obras que ainda estão inéditas no Brasil mas que valem a pena ser recuperadas.

Quanto à *Revista Direito GV*, ela é uma publicação semestral nova, ainda está no número 10. Mas nesse curto período de tempo conseguiu provar a que veio: está agora na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online), gerida pela FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Essa plataforma não é um banco de dados exaustivo, não abarca todas as revistas do país, então é realizada uma seleção com base nos processos de escolha dos artigos, no peso e prestígio do conselho editorial. O fato é que participar dessa plataforma dá acesso a um dos requisitos para concorrer a financiamento público, como do CNPq. E é uma forma de reconhecimento e prestígio: participar desse banco de dados sinaliza que nossa revista é um espaço em que há um debate intelectual e relevante.

O SciELO é ligado diretamente á Plataforma Lattes, então para quem tem algum artigo publicado em uma revista e ela está indexada no SciELO, aparecerá em seu currículo Lattes. Agora começa a ocorrer no Brasil, na área das ciências humanas, algo que já era corriqueiro no campo das ciências exatas: a contagem de citações. Ou seja, quantas vezes um autor ou seu artigo são mencionados em rodapés e em referências bibliográficas. Esse sistema está sendo contabilizado também na indexação do SciELO.

Em toda essa tarefa, tenho a parceria do Fábio Luiz Lucas de Carvalho, meu assistente, que cuida de toda a correspondência da revista. Esse será o terceiro ano que faremos o "Call for papers". Quando adotamos essa prática, em 2008, recebemos em resposta, de todos os Estados, cerca de 110 artigos. Esse tipo de chamada de artigos ainda não é muito comum nas publicações da área jurídica, poucas revistas tomam essa iniciativa, mas com isso alcançamos professores mais jovens que acreditam nesse modelo de revista avaliativa. O que esse recurso adotado pela *Revista Direito GV* tem de diferente no meio acadêmico brasileiro é que a seleção de textos se torna de fato impessoal: não é preciso ser amigo do editor para ter seu artigo publicado. Uma experiência que me deixou muito satisfeito foi a de Sheila Stolz, de quem publicamos o artigo "*Um Modelo de Positivismo Jurídico: o Pensamento de Herbert Hart*". Professora na Universidade do Rio Grande, no extremo sul gaúcho, ela enviou o trabalho, foi avaliado e publicado no número 5. Ela escreveu dizendo: "Nem imaginei que vocês fossem publicar o meu artigo, nem te conheço, e fico surpresa que exista esse espaço nos país".

José Rodrigo Rodriguez,
coordenador adjunto de Publicações
e editor da *Revista Direito GV*



Foto / Gustavo Scatena

PESQUISAS FEITAS PARA VALER

A coordenadoria de pesquisa é inovadora pelo simples fato de existir. Nas instituições de ensino em geral a dimensão da pesquisa é muito individual, ou seja, depende do talento de pessoas capazes de agregar outros estudiosos, realizando projetos de envergadura. A Direito GV tem a preocupação de firmar a continuidade das pesquisas para além do talento individual dos professores, que inequivocamente existe. Por isso oferece o apoio que os docentes precisam para realizar estudos com tranquilidade, sem preocupar-se com aspectos burocráticos das propostas, pois sempre haverá suporte institucional para que mantenham o foco apenas na parte acadêmica. Mas existe outro lado, que é a promoção, junto aos professores e em conjunto com eles, do debate sobre o que significa realizar pesquisa jurídica, quais as pautas necessárias para que ela avance, em que sentido é possível inovar em metodologia e técnicas. A coordenadoria representa, portanto um facilitador para os docentes realizem o trabalho, incentivando que ele seja cada vez mais relevante e notado.

Há ainda a preocupação em fazer com que a pesquisa não seja atividade isolada, por isso caminhamos lado a lado com a coordenadoria de metodologias de ensino, para que a pesquisa seja produção de conhecimento com as pautas e descobertas refletidas e debatidas em sala de aula. Essa é uma postura inovadora: a escola assume não só a a pesquisa como atribui a ela papel diferenciado no conjunto de suas atividades, integrando-a com a docência. O número de alunos envolvidos é flutuante, pois muitos financiamentos permitem a contratação de uma equipe que depois se desfaz ao finalizar o trabalho. E as pesquisas têm recebido bons financiamentos. Se pensarmos que nosso corpo docente e discente é enxuto, é impressionante a ressonância das pesquisas junto a financiadores públicos. Para ficar num exemplo, em dezembro passado aconteceu em Brasília o lançamento da série Pensando o Direito, com os primeiros 20 volumes referentes às pesquisas dos editais de 2007 e 2008 *[leia "Nota Curtas", página 6]*. Esse prêmio é iniciativa da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e, dos quatros editais lançados, fomos contemplados em três, na área de Direito Penal – boa parte das pesquisas produzidas pelas professoras Maira Rocha Machado e Marta Machado, como o Sispenas, foram financiadas com esses recursos. Construímos a reputação de que as pesquisas feitas aqui são para valer.

Ingressei na Direito GV em 2004 e vim para a coordenação de pesquisa em junho de 2009. Quando entrei estava no mestrado, concluído em 2005. A seguir, concluí o doutorado. Participei, com José Reinaldo de Lima e Thiago dos Santos Acca, do livro *Curso de História do Direito*, que ganhou o Prêmio Jabuti. Dei aula de metodologia e de história do direito, como professor e coordenador no GV*law* e por essa experiência fui convidado para coordenar as pesquisas.

Rafael Mafei Rabelo Queiroz,
coordenador adjunto de Pesquisa
e professor da Direito GV



Foto / Gustavo Scatena

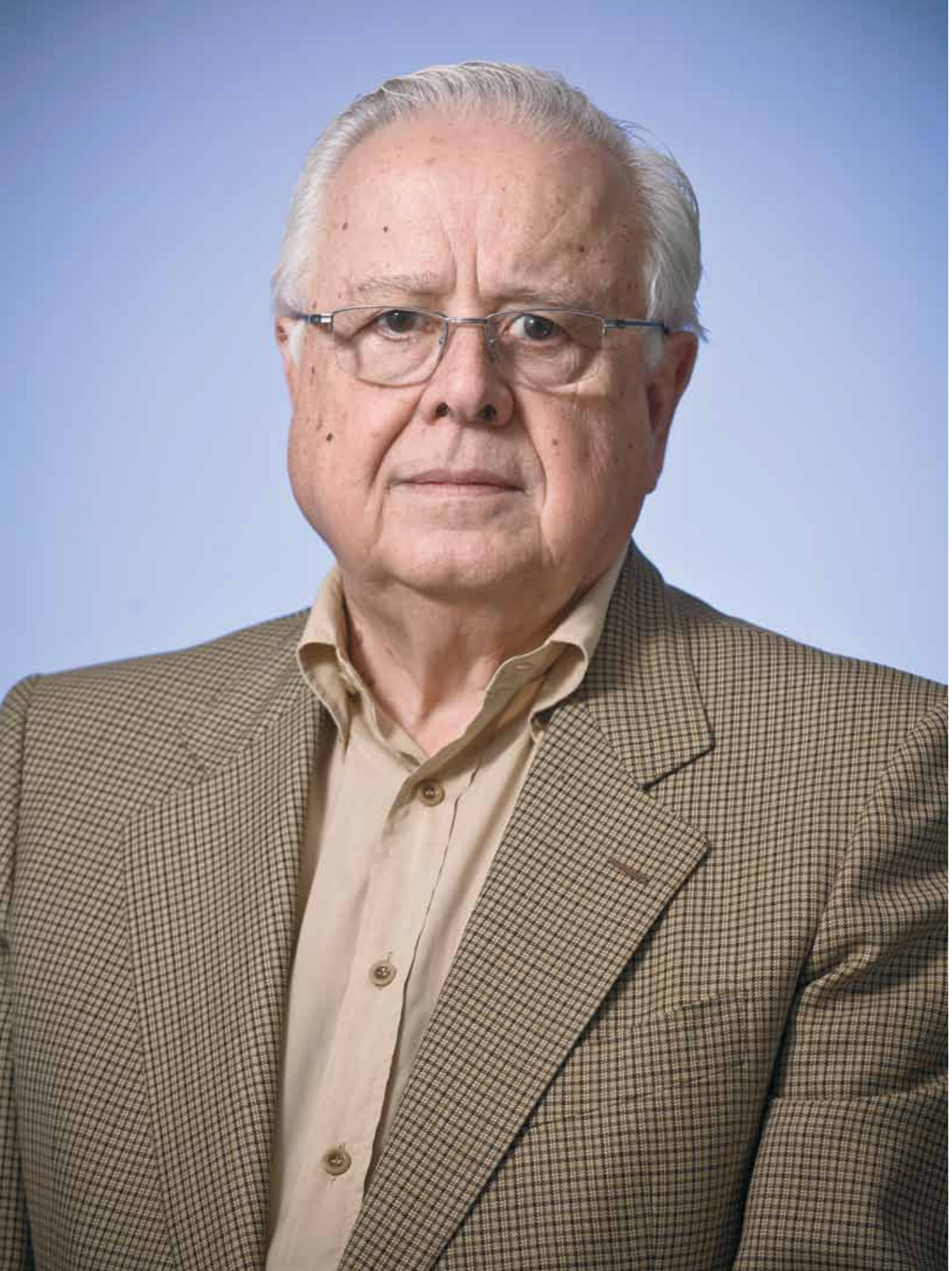
CONVÊNIOS E INTERCÂMBIOS

A Coordenadoria de Relações Internacionais é responsável pelas políticas de promoção e reconhecimento da Direito GV no exterior como centro de excelência em ensino e pesquisa. Nessa estratégia, o objetivo inicial foi a aproximação com escolas dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina; numa próxima etapa faremos acordos com instituições da Ásia e África. Esse trabalho permitiu que a Direito GV firmasse convênios de cooperação acadêmica e de intercâmbio de alunos, professores e pesquisadores com escolas de ensino de renome. Assim, alunos nossos já fizeram cursos, aproveitando os créditos do semestre que realizaram o intercâmbio, em centros como o Instituto de Empresas de Madrid, a Universidade de Tilburg, na Holanda, a Universidade Paris-Dauphine e a Sciences Po, na França, entre outros. Ganham com isso uma visão enriquecida, com economia de tempo, até por serem dispensados do processo de seleção, e de recursos. A escola tem ainda acordos com a Harvard Law School, New York University, Northwestern School of Law e University of Illinois, a Universidad Torcuato di Tella, da Argentina, e a Universidad Metropolitana de Caracas.

Outra oportunidade que esses convênios trazem é a de recebermos professores visitantes, que vêem ministrar cursos de curta duração, abertos a alunos da graduação, do mestrado e do GV*law*. Em dezembro, por exemplo, tivemos o curso ministrado pelo professor Paolo Galizzi, da Universidade de Direito de Fordham, em Nova York. Este ano está programada a vinda de outros professores visitantes.

Assumi a coordenação em maio de 2007, quando vim da EAESP, para dar continuidade ao trabalho iniciado por Caio Mário da Silva Pereira Neto. O percurso trilhado pela Direito GV para estabelecer tantas parcerias segue uma tradição iniciada nos anos 60 pela FGV e que é hoje base do relacionamento entre universidades. Há uma percepção clara de que os países em desenvolvimento têm muito a dizer e a ensinar.

Maria Lúcia Pádua Lima,
coordenadora de relações internacionais



TRABALHO EM CONSTRUÇÃO

A escola tem de ser um processo contínuo, diz seu diretor. Como um work in progress, não pode nunca achar que cumpriu seu papel e atingiu um grau ótimo de atuação

Por Carlos Costa
Foto Gustavo Scatena

A Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas formou sua primeira turma na manhã de sábado 19 do dezembro passado. E com a solenidade a Direito GV, como é conhecida, iniciou as comemorações dos dez anos do início de seu projeto. Logo será lançado um livro, ainda no prelo, narrando essa saga: A *Construção de um Sonho*, coordenado pelo professor Antonio Angarita com a colaboração de Diego Rafael Ambrosini e Natasha Schimitt Caccia Salinas. A função do historiador é esse olhar compreensivo para o passado. A dos construtores é desenhar e planejar o futuro. Para falar sobre os próximos dez anos da Direito GV, *Getulio* conversou com o "construtor" (e nas palavras do presidente Carlos Ivan Simonsen Leal, "um homem do qual a Fundação Getulio Vargas tem que ter profundo orgulho"). A seguir, um condensado da fala de Ary Oswaldo Mattos Filho, o diretor e criador da escola:

O senhor se cercou de gente jovem, irrequieta, para criar a escola. Projetando os próximos dez anos, alguns desses seus gatos poderão ficar gordos?

Ary Oswaldo Mattos Filho Não, acho que ainda não *[risos]*. Mas esse é um perigo no futuro. A ideia de não querer gato gordo nem estrela no time era porque a estrela já pensa que sabe tudo. E em sabendo tudo, ou pelo menos pensando que sabe tudo, o que pode ocorrer que ela tem pouca disposição para se debruçar sobre novas metodologias para o ensino do direito, tem pouca disposição para ficar um bom período de tempo à disposição dos alunos, tem pouca disposição para sentar e produzir cientificamente na área do direito. E o gato é gordo porque já se acomodou na vida. Também não quer fazer nada daquilo que a estrela se recusa a fazer. Então a ideia foi abrir espaço para um time muito jovem ainda, na faixa dos 30 anos, que já tinha então o doutoramento completo ou estava com tese depositada ou para depositar em curto espaço de tempo. Eram jovens de perfil acadêmico que queriam subir na vida e não tinham espaço na universidade estatal. Porque a carreira na universidade pública é extremamente cristalizada e a remuneração não permite que o candidato a professor de uma escola estatal se mantenha somente com o ensino e a pesquisa. E a resposta a essa proposta foi muito positiva. Isso começou com a contratação desses então pesquisadores em tempo integral. Foi um sucesso quando se abriu o primeiro processo de seleção para pesquisadores com uma remuneração digna, com a única obrigação de produzir a tese de doutoramento, enquanto produzia material didático, além de pensar e discutir metodologias distintas para o ensino do direito.

Houve muitos interessados?

Ary Oswaldo Sim, para a primeira chamada do processo de seleção compareceram pouco mais de 330 candidatos para 28 vagas. Isso mostrou para a escola que existe uma juventude com perfil acadêmico que quer levar vida no ambiente universitário, mas não encontra espaço. E, pela falta de oportunidade, esse talento vai para o mercado, e obviamente, depois que caiu no mercado, não volta. Quer porque a falta de espaço para desenvolver uma trajetória acadêmica continua existindo, quer porque aí é mais difícil esse regresso. Como a história do vampiro que prova sangue e aí fica mais difícil deixar de morder o pescoço da moça *[risos]*.

Num perfil do Márcio Thomas Bastos na revista *Piauí*, se lê que o Malheiros poderia ter chegado ao STF e não quis, seria parecido, prestígio versus dinheiro?

Ary Oswaldo De um lado o dinheiro fala alto, mas de outro lado não sei se ser ministro do Supremo ou da Justiça no Brasil não seria montar num

touro bravo e escorregadio, além do que um touro chato, porque vai ter de cuidar de polícia federal, de índio, vai tomar conta de coisas muito chatas. Também acho que o Arnaldo Malheiros Filho não teria perfil para ser ministro do STF. Ele é uma mente borbulhante, uma pessoa altamente inteligente, e aquilo é um desgaste que só quem passou por lá deve saber... São as rugosidades da vida jurídica mesclada com a política.

Mas voltando ao caso de desafio proposto, dez anos atrás, de criar uma escola: como o Malheiros, o senhor estaria muito mais rico como sócio de um escritório com o prestígio de ser um dos "top". Seu lado professor falou mais alto?

Ary Oswaldo Isso deve acontecer com muita gente, não é apenas comigo. Todos nós temos um lado de santo e um de mercenário. Eu atendi durante muito tempo o lado do mercenário. Pendi para o lado do santo quando fui para a CVM *[Comissão de Valores Mobiliários]* ou quando fui trabalhar no projeto de reforma fiscal. Mesmo quando estudava nos Estados Unidos, a minha vocação me levava muito mais para num campo mais intelectual, mais ligado ao magistério. E aconteceu comigo o que aconteceu com uma série de jovens, fiz o doutoramento na Universidade de São Paulo, comecei a dar aula na EAESP-Escola de Administração de Empresas de São Paulo, mas não dava para casar e ter filho com o salário de professor. Então comecei na advocacia. Desde o início, a carreira de advogado foi rápida e bem-sucedida. Foi aí que recebi o convite do Carlos Ivan Simonsen Leal para pensar numa escola de direito inovadora. E essa era uma ideia antiga que tinha, já havia sido tentado quando no início dos anos 1970 houve um primeiro movimento da FGV em entrar na seara do direito. Agora, pensei comigo "ou eu tento passar agora para o lado do santo, abandonando o mercenário, ou nunca mais". E passei e não me arrependo. Isso foi há dez anos. Eu efetivamente parei de advogar no escritório. Nesses dez anos eu tratei de dois clientes meus só, e não do escritório. E em conformidade com uma regra que eu mesmo tinha proposto, e o escritório aceitou, a cada

Começaremos o ano sabático: o professor ao completar seis anos de docência irá passar seis meses no exterior dando aula e realizando um mergulho intelectual

ano vendi 20% da minha participação e hoje não tenho mais nada. Só o nome do escritório.

O que é a Direito GV hoje e que projeções o senhor faz para o futuro?

Ary Oswaldo Considero que em boa parte a escola atingiu aquilo para o qual se propunha. O grande desafio é cultural. Porque culturalmente os professores de direito, no Brasil, com raríssimas exceções, se dedicam pouco à academia, se dedicam muito aos seus escritórios ou a outras faculdades para poder fechar as contas do mês. O modelo de professor em tempo integral e dedicação exclusiva que implantamos é muito caro, mas se mostrou eficiente. A expectativa é ver se no futuro, por pressão da cultura embutida na cabeça de todos nós, filhos de Macunaíma, não iremos forçar para que a escola volte ao regime tradicional que se pratica neste país para ensinar o direito desde 11 de agosto de 1827. Esse é um ponto. O outro ponto que acho importante – e o futuro diretor e os professores deverão estar atentos a isso, se acharem relevante – é continuar o voo internacional da escola, com os convênios e intercâmbio de professores. Outra preocupação que deveria estar sempre presente na cabeça de todos é a de acompanhar a evolução da sociedade brasileira, para que a evolução de escola acompanhe o ritmo da realidade do país. Ou seja, a escola não pode cair no erro das faculdades boas de direito que descolaram o seu saber, a maneira de ensinar, da realidade. O que eles passam para seus alunos muitas vezes nada tem a ver com a realidade, que muda rapidamente na sociedade brasileira.

Uma das características mais evidentes da escola hoje é estar sempre num processo de busca que parece não ter um ponto de chegada, certo?

Ary Oswaldo A escola tem de ser sempre um processo contínuo. Ela nunca pode achar que cumpriu seu papel e atingiu um grau bom ou ótimo de atuação. Tem de ter sempre como preocupação o próprio processo de busca, mantendo as raízes do diferencial que criou e tentando passar esse conhecimento construído para outras faculdades de direito que queiram essas metodologias e filosofias de ensino. Um dos pontos de nosso projeto é propor um contraponto no Brasil em termos de paradigmas distintos quanto ao ensino do direito.

Essa expertise seria repassada por meio do mestrado, preparando professores?

Ary Oswaldo São dois os projetos em andamento. Um é o mestrado, projeto pequeno, oferece no máximo 20 vagas e é em tempo integral, voltado para a docência do direito. Não é profissionalizante ou que se preocupe em melhorar o perfil do advogado. Tem uma vocação precípua de formar professores de direito. De outro lado, temos o núcleo de metodologia que organiza, semestralmente ou anualmente, seminários e convida professores de outras faculdades fora de São Paulo para passar dois ou três dias discutindo novos métodos e práticas de ensino. No plano interno, esses encontros e pesquisas sobre metodologia viram livros, publicações, papers que estão no site da escola, ou seja, a Direito GV disponibiliza tudo isso. No plano externo, temos contato muito grande com faculdades que têm a mesma preocupação que a gente. Você tem, por exemplo, a Gonzaga Law School, nos Estados Unidos, que conta com um departamento voltado somente para pesquisar, discutir e aferir metodologias para o ensino do direito. Nós temos convênio com faculdades na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Europa. Ou seja, hoje em dia as escolas de direito se falam muito, há muita interação.

Neste número publicamos entrevista com o professor Galizzi, da Fordham, que veio aqui no final do ano passado dar um curso como visitante.

Ary Oswaldo Esse é um dos lados

desse voo internacional a que me referi. Também nesse plano iniciamos um movimento muito forte que é o envio de nossos alunos para que passem seis meses em um centro de ensino de direito do exterior. São os discentes que escolham e se candidatam. Em média temos enviado quatro a cinco alunos por semestre, o que para o nosso tamanho representa muito aluno, pois eles só podem realizar esse intercâmbio em um dos quatro últimos semestres. A par disso, começamos justamente agora esse projeto de receber professores visitantes de escolas do exterior. Num primeiro momento a maior leva será de docentes americanos. Eles vêm para cá ministrar cursos. Isso faz com que essas culturas se misturem. No segundo semestre do ano passado vieram dois professores dos EUA, o Galizzi incluído. No ano que vem virão sete ou oito, que darão cursos concentradas de duas semanas, a que os alunos de Graduação e Mestrado podem assistir. A partir do ano que vem, ou seja, para ser implementado em 2011, começaremos o plano sabático para nossos professores: aqueles que completam seis anos de professorado irão necessariamente passar de seis meses a um ano em uma escola de direito no exterior dando aula e realizando um projeto de mergulho intelectual em algum tema específico.

Há alguma iniciativa ou preparação em relação à criação de um doutorado?

Ary Oswaldo Obviamente, a escola tem como objetivo num horizonte futuro a criação de um doutorado. Mas para isso ela precisa aguardar a avaliação do Capes do programa do mestrado. Só a partir de uma avaliação positiva poderá requerer a autorização para a abertura de um novo programa. Nosso mestrado é muito novo, apenas agora em 2010 terá a primeira avaliação. Mas em definitivo acho que a escola conseguiu atingir boa parte do que os sonhos nos mostraram.

No hall de entrada há nomes de empresas parceiras. Essas parcerias fazem diferença na hora de zerar as contas? Como zerar o custo dos professores visitantes, o custo das pesquisas, o custo do tempo integral?

Ary Oswaldo A escola começou com esses custos que você mencionou e com uma geração de caixa por meio

Pensei comigo "ou eu tento passar agora para o lado do santo, abandonando o mercenário, ou nunca mais". Passei e não me arrependo. Isso foi há dez anos

dos cursos de educação continuada para advogados, ainda nos tempos da EAESP, mas sempre contou com forte aporte de recursos da Fundação Getulio Vargas, que é a mantenedora. Isso veio diminuindo ao longo do tempo. De um lado temos enquanto receita aquilo que o GV*law* produz, que é a oferta de ensino de muito boa qualidade gerando boa quantidade de recursos, muito mais do que as mensalidades da graduação conseguiriam arrecadar. Esse é o lado da receita. Do lado das despesas, são todos esses investimentos mencionados. Até hoje a Fundação ainda aporta uma boa quantia, cerca de 2 milhões de reais, para que a escola feche o ano equilibrada. Ou seja, a escola ainda é deficitária.

Há previsão de chegar a um equilíbrio no médio prazo?

Ary Oswaldo Há a busca de uma diminuição constante desse déficit. O ideal é chegar a esse equilíbrio. O esforço é feito, mas a fundação entende também que a escola é um de seus focos para a produção de bens públicos. E que, portanto, ela vem mantendo o caixa equilibrado por aportes além da receita que a faculdade é capaz de produzir, como uma política intencional, sempre lembrando que o objetivo ideal é equilibrar. Eu entendo que pode vir a ser factível ao longo do tempo. A escola tem traduzido bem os objetivos que a fundação tem de produzir conhecimento, bens públicos e de ensinar bem os alunos, preparando uma elite que irá ser agente de desenvolvimento do país. E a Fundação Getulio Vargas, na figura do presidente, sempre foi grande incentivadora do projeto. Se o presidente não tivesse dado o apoio fundamental que deu, esta escola não existiria.

Iniciativas como a pesquisa do ICJ-Índice de Confiança na Justiça custam caro para a escola. Há perspectiva de apoio do Ministério da Justiça?

Ary Oswaldo Há perspectivas de o Conselho Nacional da Justiça ou o Ministério da Justiça virem a ser parceiros. Essas conversas estão em andamento, mas enquanto elas não concluírem positivamente a fundação manterá. Há uma divisão nítida. De um lado a fundação recebe recursos por meio de pesquisas, pareceres técnicos, prestações de serviços. De outro, produz bens públicos. De tal sorte que, na medida em que a gente não receba recursos governamentais, então tem de produzir renda de um lado para produzir gasto do outro. Isso é feito na medida em que a Fundação não é instituição com finalidade lucrativa, não distribui lucro.

O mesmo ocorre com instituições públicas de ensino e centros de pesquisa que se mantêm com consultorias para órgãos estatais ou a iniciativa privada, certo?

Ary Oswaldo A prestação de serviço para governos e iniciativa privada é fundamental, de um lado pela seriedade da FGV e de outro para prover recursos que sustentem as atividades deficitárias, como a produção do conhecimento e a pesquisa sobre a realidade brasileira.

O GV*law* foi uma das frentes básicas na busca de recursos, certo?

Ary Oswaldo Sem dúvida, o GV*law* foi o esteio, um grande redutor dos custos. Os cursos de educação continuada são desde o começo o braço rentável da escola, que na graduação é muito cara para os padrões brasileiros, mas nem de longe cobre o déficit. E o GV*law* cresce de acordo com o mercado. O Leandro Silveira Pereira, seu diretor-executivo, é uma pessoa antenada no mercado. Toda vez que há uma demanda, o GV*law* se habilita. A briga do Leandro e dos colaboradores é para que essa demanda cresça. Se encolher um pouco, ele sai à procura de novas demandas, novos campos de atuação. Esse é um segmento da escola que segue rigorosamente as leis de mercado.

PARA LER... LIVROS

Por Nelson Eizirik

Começaram a ser vendidos, também entre nós, os leitores eletrônicos, os "e-readers", primeiro o Kindle, da Amazon, e parece que em breve, conforme os jornais *(Valor Econômico*, 26/11/2009, pág. B6), o nacional Gato Sabido. De acordo com um jornalista especializado em informática, os livros estão deixando de ser aquele híbrido de hardware e software. E vão se tornando puro software, o importante seria o conteúdo, por mais que tenhamos uma "relação fetichista com o objeto livro" (Nelson Vasconcelos, em sua coluna "Conexão Global", *O Globo*, 13/10/2.009, pág. 21). Será mesmo?

Vi há poucos meses um exemplar do Kindle, na casa de um amigo, leitor contumaz de bons livros, seguidamente trocamos "dicas" sobre novos lançamentos. Confesso que fiquei impressionado e um tanto preocupado com o que poderá acontecer com os livros. A "engenhoca" realmente intriga: tela pequena e muito leve, excelente imagem, pode-se fazer anotações à margem, avançar e recuar nas "páginas" com facilidade, e tem ainda capacidade para armazenar centenas de livros.

Jorge Luis Borges escreveu sobre uma infinita biblioteca de Babel, que conteria todos os livros do universo, os já escritos e os por escrever. Essa biblioteca poderia ser resumida a um único volume, se ele fosse feito de um número infinito de folhas, infinitamente finas. Será o leitor eletrônico o livro imaginário de Borges? Um livro que não acaba nunca, sem início, meio e fim, em que nenhuma página tem verso, enfim, o texto sem fronteiras. Ora, Borges previa um livro imaginário, impossível por definição, posto que livro, era seguramente mais uma de suas brincadeiras.

O leitor eletrônico não é livro, mas um meio eletrônico. Em seu belo livro *A Biblioteca à Noite* (Companhia das Letras, 2006), Alberto Manguel descreve a web como um golpe de prestidigitação que se repete cada vez que o leitor a acessa, que oferece mais velocidade que reflexão, mais brevidade que complexidade, diluindo a opinião bem informada numa massa de dados muitas vezes inúteis. E sobre os livros escreve, em magnífica passagem de outra obra: "Minhas mãos, escolhendo um livro que quero levar para a cama ou para a mesa de leitura, para o trem ou para dar de presente, examinam tanto a forma como o conteúdo. Dependendo da ocasião e do lugar que escolhi para ler, prefiro algo pequeno e cômodo, ou amplo e substancial. Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações de suas capas; declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa; julgo um livro por sua forma" *(Uma História da Leitura*, Companhia das Letras, 1997, pág. 149).

Posso ser saudosista, mas penso o mesmo. Na pequena biblioteca de minha casa, onde entram basicamente romances, poesias e alguns livros de ideias (quase nada de livros técnicos), consigo localizar cada livro que desejo ler ou reler e, em quase todos os já lidos, onde está o trecho que naquele momento me interessa. Isso somente é possível porque posso identificá-los pela capa, pelo tamanho da lombada, pela idade e até mesmo pelo cheiro. Eles têm história, sinais particulares, cada um deles, ao ser manuseado, lembra os momentos de minha vida em que os li, há uma interação afetiva que não me parece possível com uma máquina, por mais sofisticada que seja.

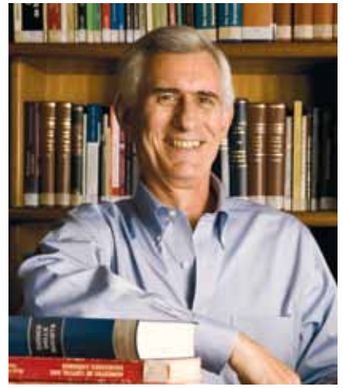
O leitor eletrônico, a meu ver, será de enorme utilidade para o trabalho, para a consulta de livros técnicos, em que o que importa é o conteúdo. Imagine poder carregar num pequeno "livro" toda uma biblioteca jurídica. Talvez também seja, para os editores, um verdadeiro "eldorado", pois elimina os problemas de estocagem, distribuição e devolução de exemplares não vendidos, podendo-se ajustar a produção de qualquer título à exata dimensão da demanda (a propósito, a parte final do belo estudo de Fabio Sá Earp e George Kornis *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*, publicado pelo BNDES, em 2005).

Porém, não creio que se possa eliminar o livro no seu formato tradicional, pondo por terra todas as bibliotecas e livrarias. Por falar nisso, os bons livreiros são fonte inesgotável de recomendações, que em geral sigo, e de episódios curiosos. No ano passado, em Londres, procurava o livro então recém-lançado de Philip Roth *Indignation* (já foi traduzido aqui, editado pela Companhia das Letras em 2009). Trata-se de uma curta e excelente novela, a história se passa nos Estados Unidos dos anos 50, durante a Guerra da Coréia. Nesse romance, uma vez encerrado o ciclo do personagem Nathan Zuckerman com "Exit ghost", de 2007, a história é narrada por um jovem morto, um fantasma, vítima da intolerância e da opressão. Aliás, Roth é um admirador de Machado de Assis e reconhece que seu livro inscreve-se numa tradição literária da qual um dos expoentes é *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Como já havia comprado muitos livros e temia o excesso de peso, pedi uma edição com capa mole. O livreiro, com elegância e sutileza, observou: "Meu senhor, acredite, digo por experiência própria, este é um daqueles livros que devem ser lidos com capa dura". Sábio conselho, o romance realmente merece!

No mês passado, em Paris, saí à cata do último trabalho de Robert Crumb, a ilustração de parte do Velho Testamento, *The book of Genesis. Ilustrated by R. Crumb.* Tendo encontrado somente uma edição em francês, perguntei ao livreiro se tinha a edição original do livro, em inglês. Este me respondeu com disfarçada ironia: "Meu senhor, trata-se de uma ilustração do Gênesis, do Velho Testamento, o texto original não foi escrito em inglês". É claro que botei discretamente minha viola no saco e comprei. Aliás, já foi também aqui editado, pela Conrad Editora do Brasil. Trata-se de um trabalho magnífico, embora seja suspeito para opinar, pois sou um admirador incondicional de Crumb, colecionno quase tudo que produziu ao longo dos últimos quarenta anos, é simplesmente o maior de todos os cartunistas. Alguns de seus tipos são inesquecíveis, como Fritz, O Gato, em aventuras onde todos os personagens são animais. Fritz é um alternativo, sem nenhum caráter, um malandro que seduz "mocinhas" (em geral coelhas e raposas) e se dá bem em todos os lugares, até mesmo na China nos tempos de Revolução Cultural, onde conquista uma "camarada" que deveria espioná-lo e foge com ela para os Estados Unidos. Na maturidade transforma-se num "pop star", até ser assassinado com um quebrador de gelo (parodiando a morte de Trotski) por uma avestruz, ex-namorada que ele havia desprezado. Outro personagem fantástico é Mr. Natural, um guru de multidões de jovens perplexos e drogados em busca de respostas, típicos dos anos setenta, que também é um aproveitador do seu sucesso, um prestidigitador da contracultura (uma boa síntese dos quadrinhos de Crumb e dos principais cartunistas da contracultura está em A *History of Underground Comics*, de Mark James Estrem, Tasty Comix n. 2, 1970. Creio que não foi publicado no Brasil). Uma boa amostra do belo trabalho do cartunista também pode ser apreciada em *Kafka de Crumb*, de Robert Crumb e David Zane Mairowitz, aqui publicado pela Relume Dumará, em 2006.

No seu *Gênesis*, Crumb, para não ferir sentimentos, inicia com a advertência de que, na melhor de suas intenções, reproduziu cada palavra da versão original da Bíblia, que constitui, a seu ver, não a palavra de Deus, mas a palavra dos homens, um texto poderoso, com camadas de significados que mergulham fundo na nossa história e na nossa consciência coletiva. Os desenhos são fantásticos e os personagens, além de Deus, sempre severo, são Adão e Eva, Caim e Abel, Noé, Abraão, Isaac e todos os outros, de aspecto levantino, feições e roupas da época e da região, que "ganham vida" no seu traço preciso e realista. Imagine um desenhista como Crumb retratando tais personagens complexos amando, guerreando, ora obedecendo e sendo protegidos, ora desafiando e enfrentando a ira do Criador, quase sempre insatisfeito com seu povo, e você terá uma idéia da aventura que o aguarda.

E já que estamos falando de quadrinhos, também é imperdível o livro de Art Spiegelman *Breakdowns – Retrato do Artista Quando Jovem*, recém-publicado pela Quadrinhos na Cia. Escrito originalmente na década de setenta e agora revisitado pelo autor. Spiegelman é um esplêndido cartunista, que sempre está a desconstruir para depois construir. Criou, dentre outros trabalhos, a antológica capa do 11 de setembro para o *New Yorker*, uma simples tarja negra com as torres impressa em azul sobre negro que diz tudo sobre a tragédia (a imagem só é vista após detida análise – e a capa frequenta a lista das melhores de todos os tempos). O livro reúne histórias de sua formação como cartunista e também conta o trabalho que resultou em *Maus*, uma magnífica novela gráfica que narra a história de seu pai, um sobrevivente de Auschwitz, e pela qual recebeu o Prêmio Pulitzer em 1992 (acho que foi o primeiro e único artista em quadrinhos a ganhar o prêmio). Os judeus são desenhados como ratos, os nazistas são gatos, os poloneses são porcos e os norte-americanos cachorros, todos devidamente "humanizados".



Maus também foi aqui publicado, pela Companhia das Letrinhas, com o título *Maus – A História de um Sobrevivente*. Ainda que você não seja um fã dos quadrinhos, vale a pena ler.

Não posso terminar esta crônica sem falar no último romance de Rubem Fonseca, *O Seminarista*, recém-publicado pela Agir e que tem a ver com o acima escrito. Promete-se, para o próximo ano, em continuação à renovação da obra do escritor, a transposição de um romance para quadrinhos. Junto vem, como brinde, um de seus melhores contos, A Arte de Andar nas Ruas do Rio de Janeiro, com excelentes fotos de seu filho, Zeca Fonseca. O conto, que já fora publicado em 1992, narra as andanças de Augusto, que na verdade se chama Epifânio e não tem uma orelha, pelas ruas do centro velho do Rio, suas tentativas de ensinar as prostitutas a ler, num método por ele inventado, suas conversas com o Velho, seus enfrentamentos com Raimundo, inesquecível personagem, pastor da "Igreja de Jesus Salvador das Almas", que está convencido de que Augusto é o Coisa-Ruim. Augusto acredita, e eu também, que quando a gente caminha pensa melhor, seu lema é "solvitur ambulando".

O narrador do romance *O Seminarista* é José Joaquim Kibir, um ex-seminarista e matador profissional, que recebe as encomendas dos assassinatos que deve cometer de uma enigmática figura, o Despachante. Não pergunta a identidade das vítimas, nem quem são os mandantes finais, não lê os jornais do dia seguinte, não tem qualquer interesse em saber quem mata e o porquê. É, ao mesmo tempo, leitor voraz, conhecedor de poesias e da literatura clássica, de onde extrai ditados latinos em profusão. Ao resolver se aposentar percebe que o seu caminho não tem volta, embora a paixão por Kristen lhe dê a ilusão de que ainda é possível mudar de ofício. Aqui temos novamente o melhor de Rubem Fonseca, o grande escritor brasileiro contemporâneo, que nunca fez concessões a nada: estilo seco, econômico, às vezes erudito, oscilando entre a mais absoluta violência – quase sempre presente – e alguns momentos (poucos) de lirismo, com uma trama cheia de armadilhas, para o personagem e para o leitor.



MUITO ALÉM DO PHOTOSHOP

No mundo da ilustração, diz o artista, o desenho é comunicação: tem de ser imediato, espontâneo, sem a pretensão de ser genial

por Weberson Santiago
Foto José Geraldo Oliveira

Nascido em São Bernardo do Campo em 1983, Weberson Santiago nunca morou lá. Foi criado em Mauá, num ambiente evangélico. Aprendeu a tocar piano e clarinete na Congregação Cristã no Brasil – e desse período guarda o clarinete. Filho do torneiro mecânico Eliseu Santiago e de Leonice Rodrigues Santiago, desde os 12 sabia o que queria fazer: quadrinhos de super-heróis. Com 18 anos abandonou a igreja e veio para São Paulo, estudar na Quanta Academia de Artes. Formou-se em Design Gráfico na UMC-Universidade de Mogi das Cruzes, onde leciona Desenho no curso de Produção Multimídia. Trabalha como ilustrador no jornal *Folha de S.Paulo* e nas revistas *Getulio, Rolling Stone* e *Nova Escola*. Já publicou nas editoras Abril e Globo e na Ibep (antiga Editora Nacional). Não tem paciência de ficar muito tempo diante de uma imagem. Gosta do traço rápido, sem muito tempo para refletir. Atirando para todos os lados, fez capa de livro, coloriu os quadrinhos da série de TV 24 horas e criou a animação do clip do grupo Velhas Virgens. E acaba de ganhar o prestigiado troféu HQMIX 2009. A seguir trechos da conversa que manteve com *Getulio*.

Homem Aranha em Mauá

Nasci prematuro de sete meses e, extremamente agitado, gosto de fazer tudo ao mesmo tempo agora. Minhas três grandes paixões: desenho, música e rádio. Aos 7 anos lembro-me que meu pai comprava o *Diário do Grande ABC* e junto vinha o *Diarinho*. "É isso que quero fazer, desenhar para jornal." Sou apaixonado por quadrinhos. Não faço porque dá um trabalho enorme. Sou ansioso, preciso resolver tudo imediatamente. A ilustração é um meio de resolver rapidamente as coisas. Desde moleque vivia enfiado na banca de jornal do bairro. Queria trabalhar, mas menino de 11 anos não é muito confiável *[risos]*. Como todo mundo conhecia minha família, insisti com o dono *[Alex Siqueira Imberno]* e consegui o emprego. Foi ótimo, pois lia de tudo e de graça. Meu salário torrava na compra de gibi e às vezes ainda ficava devendo. Depois consegui emprego na padaria do bairro, ou seja, trabalhei desde cedo... A padaria abria as 6 da manhã! Mas voltei para a banca para ser sócio do Seu Flávio, pai do Alex. Eu com 14 anos e ele 55. Não sei como um senhor topa ser sócio de um moleque!

No ABC ter uma profissão era ser pedreiro, comerciante ou metalúrgico. Meus pais não queriam saber de desenho, não conheciam nenhum desenhista, artista, escritor. Pessoa bem-sucedida trabalhava na Volkswagen. Hoje entendo, mas na época fiquei passado. Acreditava que daria certo. Em 1993 descobri que Luciano Queiroz, desenhista do *Homem Aranha*, morava em Mauá. Fiquei doido com a notícia e mostrava o jornal para meus pais. "O Luke Ross, que desenha o *Homem Aranha*, mora aqui!" Era surreal! Se o desenhista do *Aranha* mora na minha cidade, por que não posso trabalhar com desenho? Isso me motivou.

Em 1997, Marcelo Campos, Roger Cruz, Rogério Vilela, JP Martins e Octavio Cariello se juntaram e fundaram a Fábrica de Quadrinhos, estúdio e escola de artes – depois virou Quanta Academia de Arte. Com 13 anos vim para São Paulo estudar com eles. Todos atuavam no mercado e compartilhavam as experiências do dia a dia com a sala de aula. Essa turma me despertou para outras formas de arte. Lá aprendi tudo o que sei de desenho. O Marcelo Campos é meio como pai. Por ser muito persistente, sinônimo bonitinho para chato, comecei a trabalhar no estúdio. Achei que ia desenhar, né? Ia a banco, atendia telefone, fazia café, fechava a escola. Tudo menos desenhar. Às vezes não ia para casa e virava a madrugava vendo a turma trabalhar. "Me deixa pintar um desenho!" Venci pelo cansaço. Resolveram me usar, já que vivia enfiado lá dentro e era "persistente".

As escolas criam clones

Tudo o que aprendi sobre desenho foi na Quanta, na faculdade aprendi pouco. Achava que não precisava ir à universidade. A maioria dos desenhistas com quem convivia não tinha feito faculdade. Besteira minha pensar assim. Minha mulher *[Stella Martins Santiago]* me incentivou muito, mas havia o problema da grana que não tinha. Fui contratado para fazer uma campanha publicitária e recebi uma grana boa. Peguei todo o dinheiro e paguei adiantado um ano de mensalidade na São Judas Tadeu. Casei e fui morar em Mogi das Cruzes, transferi o curso para lá. Formei-me designer gráfico e hoje leciono no curso de Produção Multimídia na UMC.

O desenho tem uma beleza plástica que enche os olhos, cria uma ilusão e às vezes a gente perde a alma do negócio. Quando comecei a ensinar desenho, tive a preocupação de não criar clones. Existem salas de aula onde todos desenham bem, mas sempre igual ao professor. Isso é pecado. Essa influência é maléfica, mata o potencial de expressão. A maravilha é o jeito como cada um se expressa. O estudante que não desenha tem medo, pois acha seu traço ruim – preconceito, quem já desenha chega cheio de vícios.

O que é o desenho? Nada mais que uma forma de comunicação. Demorei a descobrir isso. No aprendizado tem a primeira fase: técnicas de proporção, de anatomia, de perspectiva. Em seguida vem o mais importante: a descoberta de que o desenho é um exercício de comunicação e expressão. Quando entro em sala de aula pergunto: "Quem desenha?" Um ou dois levantam a mão. Na verdade todos desenham, pois escrevem seu nome. A escrita é desenho. O *A* de um é interpretado da mesma forma que o *A* que o outro desenha, embora diferentes. As letras transmitem a mesma mensagem, só que cada um tem uma expressão diferente. Essa descoberta quebra o preconceito de que desenho precisa ser bonitinho e certinho. O aluno passa a desenhar para transmitir uma ideia, uma mensagem ou sensação. Todo professor precisa ajudar o aluno a descobrir isso. O desenho é a alma da comunicação visual e ponto final.



Leveza e sensualidade em aquarelas do dia a dia

O desenho está presente em tudo, existe antes da fala e da escrita. Às vezes estou no boteco e desenho no guardanapo e em casa quero passar a limpo. É a maior besteira, pois perde a espontaneidade, a expressividade. Naquele momento não tinha a intenção de ser genial. Um cara de uma agência viu o meu blog. "É isso que quero para a campanha da Ambev!" Falei que teria de fazer o trabalho no trem, porque foi onde produzi aqueles desenhos – numa época em que pegava trem. Por isso eram tremidos, mas espontâneos. As pessoas me contratam não porque sei desenhar direitinho e fazer bonito. Sou contratado porque sei comunicar e meus desenhos falam alguma coisa.

De skate na contramão

Falta humildade em quem está começando. É preciso respeitar o que já foi feito e curiosidade em saber quem são os grandes do desenho. Assumi um estilo próprio depois de conhecer artistas como Al Hirschfeld. Ele tinha um traço superelegante e imortalizou atores de Hollywood e da Broadway. Esse caricaturista americano trabalhava para os jornais *The New York Times* e *Herald Tribune*. Faleceu aos 100 anos, em 2005, e trabalhando. Também admiro um inglês louco, o Ralf Steadman. Como o Hirschfeld, trabalha com bico de pena, só que é um resultado sujo, manchado. É fascinante ver a paixão com que esses dois trabalhavam. E aqui gosto do Orlando Pedroso *[ilustrador da* Folha*]*, mas me influencia tanto que não gosto de olhar seu trabalho, pois corro o risco de copiar.

Aos 14 anos, enquanto a garotada andava de skate na rua, eu estava arrumando uma forma de criar um fanzine. Junto com Alex, criei um informativo com os lançamentos da nossa banca. Escrevia, datilografava, xerocava e distribuía de porta em porta. Claro, era muito ruim *[risos]*. Como gosto de ir na contramão, em 2002 quis fazer um fanzine gratuito e com distribuição nacional e lutei durante anos pelo *Ainda?* "Você está tentando fazer esse negócio ainda?" Era produção dos alunos da Quanta, Ainda com interrogação. Quando conseguimos, tiramos a interrogação e colocamos uma exclamação. Virou *Ainda!* A última edição teve 12 mil exemplares. Vendia anúncio para lojas de quadrinhos, pagava a impressão e, numa parceria com a Editora Devir, distribuíamos para todo o Brasil.







Portfólio: El Torero Torto, Ninguém Beija como as Lésbicas (encarte do CD) e uma ilustração tirada do blog

Hoje o fanzine migrou para o blog. O que é legal, pois multiplica os leitores e acontece a interatividade. A comunicação tem que bater e voltar. É igual dar aula, desenhar se completa quando dou aula, é o momento de colocar em ordem o pensamento, discutir a produção e aí vem o retorno. O Marcelo Salomão, um amigo de infância, e eu desejávamos editar um jornal de sacanagem, de conteúdo duvidoso, com notícias fictícias e barbaridades. E em 2008 lançamos a *Gazeta Cucaracha*, inspirada no *Planeta Diário [tablóide de humor publicado entre 1984 e 1992]* do Hubert, Reinaldo e Cláudio Paiva (www.gazetacucaracha.blogspot.com). Na *Gazeta* não desenho, trabalho com humor escrito. O mundo precisa de um pouco de sacanagem e diversão. Ainda quero criar uma revista, para ser comercializada em banca ou supermercado. Um negócio barato, igual ao o gibi ou á revista *Mad*, que era comprada com o troco do pão.

Lápis, nanquim e tecnologia

A tecnologia é fascinante, os softwares tentam imitar a prática manual e artesanal, mas há o risco de com eles perder a essência. Quando trabalhava na Fábrica, atendia telefone e ficava com um papelzinho anotando coisas e rabiscando desenhos. Um dia resolvi escanear e colorir no Photoshop e, Putz! Transformou-se em ilustração. Faço questão de desenhar tudo no papel com lápis e nanquim e aí aplico cor no computador. Hoje trabalho assim, mas quero usar cada vez menos o computador e desenhar a mão. Ter aquele momento em que a tinta cai no papel e a gente pensa que estragou tudo, quando na realidade surge algo novo, inusitado. Durante o processo artesanal, os erros e defeitos podem se transformar em efeitos.

Parceria entre autor e ilustrador

Recebi um e-mail da Olivia Rabacov me perguntando quanto cobraria para fazer um só desenho para vender um projeto. Sempre quis ilustrar um livro infantil. "Não cobro nada se me deixar ser sócio." Ela topou. Ilustrei e corremos atrás e o livro *Enchente* saiu pela Editora Mar de Ideias. É a história de um menino que vivia protegido em seu mundo até descobrir sua grande solidão, um livro infanto-juvenil que encanta todo tipo de leitor. A história é muito boa e, modéstia à parte, as ilustrações são primorosas. Usei apenas 5% de Photoshop, os 95% restantes foi lápis, nanquim e tinta acrílica. Fizemos uma bela parceria. Acho um crime considerar o ilustrador apenas mão de obra, não dar crédito de autoria. É mesquinho que alguns autores não aceitem a co-autoria. Vaidade e ganância.

Gosto de parceria e contato com as pessoas: ao vivo, percebemos coisas que no virtual é impossível. Na *Folha de S.Paulo* posso trabalhar só pela internet, mas faço questão de encontrar com as pessoas, pois enriquece o trabalho. É o lado humano das relações que não quero perder. Conheci pessoalmente a Rosely Sayão *[colunista da* Folha *que tem seu espaço ilustrado por Weberson]* e mantenho contato com todos que participam do processo, colunistas, repórteres, editores de arte.

Desde 1995 me tornei fã das *Velhas Virgens*, banda alternativa com 25 anos de estrada e com um som escrachado, muita sacanagem e nada politicamente correto. É um sucesso, mas não é badalada pela mídia. Mandei um e-mail para o guitarrista Alexandre Cavalo: "Sou fã e estou oferecendo o trabalho, faço até de graça". Eles estavam gravando o *Ninguém Beija Como as Lésbicas*. A Jú Vechi, esposa do Cavalo, fez o projeto gráfico e eu desenhei para a capa e o encarte do CD. E como se não bastasse, me meti a fazer o videoclipe *Velho Safado [pode ser visto no YouTube]*. Isso foi agora em outubro. Queria experimentar essa linguagem nova da animação. O show da banda tem uma proposta diferente: *ópera rock*. No fundo do palco tem uns painéis e um boneco inflável gigante que concebi. É muito legal ver o trabalho tomando forma – e ele tem um quê de luxúria. Mas não sou depravado, não *[risos]*, e o clip casou superbem com o espírito da banda.





Acima, capa do livro *Enchente*, produzido em parceria com Olivia Rabacov. À direita, ilustração para a revista *Menu*

Quadrinhos: primeira paixão

Em 2004 participei da colorização dos quadrinhos da série *24 horas* para a editora americana IDW Publishing. Isso me deu muita visibilidade, mas foi industrial. "O prazo está apertado. Corre!" Naquele mesmo ano colori para a Panini Itália, junto com a turma da Quanta, diversas tiras da Mafalda *[personagem do argentino Quino]*. Trabalhos famosos abrem portas. Em 2009 mostrei o meu portfólio na Editora Aleph. Eles preparavam o relançamento de *Ubik*, do Philip K Dick, e queriam uma capa com linguagem atual. O livro foi eleito pela revista *Time*, em 2005, um dos 100 melhores romances de língua inglesa publicados a partir de 1920. Achei sensacional e fiz uma releitura da capa original.

Mas meu trabalho foi reconhecido quando ganhei o prêmio de melhor ilustrador nacional do HQMIX 2009 *[é o Oscar nacional dos quadrinhos e humor]*. Criado em 1989 no programa *TV Mix* da TV Gazeta pelos cartunistas JAL e Gualberto Costa. O Serginho Groisman, que apresentava o programa, deu a maior força e até hoje é o mestre de cerimônias na entrega do prêmio. No entanto, a maior conquista é fazer o que gosto, trabalhar com desenho, ter uma estrutura familiar e curtir meu filho. Não tem nada a ver com dinheiro, mas ainda quero ganhar muito! Acho o casamento uma enrascada e tanto *[risos]*. É brincadeira, a Stella me mata! Para mim foi o melhor que aconteceu e é um desafio nestes tempos de relacionamentos descartáveis. O nascimento do Henrique, nosso filho, foi importante, trouxe senso de responsabilidade: existe alguém por quem sou responsável. Não sou amigo ou companheiro. Sou pai.

As "pegadas" dos diretores de arte

Todo mundo avisa: "Vai devagar." Se fizer isso perco a espontaneidade e vão morrer ideias: toda ideia não realizada morre. Um monte de gente vive frustrada por não concretizar suas ideias. Não consigo entrar no trabalho 9 horas e às 5 fechar a porta e voltar para casa, assistir à novela. Minha cabeça está o tempo todo a mil. Na hora que vou passear vejo algo, nossa que legal! Preciso anotar isso, isso e isso. Não posso perder nada. É assim que trabalho. Consigo ganhar uma grana boa, pois sou rápido e atiro para todos os lados. Não gosto de fazer só uma coisa, senão caio na rotina e entro num loop de repetir fórmulas. Aliás, foi um conselho do Rafael Costa, atualmente na DMS Criação, quando entrei no mercado, inovar e não se repetir. Crio para internet e publicidade, mas onde me realizo é no mercado editorial. É sensacional ver o meu trabalho na banca..

[Depoimento transcrito de entrevista concedida a José Geraldo Oliveira.]



SEM EDUCAÇÃO, O BRASIL JAMAIS CHEGARÁ A MAQUINISTA

O professor fala de sua formação, da trajetória profissional, de momentos históricos e da educação como elemento imprescindível para o crescimento do país

Por João de Freitas
Fotos Gustavo Scatena

O currículo de Tercio Sampaio Ferraz Junior é extenso e brilhante: em menos de dez anos passou de calouro a doutor, com duas graduações (Direito e Filosofia) e duas teses de doutoramento (Filosofia do Direito, na Alemanha; e Direito, no Brasil), além de colecionar predicados (advogado, articulista, filósofo, jurista, parecerista, pesquisador, poliglota). Mas a grande vocação, admite, é mesmo a docência. "Ser professor é ter a responsabilidade de contribuir para a formação dos jovens", diz. "E isto é o mais importante: partilhar uma decisão de vida". Na atuação profissional, foi, em distintos períodos, chefe do departamento jurídico da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, secretário executivo do Ministério da Justiça, procurador-geral da Fazenda Nacional e diretor jurídico da Siemens do Brasil. Atualmente é titular da PUC-SP, da USP, da Fadisp – Faculdade Autônoma de Direito, e, desde 1996, consultor da CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E exerce a advocacia em São Paulo. Aliás, como advogado empresarial, coordenou a fusão entre Brahma e Antarctica, criando a AmBev, e a compra da Brasil Telecom pela Oi, entre outras. É autor de 18 livros (o primeiro publicado em Berlim, em 1970, sobre o alemão Emil Lask), entre os quais se destacam *Estudos de Filosofia do Direito* (Atlas, 2002), *Introdução ao Estudo de Direito: Técnica, Decisão e Dominação* (Atlas, 1988) e *O Poder Econômico* (Manole, 2008). Já publicou mais de 150 artigos em jornais (principalmente *Folha de S.Paulo*), além de capítulos de livros, centenas de textos em periódicos especializados. É parecerista nas áreas de Direito Tributário, Direito Econômico e Direito Constitucional. Não parece pouco. E basta – pois prolongar esta apresentação é privar o leitor de *Getulio* da agradável (e surpreendente) conversa que ele manteve com a reportagem em seu escritório, na praça das Guianas, em São Paulo.

O senhor é um de nossos grandes nomes do Direito. Como surgiu essa vocação?

Tercio Sampaio Ferraz Junior Essa não foi uma escolha inicialmente forte. Também não é algo de família, meu pai era dentista. Mas ainda na adolescência desenvolvi gosto acentuado por literatura, gostava de escrever, inclusive poesia. Nesse sentido, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco tinha um sentido simbólico: grandes nomes da literatura brasileira haviam passado por lá, como Castro Alves. E nesse simbolismo havia uma espécie de atração. Entre as profissões da época, pus na cabeça que faria Direito. Pensava em fazer Itamaraty e, quem sabe, ser diplomata. Mas no primeiro ano da faculdade tive uma experiência marcante com as aulas do professor Goffredo da Silva Telles, excelente expositor, num curso chamado Introdução à Ciência do Direito. O conteúdo me entusiasmou tanto que, por causa dessa influência, decidi fazer um curso de Filosofia.

Simultaneamente?

Tercio Sampaio Sim. Fiz as duas graduações e me formei em 1964. A essa altura, a carreira diplomática já desaparecera da minha perspectiva. Como o estudo da Filosofia me dava muito gosto, surgiu a hipótese de me tornar professor. Depois de formado, consegui uma bolsa de estudos na Alemanha e parti para o doutoramento em Filosofia do Direito. Quando voltei ao Brasil, em 1969, fui convidado por Miguel Reale para ser seu assistente no Largo São Francisco. E assim comecei a lecionar. Durante dez anos, praticamente, fui só professor. E de uma disciplina um tanto anômala dentro do ambiente universitário jurídico: Filosofia do Direito.



Fiz uma novela só, na TV Cultura. Por causa disso, adquiri uma habilidade que me serviu como professor: falar em público exige arte, até para entusiasmar os alunos

Explico: independentemente do acento tônico – na Filosofia ou no Direito – eu estava ligado a algo não muito usual para o exercício profissional.

Uma disciplina ligada mais à reflexão do que à prática.

Tercio Sampaio Exato, eu não exercia a profissão. Então, o gosto pelo Direito como profissão demorou a chegar. Em 1979, portanto dez anos depois, comecei a perceber dificuldades para sustentar a minha família. Cinco filhos, aulas em muitas faculdades, Brasília, Rio de Janeiro, Londrina, enfim, uma vida agitada demais para quem queria ser pesquisador. Foi quando recebi um convite para ser editorialista da *Folha de S.Paulo*. Otavio Frias Filho tinha sido meu aluno e me convidou. No final daquele ano, havia começado um movimento na universidade, uma primeira tentativa de eleição para diretor da Escola de Comunicações e Artes. Como não tinha candidatos próprios que fossem titulares, a ECA me convidou para preencher essa lacuna. Por acaso, fui eleito em segundo lugar. E o reitor da época *[Valdir Muniz Oliva, reitor da USP de 1978 a 1982]* me escolheu. Mas recusei, não queria ser professor em tempo integral. Nesse momento comecei a pensar um pouco na vida: "Puxa, sou professor de Direito, mas de Filosofia; e quase viro diretor de uma faculdade cuja área nem é a minha..." Nessa época, Luis Eulálio de Bueno Vidigal tinha sido eleito para a Fiesp, e aí me veio o convite para ser chefe do Jurídico da Fiesp. Confesso que tomei um susto, nunca havia exercido a profissão *[risos]*. Aceitei o desafio. E só então começou o meu gosto pela profissão jurídica, pela prática mesmo. Fiquei lá durante cinco anos, depois trabalhei em Portugal, dando aula na universidade de Lisboa, e na volta fui convidado para ser diretor jurídico da Siemens, fiquei lá por 15 anos. Nesse meio tempo, outras coisas aconteceram: fui secretário executivo do Ministério da Justiça e também procurador-geral da Fazenda. E assim me vi advogado, exercendo a profissão como qualquer outro, abrindo um escritório, mas sem abandonar a docência.

Em praticamente uma década, o senhor passou de calouro a doutor. Como foi essa experiência intensa de aprendizado?

Tercio Sampaio *[risos]* Não tinha pensado nisso... Bem, conseguia conciliar as atividades, não via nenhuma complicação de outro mundo. Confesso que, no primeiro ano, o estudo do Direito me deixou um pouquinho frustrado. O nível de exigência, para o meu gosto, não era muito. Então, era possível fazer o curso com alguma facilidade. Nesse período inicial, comecei outras atividades, como novela de televisão, por exemplo.

Que surpresa! *[risos]* Em que emissora?

Tercio Sampaio Curioso, não é? *[risos]* Fiz uma só, na TV Cultura, que na época era emissora dos Diários Associados. Chamava-se A *Cabeçuda [de Lúcia Lambertini, exibida em 1961]*. Eu era um padre austríaco, a novela se passava na Áustria. Enfim, por cusa disso adquiri também uma habilidade que me serviu depois como professor: falar em público exige um pouco de arte, até para entusiasmar e persuadir os alunos. Mas quando terminou essa fase do primeiro ano, fiquei pensando se não seria realmente pesado fazer as duas graduações, tinha aula de manhã e à noite. À tarde trabalhava numa revista destinada ao clero, chamada "Carta aos Padres". Durante quatro anos fui redator-chefe dessa revista. Mas enfim consegui fazer o curso de Direito de manhã, o de Filosofia à noite, e trabalhar à tarde. Depois de formado, concluí o doutoramento em três anos e meio; voltei ao Brasil, fiz a segunda tese aqui, na São Francisco, e, em dez anos, tinha completado a minha formação para professor.

Quais foram suas principais referências?

Tercio Sampaio Na Faculdade de Direito, são duas grandes referências: Goffredo da Silva Teles e Miguel Reale, sem dúvida. Na formação em Filosofia, uma referência importante foi o professor francês Gérard Lebrun e os brasileiros Oswaldo Porchat, José Arthur Gianotti e Bento Prado, já falecido. Os velhos professores também, principalmente João Cruz Costa, titular de Filosofia, que não se dava nem um pouco bem com Miguel Reale *[risos]*. No Brasil, são essas as minhas referências. Na Alemanha, claro, o leque mudou completamente. Mas o próprio Miguel Reale tinha influências da filosofia alemã.

Jurista, poliglota, filósofo, professor. Que predicado mais lhe agrada?

Tercio Sampaio Ser professor, sem dúvida. Essa é a minha grande vocação.

E o que é ser professor?

Tercio Sampaio *[pausa]* Para mim, ser professor é ter a responsabilidade de contribuir na formação e na decisão profissional, às vezes até de vida, de jovens de 18 a 24 anos. Essa é a tarefa mais importante, a responsabilidade de partilhar com os jovens uma decisão de vida. Já encontrei muita gente que me disse: "Entrei na faculdade desgostando dos estudos e quero dizer que hoje sou advogado por sua causa, o senhor me entusiasmou, definiu minha vida". Para mim, é algo importantíssimo que as pessoas tenham aprendido a entusiasmar-se com as coisas que aprenderam. É um prazer abrir horizontes para as pessoas. Isso é ser professor.

Como foi ser assistente do Miguel Reale?

Tercio Sampaio Bem, o Miguel Reale participou um pouco da minha ida à Alemanha. Portanto, sabia onde eu estava e o que estava fazendo. Na verdade, fui para a Universidade de Mainz quase por acidente, não falava alemão. Queria estudar fora, mas a minha expectativa era outro país, de língua francesa ou inglesa. Alemão?! Nada... Naquela época, eu estudava na Cultura Inglesa. Lá tive uma professora, Mrs. Livonius, filha de ingleses, casada com um médico brasileiro, que havia estudado na Alemanha. Um dia, de repente, chegou para mim e disse: "Olha, vem vindo aí um professor da Alemanha, filósofo, você não quer estudar na Europa?" "Mas eu não falo alemão!", respondi. "Ah, isso a gente vê depois...", ela disse. "Esse filósofo conhece o seu professor, Miguel Reale, e vou fazer com que o meu marido crie um jeito de vocês estarem juntos".

Miguel Reale, embora muito rígido em relação às próprias ideias, tinha uma grande virtude: respeitar o que os outros pensavam e faziam. Uma honestidade intelectual



E ela conseguiu?

Tercio Sampaio Sim, o alemão *[Fritz Joachim von Rintelen]* veio fazer uma conferência no Brasil e houve uma recepção. O Miguel Reale disse uma palavra boa a meu favor e, por causa disso, consegui a bolsa. Quando voltei, já com o título de doutor, o Miguel Reale sabia do meu desempenho. E aqui no Brasil, dentro da especialidade dele, não havia muita gente que gostasse de Filosofia do Direito. Daí, fui convidado para ser assistente, uma experiência ótima. Miguel Reale, embora muito rígido em relação às próprias ideias, tanto política quanto intelectual e filosoficamente, tinha uma grande virtude: respeitar o que os outros pensavam e faziam. Uma honestidade intelectual. E esse respeito não era apenas no terreno intelectual, mas também no político.

Aliás, como era a sua percepção do Brasil lá de fora, da Alemanha?

Tercio Sampaio Quando saí do Brasil, em 1965, a revolução estava instalada desde a abrilada, assim chamada pelos estudantes que insistiam que o golpe ocorrera na madrugada de 1º de abril. Naquele começo, até 1968, quando veio o AI-5, ainda era um movimento que tentava ser o que havia anunciado, isto é, uma revolução contra uma suposta ditadura de João Goulart. Os militares tomaram o poder e, três anos depois, veio a outra face. Estava na Alemanha quando por coincidência, Miguel Reale estava na Universidade de Mainz como professor visitante. Eu levei para ele um recorte de jornal com a notícia, ao que ele disse: "Preciso voltar imediatamente". E voltou.

Só então o panorama mudou?

Tercio Sampaio Só depois comecei a ter notícias sobre essas mudanças. Até então, contava para os alemães como a revolução acontecera, de maneira até jocosa, e eles davam risada. "Olha, houve revolução, mas não morreu ninguém", e de fato não havia morrido ninguém em 1964. "Como assim?", perguntavam. Os alemães achavam extraordinária uma revolução por entendimento. "Nossa, que país diferente!", me diziam.

E como foi a volta?

Tercio Sampaio Quando voltei ao Brasil, o país tinha mudado muito. Fui à Faculdade de Filosofia para rever meus amigos, e, por acaso, naquele dia, sentado num bar na esquina da Maria Antônia com a Dr. Vila Nova, estava com a gente um velho professor, uma figura por quem tenho a maior admiração, chamado Antonio Cândido. O professor estava ali conversando, falando das coisas políticas e tudo mais. Nesse momento, passou um pelotão da chamada Força Pública em direção à entrada principal da Faculdade, que ficava a uns 200 metros. O professor falou: "Essa gente vai invadir a faculdade, eu vou lá!" Eu e mais alguns amigos, que estávamos ali, o seguramos: "Professor, não faça isso. Preferimos o senhor vivo!" Essa é uma cena marcante. O Brasil tinha mudado muito.

A propósito, a Lei de Anistia completou 30 anos em 2009. É hora de uma revisão?

Tercio Sampaio Tomei uma posição

pública a esse respeito escrevendo dois artigos na *Folha*. O meu entendimento é que, fique claro, todos têm direito à verdade. Precisamos saber quem foi torturado, quem torturou. Mas esse é *um* lado da medalha. O outro é a questão da anistia, um instituto muito antigo na humanidade. Na Antiguidade, era um ato do rei ou da autoridade máxima. Na Modernidade, principalmente nas democracias, é um ato de soberania popular. Juridicamente, e falo a partir dos meus estudos, anistia não significa perdão, são coisas diferentes. A anistia tem a ver com esquecimento: tendo em vista um bem maior, se esquece. Na anistia tributária, por exemplo, existe a cobrança, não o perdão da dívida. O devedor paga com algumas vantagens, digamos. No plano político, o que é anistia? É uma promessa de paz. O mais importante não é o perdão, mas o esquecimento em nome da paz. Portanto, a anistia é um instituto que deve ser olhado como é. Não é perdão aos torturadores, que moralmente devem ser condenados, o que fizeram tem de vir a público. Enfim, essa lei é um vespeiro no qual é melhor não mexer do ponto de vista formal.



Antonio Cândido falou: "Vão invadir a faculdade, eu vou lá!" Nós o seguramos: "Professor, não faça isso. Preferimos o senhor vivo!" O Brasil tinha mudado muito

Em relação à economia, o Judiciário tem acompanhado o ritmo dos mercados?

Tercio Sampaio Esse é um problema. Sou advogado na chamada concorrência econômica. E o Brasil é um país precursor na América Latina, nossa lei de concorrência é de 1962 *[Lei nº 4.137, que atribui competência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica]*, antes da Europa, por exemplo. Mas nunca funcionou bem porque não havia uma economia concorrencial no país. E depois de 1964 não houve nada mesmo, um período de intervenção muito forte do Estado na economia. Participei da redação da legislação que substituiu o texto de 1962 *[Lei da Defesa de Concorrência, nº 8.884/1994]* e posso dizer que não foi nada fácil. A ideia de uma lei voltada para a concorrência não agradava ao empresariado brasileiro. Àquela época, as pessoas estavam habituadas ao regime de intervenção, com preços controlados etc. A relação entre Direito e Economia no Brasil talvez seja tão complicada como a relação entre política e liberdade. Mas com esforço, em meados dos anos 1990, o empresariado começou a entender. Aos poucos, o Cade começou a ter visibilidade. E hoje é uma instituição importante, porque a concorrência também é um tema forte.

É difícil mudar a mentalidade.

Tercio Sampaio É, demora, também por causa da formação. As faculdades de Direito sempre tiveram a economia como algo secundário. A formação econômica do jurista sempre foi muito frágil. E com a Revolução de 1964 não foi aprofundada. Diria que só nos anos 1990 é que o tema do Direito Econômico começou a ganhar importância nas faculdades. Daí até chegar ao Judiciário demora. Mas é preciso ressaltar: os nossos juízes, principalmente os mais moços, estão se adaptando bem depressa, começando a discutir e a entender o tema. Por isso, acho que temos uma boa perspectiva de, num futuro próximo, o Judiciário vir a desempenhar um papel importante no chamado Direito Econômico, até para o desenvolvimento do país.

O curso da Direito GV tem uma proposta nesse sentido.

Tercio Sampaio Ah, sim. Na verdade, essa proposta surgiu bem antes, já em 1972, quando o Ceped *[Centro de Estudos e Pesquisa em Direito]* foi criado na então Universidade do Estado da Guanabara, em parceria com a Fundação Getulio Vargas, como curso de pós-graduação, oferecendo treinamento intensivo em economia, contabilidade, enfim, aproximando o Direito e a Economia. Em cima da ideia, foi criado o primeiro mestrado brasileiro em Direito e Desenvolvimento. E quem estava à frente do projeto era o Joaquim Falcão, até há pouco conselheiro do CNJ *[Conselho Nacional de Justiça]* e diretor da Direito Rio da FGV. Na época, fui convidado pelo Joaquim Falcão para lecionar nesse mestrado. A ideia era formar os primeiros professores capazes de uma visão diferente do Direito, mais ligada à Economia. Mas o mestrado, com esse espírito, durou dois anos... Era difícil manter, não tinha apoio, bibliografia.

Era começar do zero.

Tercio Sampaio Estávamos sim começando, mas como mestrado institucionalizado, aprovado pela Capes. Já tínhamos ali uma visão mais ampla de Brasil. E fazíamos uma atividade quase missionária. Lembro-me de sair pelo Brasil afora, junto com outros colegas, como Carlos Alberto Menezes Direito, recém-falecido, fazendo conferências, palestras, tentando mudar a mentalidade. Piauí, Maranhão, Ceará, em todos os cantos a resistência era enorme. Era como falar grego numa faculdade onde todo mundo falava português.

A ideia do Estado condutor ainda estava presente.

Tercio Sampaio Também. E toda uma tradição de ensino jurídico no país na qual a Economia era um pedacinho, estudada sob o título de Economia Política. Enfim, esse projeto foi a semente inicial do que hoje é a Direito GV. E acabei participando a convite do Joaquim Falcão. Foram precisos 37 anos até que aquela ideia vingasse. Aliás, o Ary Oswaldo Mattos Filho, diretor da Direito GV, também fez o Ceped. Todos farinha do mesmo saco *[risos]*. Espero que a Direito GV seja uma experiência vitoriosa, porque estive a favor desse projeto o tempo todo.

Como consultor da Capes, como o senhor analisa nosso ensino superior?

Tercio Sampaio Para mim, talvez seja este o investimento mais eficiente que exisse. A sua pergunta é sobre as universidades, mas esse investimento tem de começar muito antes, no ensino básico. Se o Brasil não investir em educação, no ensino básico, o país vai custar a pegar o trem do desenvolvimento. Até pode subir nele, mas jamais chegará a maquinista. Esse é o ponto decisivo para uma mudança no país. Em relação ao ensino superior, vou dar um exemplo que até parece piada, mas aconteceu comigo. Em 1978, por aí, fui convidado a dar um curso na FGV para alunos de Administração Pública. Um pequeno grupo, dez pessoas no máximo. No final do semestre, estávamos batendo papo e um aluno me disse: "Professor, além de dar aula, o senhor trabalha?" *[risos]*. Todos riram, eu próprio, mas esse lapso ainda hoje é significativo. Ou seja, o professor não é valorizado. O Brasil tem sido relapso, inclusive, na formação de professores. É uma profissão que precisa ser respeitada. Honrada. Muita coisa precisa ser mudada, a começar por essa mentalidade. É preciso valorizar o ensino e o profissional que ensina. E dar ao povo a chance de estudar com qualidade desde o ensino básico – porque existem elementos absolutamente imprescindíveis para um país crescer: educação é um deles.



Tenho um amigo-irmão, desde os bancos da faculdade, uma das pessoas que admiro: Celso Lafer. E o Alcides Jorge Costa e Antonio Cândido. São suficientes, não?!

O analfabetismo é alto

Tercio Sampaio Fala-se muito, e é verdade, que a gente tem de ganhar de todo mundo em matemática, por exemplo. Segundo a mentalidade de minha época, quem fizesse Direito não precisava aprender matemática... Errado, está errado! Não pode ser assim. De outro lado, é preciso aprender a falar português, mesmo, o melhor possível. É importante conseguir se expressar no seu idioma. E não estou querendo dizer gramaticalmente, o rebuscamento, mas ser capaz de se comunicar, de ao menos redigir e entender um texto. Lamento encontrar advogados recém-formados que não são capazes de escrever uma peça. É horrível... E essa deficiência vem lá de trás, do ensino básico. Além disso, o Brasil não lê, ou lê pouquíssimo. Num mundo televisivo, em que a imagem nos toma de assalto, a leitura vai ficando cada vez mais de lado. Com a leitura, a pessoa aprende a pensar. A leitura deve ser parte da revolução da educação. Mas essa é uma revolução que, infelizmente, ainda não chegou.

Qual o principal momento da sua carreira?

Tercio Sampaio Bem... Eu me lembro fortemente do dia em que defendi o meu doutoramento na Alemanha. Nossa, para mim foi um momento forte. Cheguei à Alemanha sem falar alemão: três anos e quatro meses depois, defendi uma tese, de Filosofia, em alemão. Marcante.

E o principal desafio?

Tercio Sampaio Não esmorecer na minha vocação de professor. A tentação de fazer outras coisas é grande, até por razões econômicas, porque professor não ganha bem. Mas persisti.

Quais são os profissionais que admira?

Tercio Sampaio Puxa... Tenho um amigo-irmão, desde os bancos da faculdade até hoje, uma das pessoas que mais admiro: Celso Lafer. Admiro mesmo, como colega, como professor, pela inteligência, enfim, por tudo o que foi e é na vida. É uma figura que me impressiona. Na área jurídica, uma figura que sempre me impressionou pelo tirocínio, pela capacidade de pensar, pela forma como desenvolve o próprio saber é Alcides Jorge Costa. Tenho muito respeito por esse homem. Dos professores, Antonio Cândido, por quem tenho um respeito imenso. Então, um amigo, um jurista e um professor. São suficientes, não?! *[risos]*

O que um jovem em início de carreira precisa para chegar ao topo, como senhor?

Tercio Sampaio Ah, obrigado pelo topo *[risos]*. Bem, dou esse conselho aos meus alunos no primeiro ano, todos os anos. Existem três tipos de aluno: os que ficam na frente; os que ficam no meio; e os que ficam no fundo. Ficar na frente significa beber as aulas, anotar tudo, ser estudioso. A turma do fundão fica fazendo palavras cruzadas, enfim, outras coisas. Tenho um colega penalista que, recém-formado, foi procurado por um professor com problemas. Ele disse: "Pode deixar, professor, resolvo o caso". E resolveu. Então, o professor voltou: "Quanto é?" Esse colega respondeu: "Não é nada". "Faço questão", o professor insistiu. "Não precisa", respondeu. "Mas faço questão", disse o professor. Então, o penalista disse: "O senhor não se lembra, professor, mas o senhor me dava aulas, eu sentava no fundão. Um dia o senhor me fez uma pergunta que eu não soube responder, estava com a cabeça em outro lugar. Foi aí que o senhor gritou: 'Não vai dar nada na vida!' Hoje, estou pago" *[risos]*. Conto essa história e explico: "Toda sala tem os estudiosos, os que ficam com a cabeça na lua, mas têm vocação, e ainda o pessoal do meio. Meio, em latim, é *medium*. É a origem da palavra me-dí-o-cre. Não sejam medíocres. Ou arrebentem nos estudos ou tenham no sangue uma vontade enorme de vencer. Mas não fiquem no meio, porque ser mediano é horroroso". Esse é o meu conselho.





No alto, *Mother*, de Boong Joon-Ho: a cruzada de uma mãe para provar que o filho, deficiente mental, é inocente da acusação de assassinato de uma mulher. Acima, *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera*, de Kim Ki-Duk: a história de um monge budista e seu aprendiz, isolados num mosteiro flutuante

VIOLÊNCIA GRÁFICA E LEVEZA ETÉREA NO CINEMA SUL-COREANO

Park Chan-Wook e Kim Ki-Duk simbolizam as duas vertentes da mais instigante vanguarda asiática atual

Por Fábio Fujita

Quando Marina Person e Serginho Groissman, mestres de cerimônia da 33ª Mostra Internacional de São Paulo (ocorrida em novembro último), anunciaram no palco da Cinemateca Brasileira o drama *Voluntária Sexual* como o melhor filme do evento, muita gente entendeu, ali, que a honraria significava muito mais uma homenagem ao "conjunto da obra" da nova cinematografia sul-coreana. Pudera! Não bastasse a constatação de uma edição do festival relativamente fraca em produções inovadoras, *Voluntária Sexual* não entraria na lista dos melhores trabalhos da safra recente saídos do país asiático. Ainda que não seja um filme ruim, o longa de Kyong-Duk Cho, pode-se dizer, acabou beneficiado pela boa fama que as produções sul-coreanas vêm conquistando mundo afora. Na dúvida – ou na falta de alternativas irrefutáveis –, premie-se a Coreia.

Voluntária Sexual tem a seu favor a polêmica, aspecto a que seus defensores podem recorrer para justificar como reação conservadora a unanimidade impossível. Logo na abertura, o filme captura a atenção do espectador com aquilo que parece ser "a cena do crime": um padre, um deficiente físico e uma jovem seminua flagrados pela polícia num quarto de motel. Ao que tudo indica, algum tipo de delito sexual foi (ou seria) cometido ali. Mas essa premissa, promissora, começa a ser diluída quando o filme explicita uma necessidade de experimentação na forma narrativa, que acaba por atingir a história que está sendo contada. O trio de personagens é, na verdade, objeto de uma reportagem jornalística e, portanto, o que o espectador vê é uma espécie de filme dentro do filme.

Descobriremos a seguir que, longe da facilidade de uma opção pelo thriller, como insinuado, o filme irá enveredar por uma discussão de caráter humanista. Se um deficiente físico é inapto para, sozinho, empunhar talheres ou ficar de pé, por que não teria dificuldades com a satisfação sexual? Daí a explicação para o título: essa espécie de filantropia da libido, a perspectiva da existência de mulheres dispostas a levar prazer a quem tem limitações para obtê-lo sem auxílio. Esse debate proposto, certamente louvável, não se consolida, no entanto, como uma história bem fundamentada, muito em função das soluções estéticas confusas adotadas pelo diretor. Cabe, para *Voluntária Sexual*, a sempre frustrante constatação de que sua ideia central é muito mais interessante que o resultado obtido.

A curiosidade é que, na própria 33ª Mostra, havia pelo menos um filme sul-coreano mais consistente: *Montanha de Abandono*, segundo longa da diretora Kim So Yong e vencedor do Prêmio do Júri Ecumênico no último Festival de Berlim. Drama de narrativa convencional, o filme acompanha a danação de duas crianças, as irmãs Bin e Jin, que, abandonadas pela mãe (que supostamente parte em busca do pai delas), são deixadas aos cuidados de uma tia indiferente. O choque de realidade dessa orfandade súbita é metaforizado por um cofrinho em formato de porco cor-de-rosa: ao partir, a mãe promete às filhas que retornará quando elas conseguirem encher o porco. A inocência pueril é caracterizada com a descoberta da caçula de que, trocando as moedas maiores pelas de menor valor, o cofrinho ficará cheio mais rápido. Mas a espera pela mãe vai se revelando *godotiana*. Num dado momento, a mesma caçula descobre que, "roubando" algumas moedas do porco, é possível comprar o pão doce que a tia não lhes dá. Desse modo, ao anteciparem o amadurecimento e a descoberta da vida como ela é, as meninas refazem na tela a jornada de superação de outra família oriental, a da obra-prima japonesa *Ninguém Pode Saber*, de Hirokazu Koreeda.

Chegada

No Brasil a porta de entrada para a vanguarda sul-coreana foi a própria Mostra paulistana, mais precisamente a edição de 2004, quando dois títulos marcantes, *Oldboy* e *Casa Vazia*, simbolizaram com perfeição as duas vertentes que melhor expressam o cinema feito hoje na Coréia do Sul. Do primeiro visualiza-se uma produção mais comercial – Steven Spielberg chegou a anunciar um *remake* americano de *Oldboy*, que seria estrelado por Will Smith, mas o projeto acabou cancelado, embora ainda deva acontecer por outras mãos. Já *Casa Va-*







Casa Vazia, de Kim Ki-Duk: o caminho da leveza etérea (1); *Voluntária Sexual*, de Kyong-Duk Cho: melhor filme da 33ª Mostra Internacional de São Paulo (2); *Oldboy*, de Park Chan-Wook: espiral *kafkaniana* (3 e 5); e o diáfano *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera*, de Kim Ki-Duk (4)

zia alinha-se a um tipo de cinema autoral, introspectivo, exatamente aquilo que os olhos ocidentais esperam do Oriente.

Não é difícil entender o fascínio gerado por *Oldboy*, de Park Chan-Wook. Acompanhamos a história de um homem, Dae-su, vítima de um inusitado sequestro: sem que seus algozes peçam qualquer tipo de resgate, ele é mantido refém num quarto de hotel por inacreditáveis 15 anos. Pior: sem que lhe apresentem qualquer justificativa para tal. Ao cair nessa espiral *kafkaniana*, Dae-su vai se tornando, naturalmente, um homem endurecido. Seu único contato com o mundo exterior é por meio de um aparelho de televisão; através dele, menos importante do que ver as guerras que eclodem pelo mundo ou os resultados esportivos é a angústia de perceber a própria vida interrompida, enclausurada que está por razões desconhecidas. Quando é enfim posto em liberdade, inicia uma investigação pessoal para entender o que se passou. Eis o desenho do prato que será comido frio.

Tempos de violência

O que mais chama a atenção em *Oldboy* é a violência gráfica que, em certa medida, remete ao universo de Quentin Tarantino. A diferença é que, se no cinema do diretor americano elementos como a banalização de cabeças cortadas e esguichos de sangue alimentam suas narrativas, numa espécie de sublimação do sensacionalismo, *Oldboy* faz com que a psique atormentada do personagem incomode mais o espectador do que a explicitação da violência. Que não é pouca, diga-se: na mais impactante das cenas, Dae-su mastiga um polvo vivo; em outra, um dente é arrancado de uma boca com um alicate; numa terceira, Dae-su não só escapa de ser linchado por uma gangue de vândalos munida de porretes e tacos de beisebol, como estraçalha cada um deles, na encarnação de um verdadeiro Zatoichi (o herói invencível) sul-coreano.

Oldboy é o segundo episódio de uma série intitulada "Trilogia da Vingança", ainda que sua trama possa ser compreendida de forma independente. Quando lançado em circuito, possivelmente seus distribuidores não imaginaram a boa acolhida que o filme teria – tornou-se um *cult* instantâneo. Tanto é assim que os dois filmes que completam a trilogia, *Sr. Vingança* e *Lady Vingança* – ambos menos inspirados –, acabaram lançados por aqui (o primeiro só em DVD) após o sucesso de *Oldboy*. *Sr. Vingança*, o primeiro título da saga, trata da história de um homem que, ao doar um de seus rins para uma irmã convalescente, é vítima de um esquema de tráfico de órgãos. *Lady Vingança*, por sua vez, assenta-se em premissas similares à de *Oldboy* – uma revanche pessoal arquitetada ao longo de anos – com a diferença da suavidade de apresentar uma protagonista feminina. Ela é Geum-ja, que cumpre pena de 13 anos pelo suposto assassinato de uma criança. Em *Lady Vingança*, o diretor Chan-Wook volta a abusar de uma montagem frenética, de idas e vindas no tempo, que ajudam a esclarecer o delito que levou Geum-ja ao cárcere e as motivações dela para o acerto de contas que será levado a cabo. Esse tipo de cinema feroz tem influenciado outros diretores na própria Coreia do Sul. É o caso de Boong Joon-Ho, diretor de *Mother*, filme com estreia no Brasil prevista para o primeiro trimestre de 2010, que mostra a cruzada de uma mãe para provar que o filho, deficiente mental, é inocente da acusação de assassinato de uma mulher.

A insustentável leveza

De estética decididamente oposta à de Chan-Wook, o compatriota Kim Ki-Duk também vem colhendo louros da crítica internacional. Enquanto o cinema de Wook se caracteriza pela grandiloquência, abusando de uma verborragia muitas vezes histérica e cenas de ação acachapantes, Ki-Duk prefere o caminho de uma leveza etérea, sem que a violência seja um elemento inexistente em suas tramas. Seu *Casa Vazia* é assim: aproxima-se até do cinema mudo, ao colocar não mais do que uma frase – até desnecessária – na boca do protagonista, ao longo de toda a projeção. Esse protagonista é Tae-suk, um jovem que tem por hábito invadir residências. Para garantir que os donos da casa a ser invadida estão ausentes, ele usa de uma artimanha: prega um folheto de pizzaria no trinco da porta, e retorna depois, para checar. Se o folheto permanece no trinco, é porque os donos não entraram em casa e, portanto, é o sinal verde para o invasor.

Mas Tae-suk não parece ser exatamente um ladrão. Por não travar qualquer diálogo com ninguém, o espectador só pode tentar compreendê-lo por meio de suas atitudes. Ao que parece, invadir casas apenas alimenta seu fetiche pessoal: é sabedor da habilidade que tem para destravar uma porta e escapar sem deixar rastros. Assim, ao entrar numa nova residência, ele apenas aproveita para consumir algo da geladeira, relaxar por algumas horas numa banheira, experimentar o roupão felpudo que encontra num quarto. Mais: chega a realizar pequenos reparos na casa invadida, como consertar um aparelho de som ou um relógio de parede, como forma de "retribuir a hospitalidade". Numa de suas invasões, no entanto, ele é surpreendido pela presença de uma mulher. Descobrimos que é uma mulher mergulhada num casamento falido, que apanha do marido em silêncio.

Mas a mulher não se assusta com Tae-suk, pelo contrário: identifica-se com ele na simples troca de olhares. É essa inversão de perspectiva – um invasor que deveria representar o perigo acaba se revelando a salvação – o aspecto mais brilhante de *Casa Vazia*, vencedor de quatro prêmios do Festival de Veneza. Em segurança ao lado de Tae-suk, a mulher foge em sua companhia e o acompanha em novas invasões. Mas um incidente irá separar o novo casal e levar o rapaz à prisão. É a partir daí que o filme conduz o espectador a novo desconcerto, ao enveredar numa seara própria do realismo fantástico: na cela, Tae-suk afina ainda mais sua habilidade de se tornar "invisível" aos olhos dos outros, quase como uma aparição fantasmagórica, impondo contornos surreais para a resolução final da trama e uma curiosa ambiguidade para a *Casa Vazia* do título.

Poucos trabalhos de Kim Ki-Duk foram vistos aqui. Em 2006 a Mostra exibiu *O Amor Contra a Passagem do Tempo*, depois lançado em circuito. Nele o cineasta investe noutra história de amor subliminar, tendo como protagonista Ji-Woo e sua noiva Seh-Hee. Com o relacionamento desgastado, Seh-Hee desaparece por seis meses e realiza uma plástica com o objetivo de reconquistar o noivo. Quando volta, disfarçada de garçonete do café que ele frequenta, ambos se dão conta de que o espectro da "antiga" Seh-Hee imprimirá um abismo incontornável para a possibilidade de um novo amor.

Outro filme é *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera*, algo dissonante em sua filmografia, pois a violência psicológica cede espaço para reflexões filosóficas e espirituais. É a história de um monge budista e seu aprendiz, isolados da civilização num mosteiro flutuante. Acompanhamos o ritual de passagem do jovem à vida adulta, quando uma garota doente é encaminhada para lá, testando a harmonia local e os valores que forjarão a opção religiosa do jovem. É uma boa síntese do cinema de Ki-Duk (ele interpreta o aprendiz na fase adulta) que parece dizer que no âmbito das relações humanas a paz de espírito torna-se fugidia, na medida em que as pessoas precisam ceder em função dos outros. E que é a clausura interior a fonte possível para chegar ao equilíbrio.



Voluntária Sexual: beneficiada pela "onda" (6); *Montanha de Abandono*, segundo longa da diretora Kim So Yong (7); e *Mother*, de Boong Joon-Ho: estreia prevista para este trimestre (8)

O HOMEM QUE DEU VOZ ÀS NOIVAS DO CORDEIRO

Da participação na campanha contra a fome, do Betinho, aos prêmios por *Deixa Que Eu Chuto* e *Noivas do Cordeiro*, a trajetória de um documentarista





Texto e foto de José Geraldo Oliveira

Carioca que se criou em São Paulo, Alfredo Alves começou os estudos de Economia e, no último ano, largou tudo para dar "cabeçada na vida". Foi parar no extremo sul da Bahia, caiu no meio de uma turma que produzia audiovisual para movimentos sociais em terra de ninguém. Fugiu para o Piauí para não morrer. Trabalhou no Ibase-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, onde conviveu com o sociólogo Herbert de Souza e dirigiu os vídeos da Campanha Contra a Fome com artistas do porte de Rod Stewart. Com trabalhos veiculados em emissoras locais, como GNT-Globosat, Globo, TV Educativa, Cultura, ou internacionais como a italiana RAI-2, a TV Holandesa, TVE da Espanha, além de outros canais da América Latina. Recebeu mais de vinte prêmios em importantes festivais, como Colônia, na Alemanha, Utrecht, na Holanda, Guadalarajá, no México, Havana, em Cuba, entre outros. Foi vencedor por dois anos consecutivos do Pitching GNT: em 2008, com *Noivas do Cordeiro*, recupera a trajetória de superação de 200 mulheres da comunidade no interior de Minas Gerais tachadas de prostitutas. No ano passado *Deixa Que Eu Chuto* contava a história de quatro jogadoras de futebol feminino, com depoimentos de meninas apaixonadas pelo esporte. Alfredo conta as aventuras e roubadas na produção de documentário no brasil.

Como se construiu sua trajetória?

Alfredo Alves Sou um cineasta que gosta de histórias, por isso faço documentários. Abandonei a faculdade de economia no último ano e comecei a procurar o que fazer na vida. Foi uma busca longa e durante anos fiquei dando cabeçadas. Assim fui parar em Teixeira de Freitas, no sul da Bahia. Era final da ditadura, começo dos anos 80 e lá conheci uma turma ligada à esquerda que trabalhava com produção de audiovisual. Naquela época não havia vídeo portátil, usávamos as montagens audiovisuais *[slides e fitas cassetes sincronizados e projetados numa tela]*. Havia estrutura de produção, mas ninguém para tomar conta. Como sempre gostei de fotografia, assumi a direção.

Qual a finalidade dessas produções?

Alfredo Alves Era um trabalho de formiguinha para promover a criação de sindicatos: colônias de pescas, as primeiras movimentações do MST, trabalho da pastoral católica, que era forte naqueles tempos da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base. A produtora era um caldeirão onde fermentavam todas essas lutas dos movimentos sociais no sul da Bahia. Viajávamos por toda a região, de Ilhéus até o norte do Espírito Santo, produzindo audiovisual. Mas o clima esquentou na Bahia e depois de uns seis anos o tempo fechou. Estávamos quase no fim da ditadura militar e os movimentos sociais começavam a botar as manguinhas de fora, mas o pau começou a comer. A equipe foi ameaçada de morte, tínhamos que conviver com capangas atrás da gente. Nos demos conta de que não dava para bancar os heróis. Era hora de cair fora. Fomos para Teresina, no Piauí, continuar o trabalho no Centro de Estudos Alternativos, onde fiquei por dois anos. Organizamos uma associação onde ministrávamos oficinas e treinávamos militantes para produzir e trabalhar com audiovisuais. Fazia parte desse grupo quadros do Ibase criado pelo Herbert de Souza, o Betinho, e Carlos Alberto Afonso. O instituto era voltado para a democratização da informação e tinha o Centro de Treinamento de Audiovisual, onde trabalhavam Mariana Cano, esposa do Betinho, e Cleide Afonso, mulher do Carlos Afonso. Elas me convidaram para montar um centro de produção ali.

A equipe foi ameaçada, tínhamos de conviver com capangas atrás de nós. Não dava para bancar heróis. Era hora de cair fora. Fomos para Teresina

Como foi a sua convivência com o Betinho?

Alfredo Alves Ele tinha ideias geniais, colocava a bomba no colo da gente e saía para pensar outras coisas e nós correndo atrás dele. Estava sempre um passo na nossa frente. Na realidade, nunca o alcançávamos. O Betinho criou a Campanha Contra a Fome e começamos a produzir material para a TV. Em 1990 tirei da gaveta algumas ideias de ficção que poderiam ser aplicadas ao trabalho social. Apresentei a ideia do *Acorda Raimundo... Acorda!* e ele disse: "Vamos fazer!" Era uma história que tinha a ver com a Campanha da Fraternidade de 1990, valorizando a mulher. Conseguimos ter no elenco Paulo Betti, Eliane Giardini, José Mayer e Zezé Motta, cinegrafistas voluntários, filmamos em três dias. Montei o filme e dois meses depois ganhamos o prêmio de melhor curta do Festival de Havana.

Em 1993 veio *O Dia da Cura*, baseado numa crônica publicada pelo Betinho no *Jornal do Brasil*.

Alfredo Alves Betinho estava empenhado na batalha contra a aids e o preconceito. A ideia era desmontar a paralisia que a associação Aids/Morte provocava. Ele dizia: "A ideia da morte, em lugar da vida, faz tudo perder o sentido". Por isso, imaginava o dia em que a cura seria anunciada. A possibilidade da cura modificaria o comportamento das pessoas. O Alcione Araújo roteirizou e reunimos um baita elenco e a infra-estrutura da Casa da Gávea *[centro cultural não governamental do Rio de Janeiro administrado pelos atores Paulo Betti, Cristina Pereira, Vera Fajardo e Rafael Ponzi]*. Fizemos loucuras e tudo de graça. Cena com 100 pessoas vestidas para um baile à fantasia; gravamos uma sequência em que um repórter anuncia o dia da cura, em plena Assembleia Geral da ONU! Conseguimos isso, claro, por causa do Betinho. Ele também participou: era o farmacêutico que receita o remédio que cura. Lamentavelmente não viu esse dia chegar. Os protagonistas eram o Zé Mayer e a Eliane Giardini. Havia uma cena de sexo, claro, com camisinha. Montei mas não fiquei satisfeito com o resultado. Como a produção já estava desmontada, a Eliane propôs refazer a cena em sua casa e do então marido Paulo Betti. Refiz a cena na cama do casal, com o Paulo assistindo a cena *[risos]*. Ele bateu nas minhas costas e disse: "Muy amigo você, traz o meu melhor amigo para dentro de minha casa e para transar com minha mulher e na minha cama!"

Seu trabalho hoje tem influência desse período de ativismo?

Alfredo Alves Ficou na veia, né? Mesmo deixando os movimentos fiquei meio marcado como diretor de temas sociais.

Os movimentos sociais perderam força?

Alfredo Alves O fato de termos um sindicalista na Presidência significa que o Brasil mudou. Nos início dos anos 80, era uma ação de engajamento fazer as pessoas acreditarem, os trabalhadores queriam ser ouvidos. O discurso hoje é outro. Os movimentos sociais não estão na clandestinidade, estão no poder. Fui levado para uma delegacia, levei pancada e queriam saber o que eu fazia. Estava filmando! Queriam tomar o filme. Hoje seria impensável.

Em 1993 você realizou *Homens*, tratando da discriminação contra homossexuais.

Alfredo Alves O Betinho, no afã de produzir, criou a ABIA-Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Um espaço para discutir tratamentos da doença e questões ligadas ao preconceito. A ABIA conseguiu recurso do Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde para produzir um vídeo que discutisse o papel do homosexual na sociedade. Localizamos dez pessoas que se dispuseram a falar. "Sou gay e não tenho vergonha de falar que sou". Selecionamos quatro: um cantor de *Queen Ópera*; um artista plástico com uma relação estável de anos; um rapaz que perdeu para a doença o companheiro e o apartamento, pois a família do parceiro não aceitava a união; o quarto era um professor de ensino fundamental soropositivo, bastante doente. É um retrato da época e do universo gay. Mostra questões relativas à vivência da homossexualidade masculina, como amor e sexo entre homens, identidade, casamento, preconceito e discriminação e o impacto da epidemia da aids. Em 1994 ganhamos a Menção Honrosa no Festival Mix Brasil em São Paulo. Causou um grande rebuliço. Tenho orgulho de ter feito.

Em dois meses filmei *Jogos Indígenas* em sete aldeias. Descobrimos jogos como pião, perna de pau, cama-de-gato e outros bem mais elaborados

Em 2004 o senhor dirigiu *Jogos Indígenas no Brasil*. Como foi essa aventura?

Alfredo Alves Sou um cara que se dispõe a entrar em "roubadas", mas com muito prazer. Passei dois meses filmando em sete aldeias diferentes do Brasil. Para muita gente é roubada: por exemplo, para chegar à aldeia dos maiurunas tivemos de viajar para Manaus, depois para Tabatinga e ir de monomotor até ao Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro. Pernoitamos e seguimos de voadeira, uma espécie de lancha, viajando doze horas pelo rio na fronteira do Brasil com Peru. O pesquisador Maurício de Araújo Lima, da Origem, Jogos e Objetos *[empresa mineira especializada na fabricação de jogos]*, desconfiava que existisse um jogo de estratégia parecido com o xadrez, o chamado Jogo da Onça e dos Cachorros. Mas não havia nenhum registro. Saímos em busca desse jogo. E também pesquisamos como os índios jogavam e brincavam. Esse é o objeto do documentário. Descobrimos jogos que também eram nossos, como o pião, a perna de pau, a cama-de-gato e outros mais elaborados que a gente não conhecia.

E a Antártica foi outra "roubada"?

Alfredo Alves Um mês na Antártica não é mole; ficar embarcado o tempo todo, com as adversidades climáticas e o ambiente hostil. Mas o fato é que me vi embarcado no *Parati II*, sob o comando de Amyr Klink numa viagem de um mês. Era a primeira vez que ele levava toda a família. Fui convidado para registrar essa aventura. Não queria fazer mais "um filme" sobre o Amyr e não queria fazer um registro das férias em família. E lá estava, embarcado, com cinco crianças de férias na Antártica, as três filhas do Amyr, a do médico da expedição e o filho do diretor de foto-





Deixa Que Eu Chuto: documentário mostra mulheres em busca de espaço num universo masculino









Dois meses de pesquisa etnográfica, vivendo em aldeias na selva, descobrindo *Jogos Indígenas*

grafia. Pensei, por que não fazer um filme que registrasse as férias das crianças? Propus que elas fizessem um diário de bordo. E o Klink, um navegador desde a barriga da mãe, achou a ideia ótima. Afinal, um bom navegador tem de fazer um bom diário de bordo.

E o como eram esses diários?

Alfredo Alves Eram frases curtas. "Hoje vi uma foca", "Fui passear com o pai" E desenhos de pinguins. Esses diários foram o fio condutor do documentário. Tecnicamente o que fiz? Levei um excelente fotógrafo, o Fabian Siberan, e entregamos câmeras de vídeo para as crianças. No meio do caminho descobri que o Amir tinha enterrado um tesouro na Antártica.

Um tesouro? O que era?

Alfredo Alves Um bauzinho com uma garrafinha de uísque, a bíblia, fotos da família, objetos náuticos. A ideia era que um dia ele pudesse ir com as filhas para a Antártica caçar esse tesouro. Ele não queria que filmasse, por ser um momento familiar. "Nem pensar", falei, "estamos com cinco crianças em férias e vamos deixar de buscar um tesouro?" Achei o grande motivo para o documentário. O filme então é isso: cinco crianças em férias no fim do mundo buscando um tesouro. E termina com todos enterrando um novo tesouro em lugar não revelado.

E como veio a ideia para as *Noivas do Cordeiro*?

Alfredo Alves Em maio de 2006 abri o jornal *Estado de Minas* e li uma reportagem sobre a comunidade Noiva do

Chegou carro cheio de homens, invadiram as casas querendo abusar das meninas. Hoje elas são respeitadas, pelo trabalho comunitário. Tudo é feito em mutirão

Cordeiro, em Belo Vale, a 100 km de Belo horizonte, Minas Gerais. Um local habitado durante a semana por mais ou menos 200 mulheres, que desde o final do século XIX eram tachadas de prostitutas. Na região vivia Maria Senhorinha de Lima, nascida no povoado de Roças Novas, distrito de Belo Vale, que se casou com Arthur Pierre por imposição do pai. Infeliz e numa atitude pouco comum na época, abandonou o casamento e foi viver com o amante, Chico Fernandes, de quem já estava grávida. Isso era uma afronta para uma região altamente católica e, diz a lenda, o padre Jacinto – santo homem como era conhecido – a excomungou e à sua descendência até a quarta geração. Veio a difamação e por se sentirem discriminadas as mulheres se autoisolaram, criando uma sociedade com regras próprias de convivências. Quanto mais isoladas, mais discriminadas, quanto mais discriminadas mais se isolavam. Nos anos 1950 passou lá um pastor evangélico que se casou com a dona Adelina, hoje a matriarca da comunidade. O pastor criou a Igreja Noiva do Cordeiro *[daí a origem do nome do lugar]*. Uma igreja com preceitos rígidos. A discriminação então aumentou, pois o padre católico dizia que a igreja evangélica era fachada para a prostituição.

Foram vítimas de renovado preconceito...

Alfredo Alves Pensei em filmar essa história, mas fiquei receoso pela delicadeza de chegar até essas mulheres tão sofridas. Comentei com Regina Santiago, da produtora BemVinda Filmes, responsável pelo projeto. Regina foi até lá e explicou o projeto. Como tudo é resolvido em comunidade, elas votaram e aceitaram. Periodicamente ia visitá-las, para conhecer melhor a história. Quando comecei as filmagens já era meio da família. Nesse intervalo começamos a correr atrás de patrocínio e mandamos o projeto para o Pitching GNT *[processo de seleção entre produtoras, para escolher novos conteúdos de programação para a grade do canal]*.

E como essas mulheres reverteram o quadro?

Alfredo Alves Em 2000 elas resolveram botar a cara a tapa. "Não somos prostitutas. Vivemos sozinhas porque nossos maridos têm que sair para trabalhar, pois o que se produz aqui não dá para sustentar as famílias." Essa postura de colocar a boca no trombone foi repercutindo em matérias de jornais e revistas, no documentário. Foram à luta! Perceberam que, pelo número de pessoas da comunidade, era possível eleger uma vereadora para defender seus direitos. A campanha política foi terrível. Contam que chegou carro cheio de homens, invadiram as casas querendo abusar das meninas. Hoje são pessoas respeitadas, principalmente por uma caracteristica que herdaram da igreja evangélica: o trabalho comunitário. Tudo é feito em forma de mutirão, dividem as tarefas ao longo da semana, já que os homens trabalham nas cidades próximas. Os filhos são criados por todas. As "irmãs" estão na lavoura, outras assumem o cuidado das crianças. Há um casarão colonial e, no fundo, uma grande casa onde vivem pelo menos 40 famílias. É como se fosse uma grande moloca indígena. Essa forma comunitária fantástica fez com que fossem respeitadas. E a alegria delas é contagiante. Formaram uma Associação Comunitária e em 2006 implantaram a primeira escola de informática do interior de Minas, criaram um belo site (www.noivadocordeiro.com.br), conseguiram trator, uma Kombi para transporte e montaram uma fábrica de roupas e de produtos artesanais que vendem para as lojas da região e da capital.

O senhor voltou à comunidade para mostrar o vídeo?

Alfredo Alves Para mostrar o vídeo não foi preciso, pois lá há televisão via satélite. Elas assinam o SKY. Em uma das exibições do canal, fui para lá e coincidiu de ser festa junina. Havia pelo menos 400 pessoas sentadas no chão de terra batida assistindo.

Qual foi a reação delas?

Alfredo Alves A GNT promoveu uma pré-estreia em Belo Horizonte. Fechou um cinema, organizou um coquetel e

A Pâmela, que jogava no meio dos ciganos afugentando o gado, foi convidada para teste em um time de porte. *Noivas do Cordeiro* repercutiu em favor da comunidade

trouxe algumas das Noivas para assistir ao filme. E enviou para a comunidade um DVD, que exibimos no mesmo momento em que acontecia o lançamento. Foi emocionante, com troca de telefonema entre elas, todas chorando.

O documentário *Deixa Que Eu Chuto* também foi realizado através do Pitching.

Alfredo Alves É um documentário sobre quatro mulheres com uma coisa em comum: a paixão pelo futebol e a vontade de viver de jogar bola. A primeira personagem é a Pâmela, que está ingressando e frequenta uma escolinha sem infra estrutura: a sede da escolinha é o fusquinha do treinador. Há um campinho de terra cercado por um acampamento de ciganos, na periferia de Belo Horizonte. A segunda é a Ronaldinha, do Rio de Janeiro. Vive em um cômodo, a mãe é diarista e todo dinheiro é aplicado na formação da filha. Ela se destacou e ganhou 300 reais para jogar na seleção brasileira sub-quinze. A terceira personagem é federada, mas sempre colocou dinheiro, mesmo quando estava em times profissionais. A última é a veterana Nildinha, 38 anos, artilheira do campeonato paulista. Está no Corinthians e jogou na Europa, EUA e Japão. Consegue viver do salário, tem um apartamento bacana comprado com o dinheiro do futebol. Paralelamente há os depoimentos de grandes jogadoras, Marta, Cristiane, Aline Pelegrino, Kalan. É o retrato do futebol feminino a partir de quatro mulheres brigando por um espaço nesse universo tão masculino.

O brasileiro está aprendendo a ver documentários?

Alfredo Alves A produção de documentário aumentou muito. Para citar um exemplo, *Santiago*, de João Moreira Salles, é na minha avaliação um marco no documentário brasileiro. Antonio Luiz, um dos maiores fotógrafos de cinema do Brasil, diz que "o documentário no cinema brasileiro se divide em antes e depois de *Santiago*".

O que pontuaria como um grande momento de alegria em sua carreira?

Alfredo Alves Desde o instante em que descobri o que queria fazer na vida vejo que sempre tive muita sorte e alegrias. Vejo o sucesso das *Noivas do Cordeiro* repercutindo de maneira positiva para a comunidade. A Pâmela, que jogava no meio dos ciganos e para isso afugentava o gado, foi convidada para um teste em um time de porte. Sou um cara privilegiado e tenho de agradecer o tempo inteiro, pois faço o que gosto, sou bem sucedido e ainda me pagam.





Cinco Crianças de Férias no Fim do Mundo: a busca pelo tesouro de Amyr Klink na Antártica









As Noivas do Cordeiro: a história de uma comunidade isolada em luta contra os preconceitos

TODO MUNDO QUER SER PAI DE FILHO BONITO

Por Carlos Costa

No dia 19 de dezembro de 2009, um sábado pouco antes dos feriados de final do ano, a chuva deu uma folga: nos jardins da Fundação Maria Luiza e Oscar Americano, no bairro do Morumbi, em São Paulo, iniciava-se a cerimônia de formatura da primeira turma da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, a Direito GV, dirigida pelo professor Ary Oswaldo Mattos Filho. Seguramente um recorde nos meios acadêmicos, 48 dos 50 candidatos aprovados no vestibular da estreante escola fizeram parte da foto solene – houve apenas um desistente, e a ausência de uma aluna, que participa atualmente de um programa de intercâmbio mantido pela escola com a Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Não é mesmo pouca coisa, sobretudo levando em conta as características e o nível de exigência da dedicação em tempo integral da Direito GV.

Editar este número especial da *Getulio*, comemorando os dez anos de trabalho de concepção, gestação e construção do projeto dessa nova Escola de Direito, foi um momento de recuperação de algumas lembranças. Como da primeira vez em que o professor José Eduardo Faria, então membro do conselho editorial de outra revista, a *Diálogos&Debates*, da Escola Paulista da Magistratura, sugerira uma reportagem com o jovem Leandro Silveira Pereira, para falar sobre este projeto que agora forma os primeiros advogados. Era o começo da década que agora termina, e aquele número da revista *Diálogos* tratava, justamente, da crise do ensino jurídico, quando se debatia a ampliação dos cursos de direito de 5 para 7 anos. Outro dos personagens ouvidos para aquela revista, o professor José Geraldo de Sousa Junior, atual reitor da Universidade de Brasília, e na época diretor da Faculdade de Direito da mesma instituição. Quando foi entrevistado pelo mesmo Leandro para o número 7 desta *Getulio*, de janeiro de 2008, José Geraldo fez questão de lembrar quando, olho no olho, fez a arguição em Brasília, pelo comitê da Ordem dos Advogados do Brasil: qual o propósito da FGV de criar uma nova escola, quando a própria OAB pressionava o Ministério da Educação a fechar cursos e diminuir vagas de escolas caça-níqueis que prosperaram pelo país nas últimas duas décadas?

Águas são passadas e o esquecimento faz parte dos mecanismos de defesa do cérebro humano – ninguém resistiria caso se lembrasse de tudo, por isso a memória é seletiva.

Numa associação de ideias, em algum momento desta última semana condensando e editando textos e entrevistas, tentando tirar a força alguns depoimentos – lembrei, de certos episódios que frequento como professor de história da comunicação. Fico com apenas um deles, o da modernização da imprensa nos anos 1950, quando o Brasil que via chegar a TV começava o processo avassalador de urbanização (de país rural e agrícola passava a urbano e industrial), Brasília iria ser construída – e os jornais ganhavam o respiro da diagramação "moderna" e o visual com toques neoconcretos. O *Jornal do Brasil*, de saudosa memória, era o carro-chefe dessa mudança que iniciara com a criação do manual de estilo pelo *Diário Carioca*, resultado também de ideias trazidas por jornalistas bolsistas que haviam estagiado na Escola de Columbia, em Nova York – ou em sua rival no Missouri.

Nos livros de história, todos são pai daquela modernização por que passou a imprensa brasileira. Ruy Castro, em *Ela É Carioca*, atribui toda a proeza da renovação do *Jornal do Brasil* a Janio de Freitas. Outros lembram o artista plástico Amílcar de Castro, que levou ou suprimiu seus fios no desenho do *JB* e, depois, no *Correio da Manhã*. Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Alberto Dines, Odillo Costa Filho – a lista pode ser maior. Na realidade, todos deram sua importante contribuição, sem esquecer a condessa Pereira Carneiro, a dona do jornal, sem cuja iniciativa nada teria acontecido. Afinal, como diz o ditado, "todo mundo quer ser pai do filho bonito".

O mesmo acontece com a Direito GV. Muita gente trabalhou e deixou sua marca nessa escola que nasce vencedora ao formar quase a totalidade dos aprovados no primeiro vestibular. Algumas ausências ocorreram por falta de espaço (o Leandro Silveira Pereira havia sugerido para esta página final uma relação de todos os nomes incluídos no PDI, o Plano de Desenvolvimento Institucional da escola, ideia abandonada por inviável), outros por impedimento de tempo (foi o caso, por exemplo, do muito citado e lembrado professor Jean Paul Veiga da Rocha). A todos eles, sobretudo aos não citados nestas poucas páginas, a homenagem por também terem sido pais desta criança que nasce como parte de um Brasil que há tanto tempo – alguns, como eu, meia dúzia de décadas – sonhamos.

FIM